



Relatório Anual **2025**



03 Mensagem: Conselho e Diretoria



10 Por dentro do seu Plano de Previdência



25 Gestão Estratégica



35 Comunicação & Relacionamento



48 Gestão Previdenciária e Atuarial



57 Nossos Investimentos



74 Gestão Administrativa



81 Documentação



Sumário interativo

Clique sobre o tema e vá direto para o tópico escolhido.



Mensagem do Conselho

Sustentabilidade e Compromisso com os Participantes

O Conselho Deliberativo da CAPEF exerce papel central na estrutura de governança da Entidade, sendo responsável pela definição das diretrizes estratégicas e pela supervisão da gestão dos planos previdenciários, assegurando sua condução em conformidade com os princípios de sustentabilidade, longevidade, transparência e proteção dos interesses comuns dos participantes.

Ao longo de 2025, o Conselho manteve atuação ativa, técnica e estruturada, acompanhando de forma contínua a gestão da Entidade e deliberando sobre temas relevantes à solidez, ao equilíbrio e à evolução dos planos administrados.

Esse processo decisório foi conduzido com base em análises consistentes, em estrita observância à legislação vigente, aos normativos internos e às melhores práticas de governança corporativa e do segmento de previdência complementar fechada.

A renovação dos membros indicados pelo patrocinador para o ciclo 2025–2029 reforçou o compromisso institucional com a pluralidade de visões, a representatividade e a continuidade da governança responsável, elementos essenciais para decisões qualificadas e para o fortalecimento da confiança dos participantes na Entidade.

No exercício, o Conselho Deliberativo apreciou e deliberou sobre matérias estratégicas, incluindo políticas de investimentos, avaliações atuariais, demonstrações contábeis, estrutura organizacional, gestão de riscos e iniciativas voltadas ao aprimoramento contínuo dos planos, benefícios e dos serviços prestados aos participantes.

Essa atuação reafirma o papel do Conselho como instância máxima de decisão, orientando-se permanentemente pela perenidade dos planos e pela geração de valor previdenciário aos participantes.



O Conselho Deliberativo reafirma seu compromisso com o constante aprimoramento da governança da Capef, contribuindo para uma condução responsável, transparente e sustentável da Entidade, com foco na segurança financeira e na qualidade de vida dos participantes, no presente e no longo prazo.

Composição atual do Conselho Deliberativo

Membros Titulares



Sandra dos Santos
Souza Lisboa
Presidente



Thiago Alves
Nogueira
Vice-Presidente



Luiz Sérgio Farias
Machado



Bruno Ricardo
Pena de Sousa



João Francisco
Freitas Peixoto



Rômulo Pereira
Amaro

Mensagem da Diretoria

O ano de 2025 foi marcado por crescimento consistente e decisões estratégicas que reforçaram a solidez da Capef. O fechamento do exercício confirmou um cenário de evolução nos três planos, com metas e referenciais superados, novas adesões e obtenção recorde de arrecadação. Tais fatores consolidaram uma trajetória de expansão e fortalecimento institucional, reflexo de uma gestão comprometida com resultados e alinhada às melhores práticas do sistema previdenciário.

Crescimento com Sustentabilidade

Em 2025, registramos 4.476 novas adesões, com destaque para o Plano Família, que demonstrou elevada capacidade de expansão e atingiu mais de 6.500 participantes, superando R\$ 43 milhões em patrimônio.


O desempenho comercial veio acompanhado de um recorde de arrecadação, totalizando R\$ 24,38 milhões em aportes extras, portabilidades e antecipações de TSP nos Planos CV I e Família. O crescimento expressivo evidencia maior engajamento dos participantes e amadurecimento da cultura previdenciária.

Esse movimento estratégico fortaleceu a escala dos planos, ampliou a eficiência operacional e reforçou a previsibilidade financeira da Entidade.

Desempenho dos Planos e Proteção ao Participante

Mesmo em um cenário econômico desafiador, os planos administrados pela Capef apresentaram desempenho superior às respectivas metas atuariais:

- **Plano BD:** rentabilidade de 10,18% frente à meta de 9,35%;
- **Plano CV I:** rentabilidade de 12,64% frente à meta de 9,48%;
- **Plano Família:** rentabilidade de 15,20%, superando o índice de referência (105% do CDI).



No Plano BD, um dos grandes destaques foi a alteração do Art. 86 do Regulamento, garantindo reajuste integral pelo INPC aos Assistidos, trazendo maior previsibilidade e proteção ao poder de compra dos aposentados e pensionistas.

Essa melhoria foi fruto de muito diálogo e dedicação. A Capef ouviu os Participantes, as Associações representativas como AABNB, AFBNB e os Sindicatos, e trabalhou com responsabilidade para transformar essa demanda histórica em realidade. Foi um esforço conjunto da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Patrocinador e de toda a governança da Entidade, sempre com o foco em proteger o valor do benefício dos nossos Assistidos. Outro destaque foi a nova redução da contribuição extraordinária de 18,9% para 18,3%, mantendo uma trajetória de queda construída de forma gradual e responsável.

No Plano CV I, a gestão eficiente das despesas possibilitou a redução de taxas, beneficiando diretamente os participantes. A taxa de carregamento mensal, cobrada dos Participantes Ativos, passou de 3,50% para 2,70%, e a taxa de administração única, aplicada no momento da aposentadoria, de 2,70% para 2,50%.

Já o Plano Família teve seu regulamento aprimorado, ampliando flexibilidade e atratividade.



Mensagem da Diretoria

Governança Fortalecida

A governança corporativa permaneceu como um dos pilares centrais da Capecf. Em 2025 tivemos:

- Renovação dos Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, reforçando a legitimidade e a representatividade do processo decisório.
- Renovação do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa até 2028;
- O Diretor Presidente da Capecf foi reeleito para a Diretoria do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp)

A atuação colegiada, a transparência e o aprimoramento contínuo dos controles internos sustentam a confiança depositada por nossos públicos.

Transformação Digital e Eficiência Operacional

Investimos de forma consistente na modernização tecnológica, com destaque para:

- Implantação de chatbot com inteligência artificial;
- Digitalização integral de processos de concessão de benefícios e institutos;
- Otimização da operação comercial;
- Desenvolvimento do novo sistema de empréstimos;
- Evolução arquitetural do sistema previdenciário;
- Lançamento do novo simulador comparativo de portabilidade;
- Atualização do data center, etc.

Essas iniciativas elevaram o padrão de segurança, rastreabilidade e eficiência operacional, além de ampliarem a autonomia do participante.

Relacionamento e Confiança

A proximidade com nossos públicos foi intensificada por meio de ações presenciais e digitais, campanhas educativas e novos canais de comunicação. A Pesquisa de Satisfação 2025 registrou 94,65% de aprovação, demonstrando reconhecimento quanto à qualidade do atendimento e da gestão.

Encerramos o exercício com R\$ 7,60 bilhões de patrimônio, quase 20 mil participantes e R\$ 593 milhões pagos em benefícios — números que traduzem a relevância social da Capecf.

“

O crescimento alcançado em 2025 não é resultado de um único fator, mas da combinação entre disciplina técnica, governança responsável, inovação, educação previdenciária e foco no sucesso do participante.

Seguiremos atuando com prudência, transparência e visão de longo prazo, fortalecendo nossos planos, ampliando oportunidades e construindo, junto aos nossos participantes e patrocinadores, um futuro cada vez mais sustentável.

01

Linha do Tempo

Principais marcos e realizações ao longo de 2025.

Linha do Tempo

JANEIRO

Ocione Mendonça é empossado Diretor Executivo no Sindapp

Previc aprova alterações Regulamentares do Plano Família

MARÇO

Plano Família ultrapassa R\$ 10 milhões de Patrimônio

Capecf realiza ações no Encontro de Administradores 2025

Atualização da Política de Empréstimos

MAIO

Planos da Capecf encerram semestre com resultados positivos

JULHO

Início da Pesquisa de Satisfação 2025

Capecf realiza atualização em seu sistema de atendimento

2ª edição do Diálogo com a Diretoria

SETEMBRO

Previc aprova alterações no Plano CV I e autoriza inscrição automática de novos empregados

Selo de Governança Corporativa da Capecf é renovado

NOVEMBRO

Capecf arrecada 1,6 tonelada de alimentos para a Campanha Natal sem Fome

Capecf bate recorde de aportes e portabilidades

Celebração do Dia do Participante no BNB Clube

FEVEREIRO

Capecf comemora 58 anos com a Promoção: Jornada Premiada

ABRIL

Capecf estabelece parceria com a Camed Microcrédito

JUNHO

Alteração do Art. 86 é aprovada e garante reajuste integral aos Assistidos do BD

AGOSTO

Lançamento do novo simulador de Portabilidade

OUTUBRO

Realização da 4ª aula de Autonomia Digital

Taxas do Plano CV são reduzidas e beneficiam participantes

DEZEMBRO

Posse dos novos Conselheiros indicados pelo Patrocinador

32º Seminário de Investimentos e Benefícios

Evento on-line da Diretoria: Retrospectiva 2024

Lançamento do Painel do Participante do Plano Família

Realização da 3ª aula de Autonomia Digital

Parceria Premiada é estendido aos participantes do Plano Família

Capecf realiza ações educativas na Semana ENEF

Plano Família completa 2 anos

Capecf realiza recadastramento 100% digital

Conquistas 2025



RESULTADO HISTÓRICO

Capecf ultrapassa R\$ 7,60 bilhões em patrimônio de Investimentos



CV E FAMÍLIA: SUCESSO DE ADESÃO E ARRECAÇÃO

- 4.476 novas adesões
- Recorde em arrecadação nos Planos da Capecf: R\$ 24,38 milhões acumulados em portabilidades, aportes extras e antecipações de pagamento de tempo de serviço passado (TSP)



NOVOS CANAIS E SERVIÇOS

- Lançamento do simulador de portabilidade, contendo análise comparativa para facilitar a tomada de decisão
- Melhoria na Política de Empréstimos com aumento de margem consignável e tetos de contratação
- Chatbot Inteligente: canal de atendimento com inteligência artificial para os Planos BD, CV e Família
- Automatização dos processos de benefícios e institutos previdenciários 100% digitais



EXCELÊNCIA RECONHECIDA

Capecf alcança 94,65% de aprovação em pesquisa com participantes

Conquistas 2025



PLANO BD: CONQUISTAS E RESULTADOS

- Alteração do Regulamento permite reajuste anual integral dos benefícios dos Assistidos
- Rentabilidade acumulada em 2025: 10,18% frente a uma meta de 9,35%
- Rentabilidade acumulada de 108,87% da meta atuarial
- Reajuste do benefícios em 3,90%, equivalente a 100% do INPC
- Redução da contribuição de 18,9% para 18,3%, a partir de jan/2026



PLANO CV: CONQUISTAS E RESULTADOS

- Alteração do Regulamento permite adesão automática dos empregados
- Redução da taxa de carregamento mensal da fase ativa de 3,50% para 2,70%
- Redução da taxa de administração da fase assistida de 2,70% para 2,50%
- Rentabilidade acumulada em 2025: 12,64%, frente a uma meta de 9,48%
- Rentabilidade acumulada de 133,40% da meta atuarial



PLANO FAMÍLIA: CONQUISTAS E RESULTADOS

- Alteração regulamentar deixa o Plano mais flexível e aderente às necessidades dos participantes
- Ultrapassa 6.500 participantes e R\$ 43 milhões em patrimônio
- Rentabilidade acumulada em 2025: 15,20% frente a uma meta de 15,03%
- Rentabilidade acumulada de 101,1% do índice de referência (105% do CDI)



02

Por dentro do seu Plano de Previdência

Sobre nós

Quem Somos

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (CAPEF) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar que há mais de 58 anos ajuda as pessoas a alcançarem uma vida e futuro de possibilidades. Sem fins lucrativos, a Entidade ocupa o 26º lugar entre as associadas da ABRAPP – Associação Brasileiras das Entidades de Previdência Complementar, e classifica-se como a segunda maior das Regiões Norte e Nordeste, tendo sua governança e gestão de investimentos certificada pela Abrapp.



O que fazemos

A Capef administra três planos previdenciários: um de Benefício Definido (BD), um de Contribuição Variável (Plano CV I) e outro de Contribuição Definida (Plano Família). Os Planos CV I e Família são os únicos abertos para novas adesões, oferecendo cobertura previdenciária a diferentes públicos. O Plano CV I destina-se exclusivamente aos funcionários do BNB e da própria Capef, enquanto o Plano Família recebe Participantes Ativos e Assistidos dos Planos da Entidade, além de funcionários do BNB, Capef, Camed, INEC e respectivos familiares até o 3º grau de parentesco.



Nosso Propósito

Desde 1967 nosso maior compromisso é proporcionar uma vida financeira melhor para nossos participantes, hoje e no futuro. Com esse propósito em mente, a Capef atua com excelência, dedicação e transparência, administrando os recursos com responsabilidade e oferecendo aos participantes um futuro repleto de possibilidades.



Missão

Proporcionar bem-estar e segurança financeira aos participantes e seus familiares, por meio de soluções previdenciárias eficientes, em parceria com os patrocinadores.



Valores

Confiança

Inspiramos credibilidade, agindo com prudência, ética e eficiência.

Excelência

Perseguimos a eficiência da operação, combinando colaboração, modernidade tecnológica e melhores práticas de gestão.

Sucesso do participante

Somos comprometidos em superar as expectativas dos nossos participantes.

Sustentabilidade

Conduzimos nosso negócio baseados na empatia, simplicidade e inovação.

Mentalidade de dono

Assumimos pessoalmente a responsabilidade pelo sucesso da empresa, entregando nosso melhor diariamente.

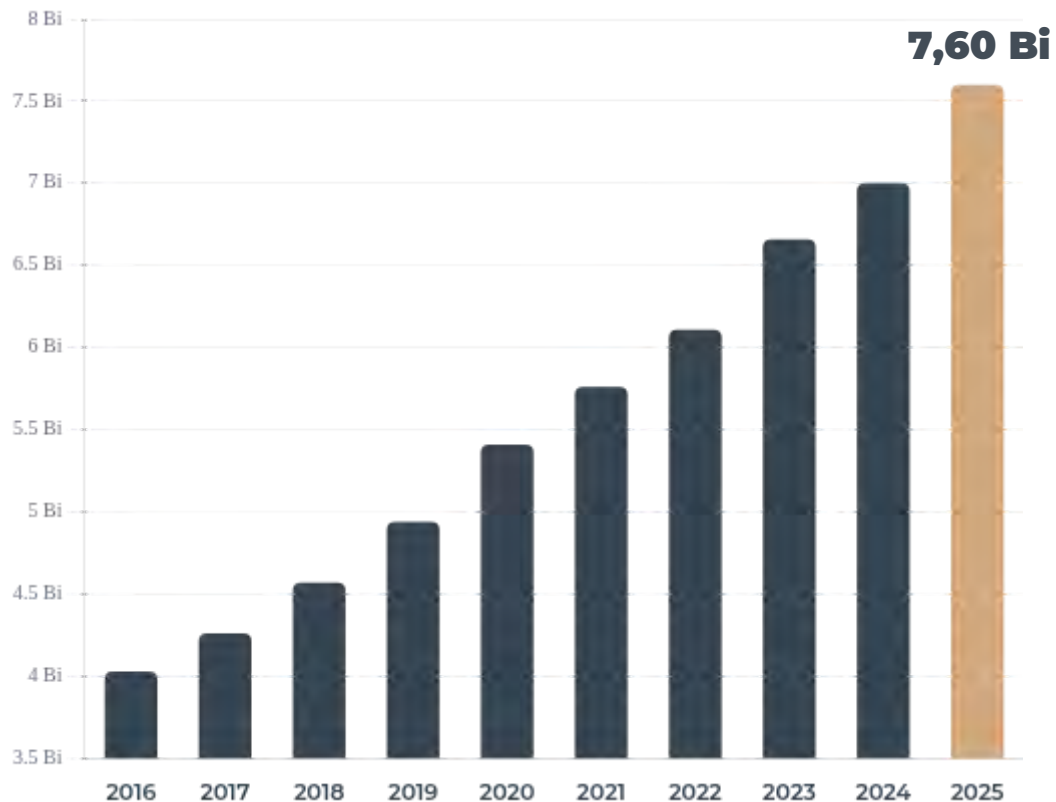
Foco em pessoas

Trabalhamos em Equipe, orientados pela Confiança, Empatia, Colaboração e Equidade nas relações. Construimos pontes entre as pessoas e áreas, cuidando do desenvolvimento de cada indivíduo e de toda a organização.



2025 em Números

Evolução Patrimonial (R\$ Bilhões)



Crescimento contínuo: R\$ 7,60 Bilhões em 2025



Experiência

58 Anos

De história e dedicação à previdência complementar.



Posicionamento

2ª Maior

Entidade do N/NE e 26ª do Brasil.



Patrimônio

R\$ 7,60 Bilhões

Patrimônio de Investimentos consolidado em 2025.



Participantes

19.461

Total de participantes nos planos da Capef.



Contribuições

R\$ 472,1 Milhões

Recebidas em 2025 (R\$ 472.116.616,24).



Benefícios

R\$ 593,8 Milhões

Pagos em 2025 (R\$ 593.845.468,21).

2025 em Números

Plano	 Patrocinadores	 Participantes	 Patrimônio de Investimentos	 Contribuições Recebidas	 Benefícios Pagos
BD	BNB, Camed e Capef	6.057	R\$ 4,30 Bilhões	R\$ 210.933.816,12	R\$ 574.356.992,69
CV I	BNB e Capef	6.836	R\$ 3,19 bilhões	R\$ 228.212.408,35	R\$ 19.242.200,60
FAMÍLIA	Camed Saúde, Camed Corretora, Camed Microcrédito e INEC	6.568	R\$ 43,38 milhões	R\$ 32.970.391,77	R\$ 246.274,92

Nosso Time







Guiada pelo valor Foco em Pessoas, a Capef entende que cuidar da jornada dos colaboradores é cuidar do próprio futuro da Entidade: “Trabalhamos em equipe, orientados pela confiança, empatia, colaboração e equidade nas relações. Construímos pontes entre as pessoas e áreas, cuidando do desenvolvimento de cada indivíduo e de toda a organização”. Esse olhar atento ao ser humano se traduz no compromisso com o desenvolvimento de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, no fortalecimento da organização como um todo, reconhecendo que resultados sustentáveis nascem de relações humanas sólidas e do engajamento coletivo.



Tendo início nos processos de Recrutamento a Seleção, a Capef busca acolher candidatos de todas as origens, sem distinção de raça, gênero, orientação sexual, idade ou qualquer outra característica que torne cada pessoa única. A formação de equipes multidisciplinares e multiculturais contribui para ampliar perspectivas, fortalecer a inovação e promover soluções mais completas e alinhadas às necessidades dos participantes. Esse compromisso foi formalizado e estabeleceu metas objetivas de diversidade, na qual são previstas uma força de trabalho feminino de 40% no quadro de funcionários e de 30% em posições de liderança. Entretanto, em 2025, esta meta foi superada!

Conheça o Perfil dos Trabalhadores que Fazem Parte do Time Capef

Escolaridade

	 MULHERES	 HOMENS	 TOTAL
 ESPEC. / MBA	12	11	23
MESTRADO	2	1	3
SUPERIOR COMPLETO	16	14	30
SUPERIOR INCOMPLETO	2	4	6
TOTAL	32	30	62

Gênero

	 MULHERES	 HOMENS	 TOTAL
 EQUIPE	31	30	61
LIDERANÇA	6	5	11
TOTAL	37	35	72

Saúde Mental é Prioridade



A saúde mental do time também ocupa lugar central na agenda institucional. Em alinhamento à NR-01, no ano de 2025 foi realizada uma pesquisa para identificação de riscos psicossociais, que permitiu mapear percepções e direcionar ações de cuidado e prevenção. Entretanto, observou-se que a Capef já adota práticas que apoiam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, como a parceria com o TotalPass, que oferece acesso a academias, aplicativos de saúde e iniciativas voltadas à qualidade de vida.

Nesse mesmo contexto, foi lançada a campanha **“Desconectar também é produzir”**, com o objetivo de conscientizar líderes e colaboradores sobre a importância da desconexão digital para a saúde mental, a qualidade de vida e uma produtividade sustentável. A campanha contou com intervenções ao longo do ano — como postagens internas, dinâmicas antes de fóruns institucionais e momentos de reflexão coletiva — incentivando o respeito aos limites de jornada e práticas de trabalho mais equilibradas. Em setembro, a iniciativa foi fortalecida com a palestra “Equilíbrio em tempos de urgência: saúde mental, autoconhecimento e uso do tempo”, ampliando o debate e o autoconhecimento do time.

Valorização do Time



A valorização do Time também faz parte dos programas institucionais. Como forma de valorizar trajetórias e fortalecer o sentimento de pertencimento, a Capef mantém o programa Nossa História, por meio do qual reconhece, anualmente, colaboradores que completam marcos de 5 a 40 anos de atuação na Entidade, celebrando relações construídas com base na confiança, no respeito e na dedicação ao longo do tempo.

Competição Saudável



Outro ponto de destaque foi a ação de integração, que visou, a celebração do aniversário da Capef.. O evento foi marcado por uma animada competição de kart, na qual equipes formadas por colaboradores disputaram o pódio em um clima de integração, espírito esportivo e muita diversão. Mais do que uma corrida, o momento simbolizou trabalho em equipe, cooperação e a energia coletiva que impulsiona a Entidade rumo a novos desafios.

Fóruns de Alinhamento Institucional (FAI)



Além disso, a Capef promove espaços permanentes de diálogo e alinhamento alinhados ao nosso valor, visando construir pontes entre as pessoas e áreas. Um desses exemplos são os Fóruns de Alinhamento Institucional (FAI), que são encontros no qual são compartilhados os resultados estratégicos acumulados por trimestre, além de pautas relevantes para o time.



CERTIFICADO 2025

Selo de Engajamento ABRAPP

A boa qualidade desse ambiente foi atestada por meio da renovação, pelo 5º ano consecutivo, do Selo de Engajamento da ABRAPP. Por meio de uma pesquisa com as Entidades de Previdência Fechada, a Associação mensura o vínculo formado entre a entidade e seus colaboradores, fazendo com que o ambiente de trabalho seja produtivo e contributivo entre todos. O selo é um reconhecimento pela Abrapp dado às entidades que obtêm, no mínimo, 70% de participação de seus funcionários na pesquisa e alcançam pelo menos 75 na nota de engajamento. Em 2025, a Capef obteve 91,38% de participação e 76,4% de engajamento, o que garantiu a conquista do selo em mais um ano.

Capacitação

Ao longo do ano, esse time também pode obter conhecimentos e desenvolver competências por meio das Trilhas de Aprendizagem (treinamentos essenciais para o sucesso do negócio disponibilizados na Intranet) e de treinamentos ofertados pelo mercado:

2025	R\$ 100.759,58	4.212 HORAS
2024	R\$ 84.620,27	2.422 HORAS
2023	R\$ 73.653,37	2.024 HORAS

Time Engajado com o Social

A qualificação técnica e o engajamento social não são dimensões isoladas da cultura organizacional — ao contrário, se complementam e se fortalecem mutuamente. O mesmo espírito de colaboração que impulsiona o aprendizado contínuo esteve presente na mobilização solidária realizada em 2025. **A arrecadação de 1.634 kg** de alimentos para a campanha Natal Sem Fome (coordenada pelo INEC) demonstra que o engajamento do time ultrapassa as responsabilidades técnicas e alcança o compromisso social.

O movimento de doação também ganhou força durante o 32º Seminário de Investimentos e Benefícios da Capef. Atendendo ao convite divulgado no credenciamento do evento, os Participantes que estiveram no auditório contribuíram com a campanha, somando 49 kg de alimentos, que se juntaram ao volume arrecadado internamente.

Para o Diretor-Presidente da Capef, Ocione Mendonça, o resultado reflete o envolvimento coletivo da equipe.

“ *Foi uma mobilização muito bonita. A campanha aconteceu dentro da Capef com a participação de praticamente todo mundo: funcionários, gestores, diretores, estagiários, terceirizados e até Participantes. Cada doação representou um gesto simples, mas que, somado, faz diferença real para quem precisa”, afirmou.* ”



Campanha Natal Sem Fome 2025

Governança Corporativa

A Governança Corporativa constitui um dos pilares centrais para a sustentabilidade, a integridade e a perenidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especialmente em razão da natureza fiduciária de suas atividades e da responsabilidade na administração de recursos destinados à proteção previdenciária de longo prazo. Para uma EFPC, a governança vai além do atendimento às exigências regulatórias, representando um conjunto estruturado de práticas, controles e instâncias decisórias que asseguram transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, em consonância com os interesses dos Participantes, Assistidos, patrocinadores e demais partes interessadas.

Nesse contexto, a Capef mantém um modelo de governança alinhado às melhores práticas do sistema de previdência complementar fechado, fundamentado na atuação colegiada, na segregação de funções, na clareza de papéis e no fortalecimento contínuo dos mecanismos de controle e supervisão. Esse modelo tem como objetivo assegurar decisões técnicas, éticas e responsáveis, orientadas para a solidez dos planos administrados e para a confiança dos seus públicos.



Ocione Mendonça é Reconduzido à Presidência da Capef e Reeleito para o Sindicato Nacional das EFPCs

A liderança institucional exerce papel estratégico nesse arranjo de governança. Em 2025, o Conselho Deliberativo da Capef aprovou a recondução do Diretor-Presidente, Ocione Mendonça, para novo mandato à frente da Entidade, reforçando a continuidade administrativa e a estabilidade da gestão. A decisão considerou a trajetória profissional do dirigente, sua experiência no setor previdenciário e os resultados alcançados ao longo dos últimos ciclos.

Sob sua gestão, a Capef obteve diversas conquistas relevantes, dentre elas: o lançamento do Plano Família, que ampliou o acesso à previdência para familiares de Participantes, e novas parcerias estratégicas com o Grupo Camed e o Instituto Nordeste Cidadania (Inec). Além disso, a entidade se destacou como a segunda mais eficiente entre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar com patrocínio público federal, segundo levantamento da Previc.

Paralelamente, Ocione também foi reeleito para a Diretoria do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp), órgão vinculado à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), que representa as EFPCs no Brasil. A cerimônia de posse do Sindapp ocorreu no dia 4 de fevereiro, em São Paulo.

Vinculado à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), o Sindicato Nacional das EFPCs (Sindapp) atua na defesa dos interesses das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, contribuindo para a evolução do setor e o aprimoramento das políticas de governança e regulação.



Ocione Mendonça durante solenidade de Posse da nova gestão de Abrapp, Sindapp, ICSS e UniAbrapp, para mandato vigente pelo triênio 2025/2027. (Foto: ABRAPP)

Selo de Governança Corporativa da Capef é Renovado até 2028

O compromisso da Capef com elevados padrões de governança também se evidencia pelo reconhecimento externo e pela adoção voluntária de mecanismos de autorregulação. Em 2025, a Entidade teve renovado o Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, concedido pelo Conselho de Autorregulação da Abrapp, Sindapp e ICSS, com validade até 2028.

O Código de Autorregulação em Governança Corporativa define um conjunto de normas e princípios que orientam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) na adoção de estruturas mais eficientes e sustentáveis de gestão. A adesão é voluntária, e o selo é concedido após auditoria independente conduzida pelo ICSS, que verifica a conformidade da Entidade com as exigências do código.

A Capef aderiu ao programa em 2021 e conquistou o selo pela primeira vez em 2022. Desde então, tem mantido e aprimorado seus processos de governança. A nova avaliação considerou, inclusive, a versão mais recente do código (mais robusta e criteriosa), o que demonstra o compromisso da Entidade com a melhoria contínua.

A boa avaliação também foi confirmada pela Previc, que atribuiu à Capef nota 1,8 em seu rating geral de governança, em uma escala de 1 a 4, onde 1 representa o nível máximo de maturidade. O resultado indica que os processos da Entidade estão entre os graus “consolidado” e “em processo de otimização”, o que, na prática, significa governança consistente e em permanente aperfeiçoamento.



A certificação reforça a credibilidade e a transparência da Capef em um momento importante, de expansão do Plano Família e de novos desafios. Ela mostra que atuamos acima do mínimo regulatório, sempre em busca das melhores práticas do mercado

Ocione Mendonça
Diretor Presidente



Eleição dos Conselhos: Quadriênio 2024-2027



Outro elemento fundamental do modelo de governança da Capef é a atuação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja composição observa critérios de representatividade, equilíbrio e pluralidade de visões, com membros eleitos pelos Participantes e indicados pelo Patrocinador.

Em novembro de 2025, foi realizada a posse dos novos conselheiros para o ciclo 2025–2029, em solenidade institucional, marcando a renovação dos colegiados e a continuidade do processo decisório de forma estruturada e transparente

A renovação dos Conselhos reforça o papel estratégico dessas instâncias na definição das diretrizes da Entidade, na fiscalização dos atos de gestão e na preservação dos interesses dos Participantes e Assistidos. As manifestações dos novos dirigentes e das lideranças institucionais durante a cerimônia destacaram o compromisso coletivo com a sustentabilidade, a integridade e o futuro da Capef, reafirmando a governança como elemento central para a geração de confiança e para a condução responsável dos planos previdenciários administrados.



Assumimos este Conselho alinhados ao propósito da Capef de proporcionar uma vida financeira melhor para os nossos Participantes, hoje e no futuro. Temos o compromisso de fortalecer a governança e contribuir para resultados consistentes e sustentáveis

Sandra Lisboa

Presidenta do Conselho Deliberativo



Atuação dos Conselhos

Durante o ano de 2025 os Conselhos acompanharam a gestão da Entidade, realizando reuniões ordinárias e extraordinárias.

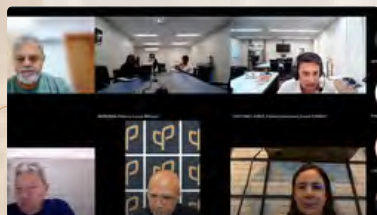


O CONSELHO DELIBERATIVO

Se reuniu 22 vezes, sendo:

12
reuniões ordinárias

10
reuniões extraordinárias



O CONSELHO FISCAL

Se reuniu 14 vezes, sendo:

12
reuniões ordinárias

2
reuniões extraordinárias

Ao longo do exercício, os conselheiros apreciaram e deliberaram sobre diversos temas. Seguem alguns exemplos.

- Autorização para movimentações nas Carteiras de Investimentos dos planos com valores acima do limite de 5%
- Apreciação do Termo de Referência e indicativo orçamentário preliminar, para prestação de serviços de Consultoria em Gestão de Investimentos
- Proposta de Custeio para o Plano Família para 2025
- Proposta de atualização do Regimento Interno da Diretoria Executiva da Capef
- Aprovação do Programa de Remuneração por Desempenho para 2025
- Relatório de Gestão de Riscos e Controles Internos, referente ao exercício 2024
- Relatório Trimestral de Riscos dos Planos da Capef
- Relatórios de Atividades da Ouvidoria e Auditoria Interna do ano
- Aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais dos Planos de Benefícios
- Aperfeiçoamento das Regras para Concessão de Empréstimos aos Participantes dos Planos BD e CV I
- Proposta de Ajustes na Estrutura Organizacional da Capef
- Revisão do Regimento Interno do Conselho Deliberativo
- Relatório de Auditoria Interna
- Avaliação do Modelo de Gestão de Investimentos da Capef
- Revisão da Política e do Manual de Integridade
- Definição das etapas do Recadastramento 2025
- Análise do relatório de sustentabilidade da Capef
- Apresentação da Taxa de Juros para Avaliação Atuarial de 2025
- Avaliação de Desempenho dos Órgãos Estatutários da Capef – Ciclo 2024
- Revisão da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo
- Atualização da Política Contábil da Capef
- Revisão da Política de Alçadas da Capef
- Relatório da Auditoria do Patrocinador – Constatações e Itens de Melhoria
- Alteração do Regulamento do Plano CV I para implementação de melhorias
- Estudo Atuarial do Fundo Administrativo - Redução de taxas no Plano CV I e manutenção no Plano BD
- Estudos técnicos do Plano BD - Premissas para a Avaliação Atuarial
- Estudo técnico da taxa de juros - Avaliação Atuarial do Plano CV I
- Contratação de consultoria para avaliar a gestão dos investimentos
- Proposta Orçamentária da Capef para o exercício seguinte
- Política de Investimentos dos Planos BD, CV I, PGA e Plano Família

Composição dos Conselhos

CONSELHO DELIBERATIVO

É responsável pela definição da Política de Administração da Capef e de seu Plano de Benefícios, sendo composto por seis membros: três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos associados. Cabe aos membros indicados a escolha, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.

Membros do Conselho Deliberativo

INDICADOS

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Titulares Sandra dos Santos Souza Lisbôa – Presidente Thiago Alves Nogueira – Vice-Presidente Luiz Sérgio Farias Machado | <ul style="list-style-type: none"> • Suplentes Neylson Moreira Bezerra Alexandre Silva Cavalcante Lívio Tonyatt Barreto da Silva |
|--|---|

ELEITOS

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Titulares Bruno Ricardo Pena de Sousa João Francisco Freitas Peixoto Rômulo Pereira Amaro | <ul style="list-style-type: none"> • Suplentes Laurindaluiza Soares de Macêdo Genival Vila Nova |
|---|---|

CONSELHO FISCAL

Responsável pela fiscalização das atividades da Capef, o Conselho Fiscal é composto por dois membros indicados e dois eleitos.

Membros do Conselho Fiscal

INDICADOS

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Titulares Antônio Jorge Pontes Guimarães Junior Layanne Moraes Farias de Freitas | <ul style="list-style-type: none"> • Suplentes Ticiano Pinto Rangel Angélica Albuquerque de Paiva |
|--|---|

ELEITOS

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Titulares Jorge Antônio Bagdeve de Oliveira - Presidente Francisco das Chagas Araújo Silva | <ul style="list-style-type: none"> • Suplentes Gildete Mesquita Ribeiro |
|---|--|



03 Gestão Estratégica

A Gestão Estratégica da Capef em 2025 esteve orientada por um objetivo central: promover crescimento sustentável dos planos, ampliar a base de Participantes e fortalecer a arrecadação recorrente, sem perder de vista a proximidade, a transparência e a autonomia do Participante nas decisões previdenciárias.

Esse direcionamento se materializou em um conjunto integrado de iniciativas que articularam expansão institucional, fortalecimento do relacionamento, uso intensivo de tecnologia e educação previdenciária aplicada à prática, permitindo que a previdência complementar deixasse de ser tratada como um tema distante e passasse a integrar a rotina financeira dos públicos atendidos.

O ano de 2025 consolidou esse movimento. A Capef encerrou o exercício com crescimento expressivo da base, recorde histórico de arrecadação e ampliação relevante do patrimônio sob gestão, evidenciando a efetividade das decisões estratégicas adotadas.

Expansão dos Planos CV I e Família



No campo da expansão, a Capef registrou **4.476 novas adesões** em 2025, o que representou um crescimento de 32% da base de Participantes em relação a 2024. Esse avanço ocorreu de forma diferenciada entre os planos, refletindo suas características estruturais.

No Plano CV I, o espaço para crescimento é naturalmente mais limitado, uma vez que mais de 90% dos funcionários já estão no plano, o que reduz a possibilidade de novos entrantes. Ainda assim, o ano trouxe 166 novos aderentes ao CV I.

Já no Plano Família, a estratégia de crescimento mostrou-se amplamente escalável. O plano registrou **4.310 novas adesões**, impulsionadas principalmente por dois vetores: familiares de Participantes e colaboradores de instituidores e parceiros, ampliando o alcance da previdência complementar para além do público tradicional.



As parcerias ajudaram a acelerar essa expansão, e isso é mérito de um trabalho construído com INEC e Grupo Camed.

Ocione Mendonça
Diretor Presidente da Capef



Recorde de Arrecadação

O crescimento da base foi acompanhado por um desempenho financeiro igualmente relevante. Em 2025, a Capef alcançou um recorde histórico de arrecadação, totalizando R\$ 24.382.440,16 em aportes extras, portabilidades de entrada e antecipações de Tempo de Serviço Passado (TSP) nos Planos CV I e Família.

Esse resultado representou uma alta de 171,51% em relação ao exercício anterior, quando o volume arrecadado havia sido de R\$ 8.980.414,79. Destaca-se o peso das portabilidades de entrada no Plano Família, que somaram R\$ 13.929.296,97, sendo a maior parte oriunda de parcerias institucionais consolidadas com o INEC e o Grupo Camed.

Mesmo desconsiderando os valores diretamente associados às parcerias, a arrecadação de 2025 teria alcançado R\$ 11.138.341,84, o que ainda assim representaria um crescimento de 24,03% em relação a 2024. Esse dado evidencia que o avanço não se limitou a fatores externos, mas refletiu, sobretudo, maior engajamento dos próprios Participantes, que passaram a utilizar com mais frequência instrumentos como aportes extras, portabilidades voluntárias e antecipações de TSP.



Quando portabilidade e aporte extra crescem desse jeito, é sinal de que a educação financeira saiu do conteúdo e entrou na rotina.

A pessoa entende a regra, compara cenários e coloca dinheiro na própria reserva com intenção e método.

Sérgio Clark
Diretor de Administração e Investimentos



Patrimônio Sob Gestão

Volume de recursos administrados por plano em 2025




Como resultado desse conjunto de estratégias, a Capef encerrou 2025 com aproximadamente R\$ 7,6 bilhões em patrimônio de investimentos sob gestão, distribuídos entre os planos administrados: Plano BD (R\$4,3 bi), Plano CV I (R\$ 3,1 bi) e Plano Família (R\$ 43,3 mi), além do PGA (R\$ 111,4 mi).

O desempenho do Plano Família merece destaque específico. Lançado em julho de 2023, o plano atingiu, em cerca de dois anos, um patrimônio superior a R\$ 43 milhões, sustentado por adesões contínuas, contribuições recorrentes e volume relevante de portabilidades. Esse patamar indica que o plano ingressou em uma fase de ganho de escala, com maior previsibilidade financeira e diluição de custos, fortalecendo sua eficiência operacional e a segurança dos Participantes.

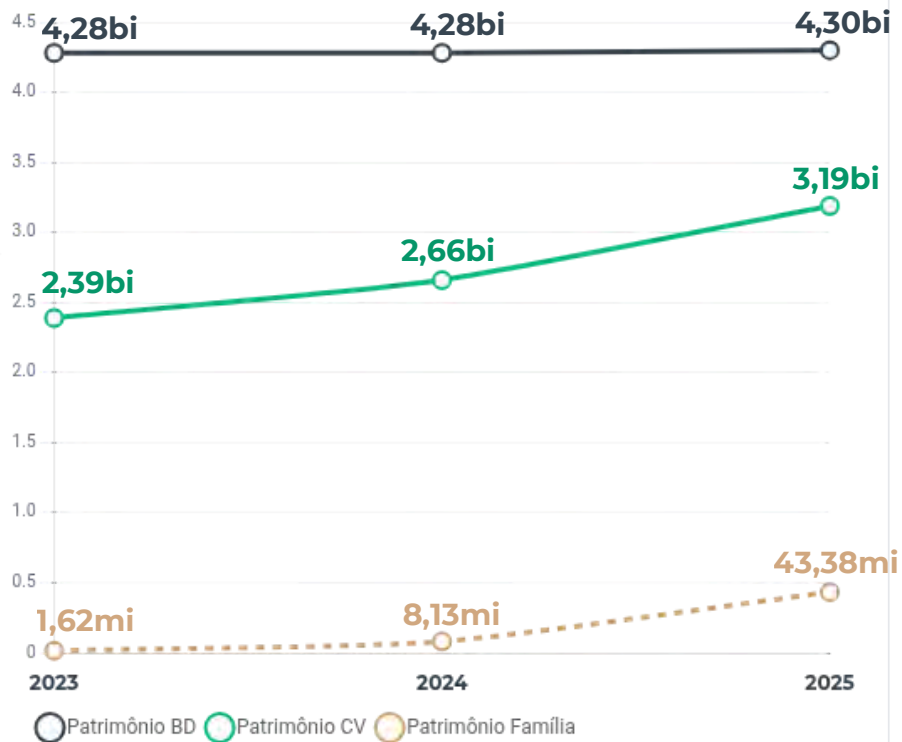
“*Para um plano com pouco tempo de vida, esse patrimônio tem um significado importante: ele mostra que o Plano Família já entrou em fase de escala. Escala melhora eficiência, dá previsibilidade e cria uma base mais sólida para o Participante, porque o crescimento deixa de depender de poucos aportes grandes e passa a vir de contribuição recorrente, mês a mês.*”

Henrique Tinoco
Diretor de Previdência



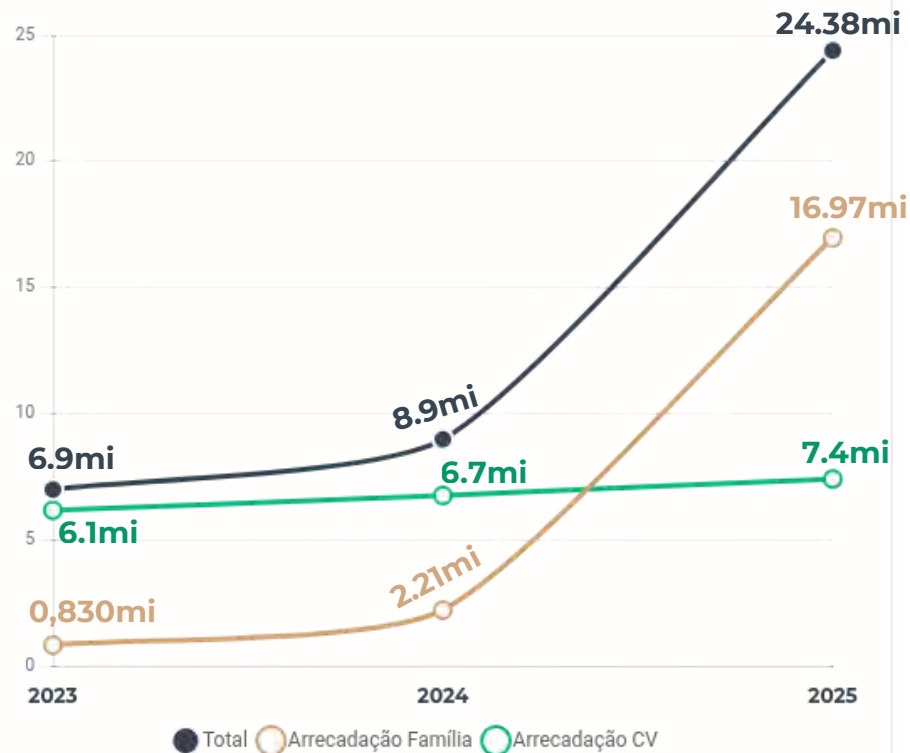
Evolução Patrimonial e Arrecadação 2023-2025

Evolução dos patrimônios dos planos nos últimos 3 anos



Arrecadação dos Planos nos últimos 3 anos

Aportes extras, portabilidades de entrada e pagamento de tempo passado



Parceria com a Camed Microcrédito

O crescimento do Plano Família foi potencializado pela ampliação de parcerias institucionais estratégicas. Em 2025, a Camed Microcrédito passou a oferecer o Plano Família a seus colaboradores.



Com essa expansão, 2.645 colaboradores da Camed Microcrédito passaram a ter acesso ao plano, com modelo de contribuição acessível, incluindo patrocínio paritário de 3% do salário e possibilidade de aportes voluntários adicionais. Essa estratégia reforçou o caráter inclusivo do plano e sua aderência às diferentes realidades financeiras dos Participantes.

Somada ao ingresso recente do Grupo Camed e INEC, essa iniciativa consolidou um modelo de crescimento institucional baseado em parcerias de longo prazo, alinhadas ao propósito previdenciário da Entidade.

Proximidade, Educação Previdenciária e Relacionamento



Além dos resultados financeiros, a Gestão Estratégica de 2025 foi marcada pelo fortalecimento da presença institucional da Capef junto aos seus públicos. Por meio do programa Capef na Estrada, a Entidade ampliou significativamente o contato direto com Participantes e parceiros.

Ao longo do ano, foram realizadas 65 ações presenciais, contando as visitas aos ambientes/agências/cidades, além de 52 reuniões e eventos online, alcançando mais de 1.049 pessoas presencialmente e mais de 2.212 participantes por canais digitais (eventos e apresentações online). Essa estratégia de proximidade contribuiu para transformar educação previdenciária em ação concreta, permitindo que dúvidas fossem esclarecidas no momento adequado e decisões fossem tomadas de forma consciente.

Tecnologia e Automação para Crescimento Sustentável

A estratégia de crescimento foi sustentada por investimentos consistentes em tecnologia e automação, voltados para modernização dos sistemas de negócio da entidade, com foco na melhoria dos processos internos e sustentabilidade eficiente da operação.

Foram adotadas práticas alinhadas às melhores referências de mercado em arquitetura corporativa, segurança da informação e automação de processos, fortalecendo a proteção dos dados, a conformidade regulatória e a rastreabilidade das operações.

Além disso, a transformação tecnológica viabilizou a expansão de serviços digitais oferecidos aos participantes, com maior autonomia e qualidade no atendimento. Internamente, os avanços geraram ganhos expressivos de produtividade, consolidando uma base tecnológica preparada para sustentar a estratégia de longo prazo da Caepf.

Novo Sistema de Empréstimo



Desenvolvimento do novo Sistema de Empréstimos, concebido sob uma arquitetura moderna, segura e orientada à automação. A solução foi estruturada para proporcionar maior controle operacional, integração nativa com os sistemas corporativos, rastreabilidade das operações e agilidade no processamento das solicitações. O novo sistema elevou o nível de confiabilidade dos cálculos, aprimorou os mecanismos de análise e concessão e reduziu intervenções manuais, fortalecendo a governança e mitigando riscos operacionais.

Atualização do Data Center



A primeira fase desse processo concentrou-se na atualização do Data Center, etapa fundamental para sustentar as evoluções sistêmicas. Essa modernização contemplou a atualização do parque de servidores adequando a necessidade de processamento da entidade, aprimoramento da camada de virtualização, revisão da arquitetura de armazenamento com aumento de sua capacidade e, reforço dos mecanismos de backup e recuperação de desastres, além da elevação dos padrões de segurança e monitoramento.

Modernização do Sistema de Previdência



Foi feito estudo técnico para definição da nova modelagem arquitetural do sistema de previdência, com foco em escalabilidade, segurança, desempenho e sustentabilidade tecnológica no médio e longo prazo e implementadas da nova arquitetura no sistema e melhorias de performance em processos críticos, identificados a partir de uma avaliação conjunta entre as equipes de Previdência e Tecnologia. Essa atuação integrada permitiu mapear gargalos operacionais, revisar fluxos sistêmicos, otimizar consultas e rotinas de processamento, além de aprimorar regras de negócio com maior aderência às necessidades operacionais.

Como resultado, observou-se redução no tempo de resposta das operações, maior estabilidade do ambiente e melhoria na experiência dos usuários internos, fortalecendo a confiabilidade e a eficiência dos sistemas que suportam a gestão previdenciária da Entidade.

Lançamento do Simulador de Portabilidade



Em 2025, também foi desenvolvido um novo simulador de portabilidade, que permite ao Participante comparar, de forma objetiva e transparente, taxas, rentabilidade e impacto financeiro entre planos de mercado e os planos administrados pela Entidade.

A solução conferiu maior autonomia ao Participante e reforçou o compromisso institucional com a transparência e a tomada de decisão baseada em dados.

Otimização da Operação Comercial



Ferramentas digitais passaram a apoiar a gestão de leads, o acompanhamento de oportunidades comerciais, o monitoramento de indicadores de conversão e a execução de campanhas de engajamento em escala.

Como iniciativa para otimizar a operação comercial, a Capec implementou no segundo semestre de 2025 o envio de notificações automatizadas pelo WhatsApp. Em seis meses, 2.295 mensagens foram enviadas, alcançando 1.442 participantes, dos quais 330 concretizaram ações previdentes como adesão, aporte, compra de TSP ou portabilidade no mesmo período.

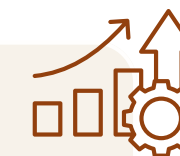
No campo da sustentabilidade financeira, foram implementadas ações estruturadas de redução da inadimplência no Plano Família, combinando comunicação educativa, alertas automáticos, cobrança ativa e automação de mensagens, inclusive via WhatsApp. Essas iniciativas contribuíram para preservar a proteção previdenciária dos Participantes e a saúde financeira do plano.

Inclusão dos Serviços Digitais no Plano Família

Para viabilizar as inovações previstas no novo Regulamento do Plano Família (vide matéria no tópico posterior “Destques da Gestão Previdenciária e Atuarial”), bem como a ampliação do quadro de participantes do referido Plano, a Capef adicionou a inclusão de novos serviços digitais, por meio da automação dos processos relacionados aos institutos previdenciários e à concessão de benefícios, possibilitando sua realização de forma totalmente digital.

Assim como já ocorre nos Planos BD e CV, os participantes do Plano Família passaram a contar com a possibilidade de solicitar benefícios e institutos previdenciários de maneira digital, diretamente pelo site ou aplicativo da Entidade. Essa iniciativa representa um avanço significativo, ao eliminar custos com impressão, envio de documentos físicos e despesas cartorárias, além de contribuir para a sustentabilidade operacional.

A implementação dos serviços em ambiente digital resultou em processos mais ágeis, intuitivos e transparentes, aprimorando de forma expressiva a experiência dos participantes. Agora, é possível acompanhar todas as etapas da solicitação de benefícios ou institutos previdenciários do Plano Família, desde a abertura automática da ocorrência até a conclusão do processo de concessão.



Melhorias nos Processos de Obrigações Fiscais

Em 2025 também foram implementadas melhorias de performance nos processos relacionados às obrigações fiscais, como a EFD-Reinf e a E-financeira, além de melhorias nos Comprovantes de Rendimentos, com a inserção de mensagens que facilitam a realização da declaração de ajuste anual pelos participantes.

Também foram realizadas otimizações no processo de adesão, recadastramento de participantes e acompanhamento das informações encaminhadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

Planejamento Estratégico



Atenta a um cenário cada vez mais dinâmico e desafiador, marcado por rápidas transformações econômicas, sociais e tecnológicas, a Capef promoveu a atualização de seu Planejamento Estratégico de forma participativa e estruturada, assegurando alinhamento com seu propósito institucional e com as demandas do futuro.

O processo teve início com uma análise do ambiente interno e externo, envolvendo lideranças e colaboradores em grupos de trabalho multidisciplinares. Foram considerados desafios estratégicos já identificados em ciclos anteriores, além de referências do setor de previdência complementar, o que permitiu priorizar temas críticos para a evolução da Entidade.

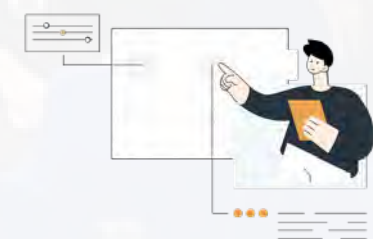
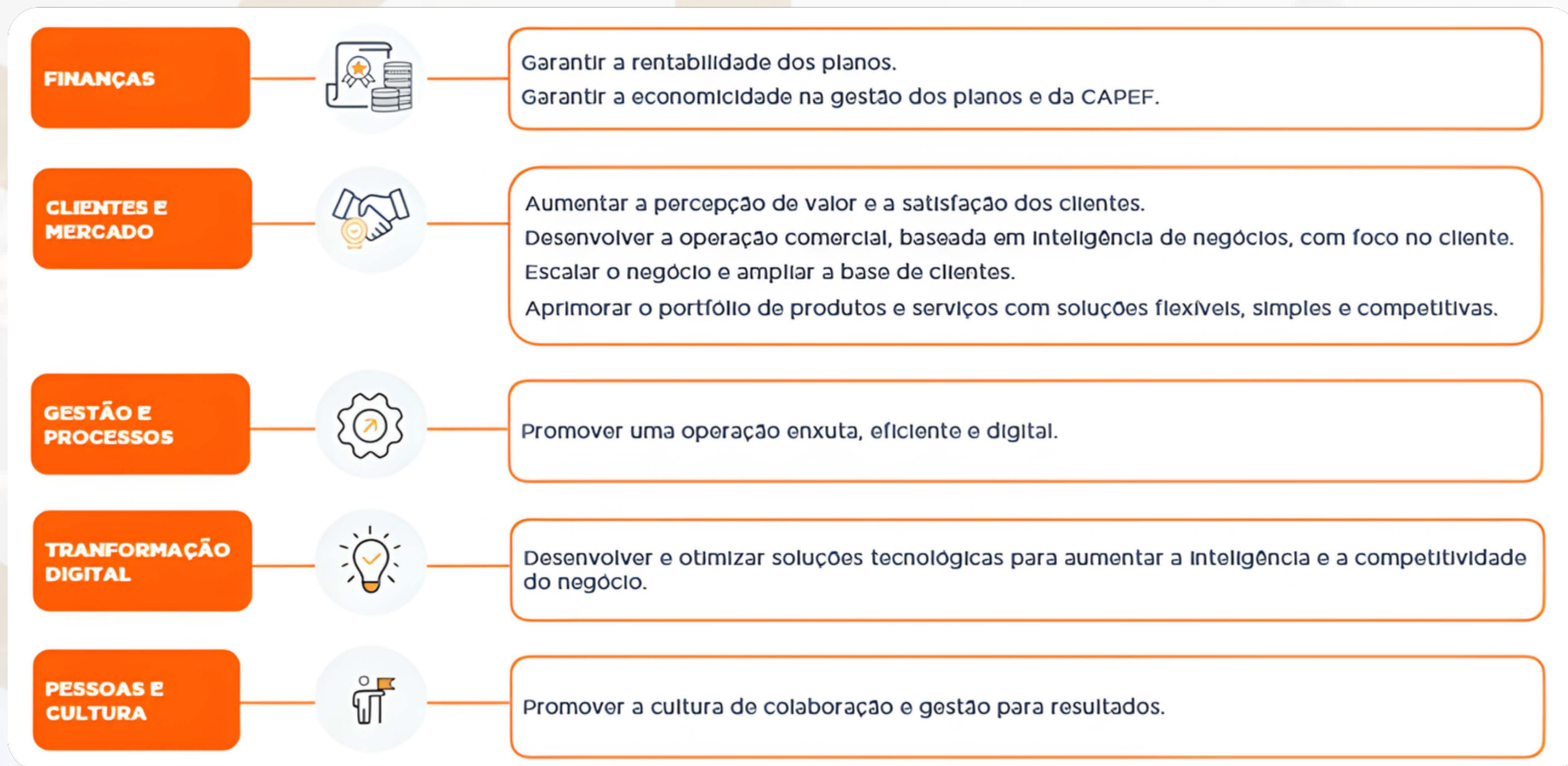
Como parte dessa jornada, a Capef realizou um workshop de boas práticas com a participação de entidades de referência no segmento, promovendo a troca de experiências, o benchmarking e a identificação de oportunidades de aprimoramento. A partir desse diálogo, foram mapeados pontos fortes, práticas inspiradoras e lacunas prioritárias, considerando as dimensões de Finanças e Sustentabilidade, Cliente e Mercado, Gestão e Processos, Tecnologia e Transformação Digital, e Pessoas e Cultura.

Alinhado à visão da Capef, o trabalho possibilitou a definição das principais capacidades e recursos organizacionais, bem como a construção do futuro desejado para a Entidade, tendo como horizonte o ano de 2030. Desse exercício resultou a identificação de projetos estratégicos voltados à sustentação do crescimento, da eficiência e da excelência institucional.

Por fim, foram definidos projetos estruturantes e indicadores estratégicos, com destaque para as iniciativas priorizadas para 2026. Esse movimento reafirma o compromisso da Capef com a melhoria contínua, a transparência, a inovação e a oferta de soluções previdenciárias cada vez mais sólidas, eficientes e alinhadas às necessidades de seus participantes.



Mapa Estrategico 2025 - 2030



04

Comunicação & Relacionamento

Em 2025, a Comunicação e o Relacionamento da Capef foram conduzidos de forma integrada e estratégica, articulando campanhas temáticas, canais digitais, eventos presenciais e on-line, ações de educação financeira e mecanismos permanentes de escuta. As iniciativas tiveram como foco fortalecer o vínculo com os Participantes, ampliar o acesso à informação previdenciária, incentivar comportamentos financeiros conscientes e reforçar a transparência e a proximidade institucional.

Campanhas de Comunicação e Vendas

O tema central das campanhas de comunicação e vendas de 2025 foi “Transformando Objetivos em Conquistas”, cujo objetivo foi disseminar o papel que a Capef desempenha na vida dos Participantes e seus familiares, ajudando-os a planejar e realizar objetivos para conquistar bem-estar e segurança financeira, com cuidado e compromisso. Dentre elas, seguem as ações que geraram mais engajamento e resultados.



Jornada Previdente

Em celebração aos seus 58 anos, a campanha Jornada Premiada convidou os participantes a impulsionarem sua vida financeira por meio da leitura de conteúdos educativos, com resposta a perguntas e da realização de ações previdentes no seu plano, como gravação de aportes extras, TSP e Portabilidade. Os participantes que responderam corretamente ao quiz da semana e realizaram ações previdentes ganharam acesso a uma raspadinha recheada de premiações.

Ao todo, 879 participantes foram impactados com as ações durante o período.

Maximize seus Ganhos

Para disseminar a importância do planejamento tributário, a Capef promove anualmente a campanha “Maximize seus Ganhos, Minimize seus Impostos”, com o objetivo de impulsionar a arrecadação dos Planos CV I e Família. Os participantes recebem comunicações frequentes sobre o benefício fiscal e a vantagem de realizar contribuições extras para atingir o teto da dedução fiscal, redirecionando parte dos impostos para impulsionar a reserva e o benefício projetado, além da oportunidade de realizar portabilidade e ter ganhos de rentabilidade.

3.713 participantes realizaram aportes, compra de TSP ou portabilidade nos planos CV I e Família e concorreram às premiações.

Campanha de Adesão Microcrédito

Com o objetivo de impulsionar a adesão do Plano Família pelos funcionários da Camed Microcrédito durante os primeiros meses de lançamento, foram realizadas várias campanhas de adesão. No primeiro mês, os funcionários aderentes ganhavam brindes institucionais imediatos, já nos meses seguintes as campanhas promoviam sorteios de vouchers exclusivos e garantiam o acesso a uma raspadinha premiada, com a possibilidade de ganharem brindes institucionais. Além disso, foi fortalecida a presença em eventos, como o Encontro de Assistentes, além da realização de apresentações online com o corpo funcional e visitas aos ambientes da Camed Microcrédito.

O conjunto destas ações resultaram em mais de 2.150 adesões para o Plano Família.

Novo Chatbot: Atendimento Inteligente

Como evolução dos canais de relacionamento, a Capef avançou no atendimento digital com a implantação do Novo Chatbot: Atendimento Inteligente. A solução passou a contar com uma camada de Inteligência Artificial que permite interações mais naturais, por texto ou áudio, sem a necessidade de navegação exclusiva por menus. O novo fluxo garante mais agilidade e autonomia ao Participante, mantendo a integração com os canais humanos para demandas que exigem análise especializada.

O assistente virtual está disponível **24 horas por dia, 7 dias por semana**, oferecendo acesso a diversos serviços automáticos, como consultas, extratos, simulações e comprovantes, para os diferentes planos administrados pela Capef.

O Diretor de Previdência, Henrique Tinoco, reforçou que a inovação não substituirá o atendimento humano:

Quando o Participante precisa de serviços simples, como comprovante de rendimentos ou margem de empréstimos, a prioridade é ter agilidade. Mas quem precisar de uma análise mais detalhada continuará contando com a nossa central e com a possibilidade de agendamento. A tecnologia vem para acelerar o que precisa ser rápido, sem transformar a relação com a Capef em algo robotizado.

Henrique Tinoco
Diretor de Previdência



Serviços Disponíveis no Bot

PLANOS BD E CV I

- Margem de Empréstimo
- Demonstrativo de Pagamento
- Simulação de Benefícios
- Extrato de Contribuições
- Comprovante de Rendimentos
- Informativo Acontece

PLANO FAMÍLIA

- Aporte Extra
- Extrato de Contribuição
- 2ª Via de Pagamento
- Alteração de Valor, Data ou Forma de Contribuição
- Resultados



Eventos

Restrospectiva 2025 e Diálogo com a Diretoria

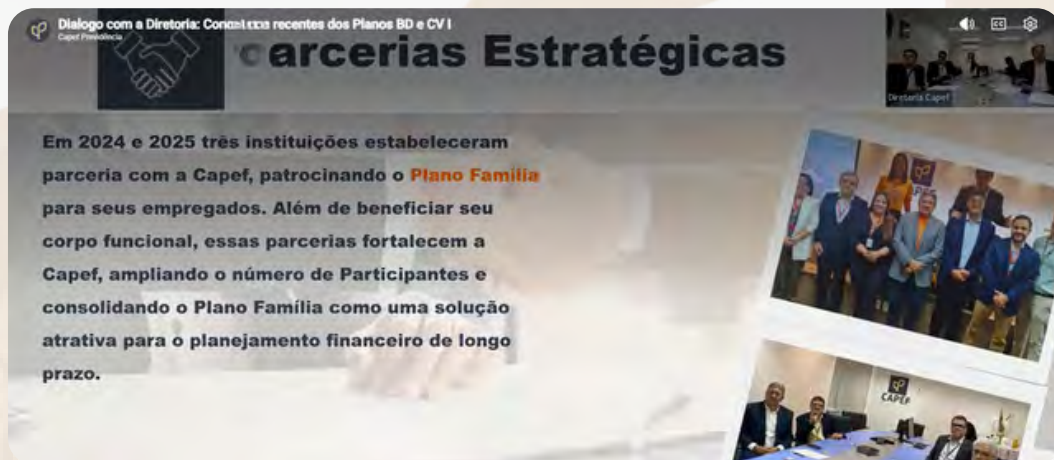
Transparência e proximidade com os Participantes são pilares da Capef. Reforçando esse compromisso, no dia 15 de janeiro, a Capef realizou o evento Diálogo com a Diretoria, um encontro on-line para compartilhar os resultados de 2024, as perspectivas para 2025 e abrir espaço para um diálogo direto com nossos Participantes.

Com mais de 310 participantes conectados, a ocasião evidenciou o engajamento e o interesse em compreender melhor a gestão da Entidade. Perguntas e interações no chat enriqueceram a discussão, tornando o momento ainda mais interativo e dinâmico.

Os diretores da Capef — Ocione Mendonça (Diretor-Presidente), Sérgio Clark (Diretor de Administração e Investimentos) e Henrique Tinoco (Diretor de Previdência) — conduziram a reunião, que teve início com uma retrospectiva dos principais acontecimentos de 2024.



Eventos



Caepf Realiza 2ª Edição do Diálogo com a Diretoria

Dando continuidade a essa agenda de relacionamento, em agosto de 2025 foi realizada a **2ª edição do Diálogo com a Diretoria**, reunindo Participantes dos Planos BD e CV I em um bate-papo aberto e direto. O encontro consolidou-se como um canal permanente de aproximação, prestação de contas e esclarecimento de dúvidas.



Dia do Participante Iota BNB Clube

Celebrar o presente e olhar para o futuro foi o tom do **Dia do Participante 2025**, realizado no dia 23 de janeiro no BNB Clube Fortaleza. O tradicional evento, que marca o Dia do Aposentado e o **Dia Nacional da Previdência Social**, reuniu **mais de 250 pessoas**, um número que se supera a cada ano, e se consolida como uma homenagem ao papel dos Participantes na história da Caepf.

A abertura contou com a participação do Diretor Presidente da Caepf, Ocione Mendonça, que iniciou o evento saudando os presentes e destacando os resultados alcançados em 2024.

Além do Diretor Presidente, participaram da abertura Bruno Pena, representando o Conselho Deliberativo; Jorge Bagdeve, Presidente do Conselho Fiscal; José Ferreira Chagas, Diretor Financeiro da AABNB; e Ana Teresa Barbosa de Carvalho, Diretora de Administração do Banco do Nordeste.

Eventos



Eventos On-line de Autonomia Digital

No eixo de educação e inclusão digital, a Capef realizou, em 2025, novas edições dos Eventos on-line de Autonomia Digital, voltados especialmente aos Participantes 50+. As aulas abordaram o uso do WhatsApp, do site e do aplicativo da Capef, além de temas relacionados à Inteligência Artificial aplicada à rotina, promovendo maior autonomia e segurança no uso das tecnologias.

No dia 12 de março, a Capef realizou a sua 3ª aula, que reuniu 166 Participantes para ensinar “como se comunicar melhor pelo WhatsApp, acessar informações previdenciárias com facilidade e navegar pelo site e app da Capef sem dificuldades”.

As aulas sempre contam com a presença da Diretoria e são conduzidas pela equipe da Mais Vívida, que desta vez destacou:

- Funções do whatsapp para facilitar o dia na dia;
- Como salvar contatos de diferentes maneiras;
- Como criar grupos e administrá-los sem bagunça;
- Como iniciar chamadas de vídeo e áudio;
- Como responder e interagir melhor em conversas e grupos;
- Como usar o WhatsApp Web, facilitando o uso em telas maiores; e
- Como acompanhar as novidades da Capef pelas Comunidades de whastapp.

Em setembro, foi realizada a 4ª aula de Autonomia Digital, cujo tema foi “Como a Inteligência Artificial pode ajudar nas tarefas de rotina, saúde e bem-estar”, que reuniu 194 participantes.

A empresa Mais Vívida conduziu a apresentação, explicando o conceito de Inteligência Artificial e apresentou ferramentas já conhecidas por muitos:

- Ferramentas de IA: ChatGPT e Gemini, para gerar textos e responder perguntas; DALL-E e MidJourney, que criam imagens; Copilot, que auxilia em planilhas e programação; Assistentes de voz, como Alexa e Siri;
- Foco em exemplos práticos usando o ChatGPT;
- Na sequência, um profissional da área de Relacionamento apresentou os novos serviços do chatbot, que agora adiciona inteligência artificial.

E-book: Guia Prático de Educação Financeira

Os participantes da 4ª aula ainda foram premiados com um E-book “Independência Financeira: Como Transformar Objetivos em Conquistas, um guia prático que mostra, de forma simples, como organizar receitas e despesas, transformar hábitos de consumo em investimento e dar passos concretos rumo a uma vida mais segura.

O material também apresenta estratégias específicas para Participantes da Capef, como os aportes facultativos e a portabilidade, que permitem aumentar o patrimônio e ainda reduzir o Imposto de Renda.



Semana ENEF 2025: Hábitos Financeiros, Planejamento e Futuro em Pauta



A Capef também integrou a Semana ENEF 2025, promovendo ações voltadas à educação financeira e previdenciária, entre os dias 12 e 18 de maio. A participação reforçou o compromisso institucional com a formação de hábitos financeiros saudáveis e o planejamento de longo prazo.

A Entidade participou da Semana, com duas ações especiais voltadas à promoção da educação previdenciária e à construção de hábitos financeiros mais saudáveis entre seus públicos: o lançamento da nova página Minha Renda, Meu Futuro e uma palestra ao vivo com o especialista Leandro Trajano.



Lançamento da nova página “Minha Renda, Meu Futuro”

Reformulada e ampliada, a página reúne uma série de conteúdos gratuitos e práticos sobre previdência, planejamento de longo prazo e organização financeira. Estão disponíveis artigos, vídeos, cursos online, testes de perfil, podcasts, e-books e muito mais, tudo pensado para facilitar o entendimento dos Participantes e ajudá-los a tomar decisões mais conscientes sobre seu futuro financeiro.

Acesse agora

Palestra on-line: hábitos que constroem um futuro promissor



Ainda no âmbito da Semana ENEF, a palestra “O Poder do Hábito na Construção de uma Vida Promissora”, ministrada por Leandro Trajano, promoveu reflexões práticas sobre comportamento financeiro, reforçando a educação como pilar do relacionamento institucional.

Em uma conversa leve, prática e cheia de exemplos do dia a dia, o especialista falou sobre como nossos hábitos moldam nossa vida financeira, e como pequenas mudanças de comportamento podem gerar grandes transformações ao longo do tempo. O evento contou com a participação de 179 pessoas ao vivo.

Encontros com Participantes em 2025



Encontro em Brasília – DF (dezembro/2025)



Encontro em Aracaju – SE (agosto/2025)

Os Encontros com Participantes realizados ao longo de 2025 consolidaram-se como importantes canais presenciais de diálogo, prestação de contas e esclarecimento de dúvidas, alcançando diferentes localidades do país e fortalecendo a proximidade territorial da Capef.

Encontros com Participantes realizados em 2025:

ENCONTRO / CIDADE	DATA	PARTICIPANTES
RECIFE-PE	21/05/2025	50
FEIRA DE SANTANA	06/08/2025	32
SALVADOR - BA	07/08/2025	59
ARACAJU-SE	08/08/2025	55
SÃO PAULO - SP	21/10/2025	22
BRASÍLIA - DF	05/12/2025	16



234
PARTICIPANTES

32ª Edição do Seminário de Investimentos e Benefícios da Cpef

A 32ª Edição do Seminário de Investimentos e Benefícios da Cpef reuniu dirigentes, especialistas e Participantes para discutir cenário econômico, longevidade, comportamento do investidor e diretrizes da Política de Investimentos para 2026, ampliando o debate técnico e estratégico.

Ao longo de um dia inteiro de programação, tivemos aproximadamente mil participações, de forma presencial e on-line, para acompanhar debates sobre cenário econômico, longevidade, comportamento do investidor e as linhas gerais da Política de Investimentos que orientará os Planos BD, CV I e Plano Família em 2026.

Representando o patrocinador, a Diretora de Administração do Banco do Nordeste, Ana Teresa Barbosa de Carvalho, reforçou o alinhamento entre as decisões do Banco e o fortalecimento da Cpef.

Ela mencionou a posse de novos funcionários em 2025, com alta adesão ao Plano CV I, e a alteração do Artigo 86, que garantirá o reajuste integral do benefício dos aposentados do Plano BD a partir de 2026, como movimentos estruturantes que dialogam diretamente com a sustentabilidade dos planos.



Diretora de Administração do BNB, Ana Teresa Barbosa de Carvalho participa da abertura do 32º Seminário

Comunidades da Capef no WhatsApp

COMUNIDADE PLANO BD



CLIQUE AQUI OU APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE ACIMA

COMUNIDADE PLANO CV I



CLIQUE AQUI OU APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE ACIMA

COMUNIDADE PLANO FAMÍLIA



CLIQUE AQUI OU APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE ACIMA

A Capef vem se transformando para estar cada vez mais próxima dos seus Participantes. E uma das formas mais diretas de fortalecer essa conexão tem sido o uso das Comunidades no WhatsApp, canais criados especialmente para quem deseja se manter bem informado sobre tudo que envolve seu plano de previdência.

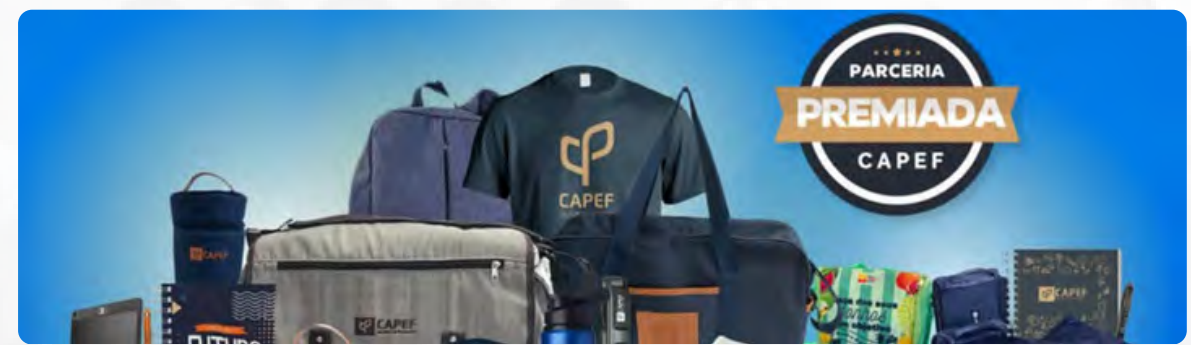
Hoje, já são 1.871 pessoas conectadas com a Capef por lá. Um número que mostra o quanto nossos Participantes estão engajados e interessados em acompanhar de perto as novidades da Entidade.

792
COMUNIDADE PLANO CV I

172
COMUNIDADE PLANO FAMÍLIA

907
COMUNIDADE PLANO BD

Participantes do Plano Família Passam a Acumular Pontos no Parceria Premiada



Em 2025, os Participantes do Plano Família passaram a acumular pontos ao interagir com a Entidade e realizar ações no seu plano.

A cada acesso ao site, participação em eventos, uso de simuladores ou realização de ações previdentes, como aportes, contratação da Proteção Familiar ou portabilidade de entrada, você soma pontos que podem ser trocados por brindes institucionais e vouchers exclusivos.

Hoje já são mais de 6.429 participantes inscritos no Programa, beneficiados pelas premiações fornecidas aos que interagem e realizam ações previdentes.

É mais uma forma de valorizar quem escolhe investir em uma vida e futuro de possibilidades com a Capef.

 **6.429**
PARTICIPANTES INSCRITOS NO PROGRAMA

[Cadastre-se no programa AQUI.](#)

Pesquisa de Satisfação 2025

Capecf alcança 94,65% de aprovação em Pesquisa com Participantes

Encerrando o ciclo de Comunicação e Relacionamento, a Pesquisa de Satisfação 2025 registrou índice de aprovação de 94,65%, evidenciando a efetividade das ações implementadas e o reconhecimento dos Participantes quanto à qualidade do atendimento, da comunicação e da gestão da Capecf.

A pesquisa que contou com a participação de 4.579 e abordou os seguintes temas.

Questões CSAT	Plano CV	Plano BD	Plano Família	Média Geral
1. Facilidade para resolver demandas	97,49%	93,72%	97,29%	96,34%
2. Informações dos canais de atendimento	97,62%	93,74%	96,11%	96,09%
3. Atendimento da Ouvidoria	97,69%	93,46%	95,98%	96,09%
4. Conhecimento sobre o plano	92,87%	89,34%	93,08%	91,77%
5. Gestão dos investimentos	93,78%	89,64%	95,24%	92,84%
6. Confiança e transparência	95,80%	91,75%	96,32%	94,78%
Resultado (média)	95,87%	91,94%	95,67%	94,65%

*2.836 de 4.579 Participações

Veja o que dizem os Participantes



A Capecf para o funcionário do Banco não é uma opção a ser analisada, mas uma obrigação a ser considerada para a previdência complementar, considerando todo o aporte para incremento de renda, superação dos rendimentos e segurança em uma instituição forte

Nataniel da Silva Rego
Participante Ativo do Plano CV I



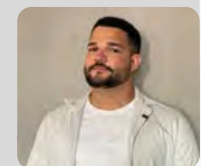
O plano de previdência é bem elaborado e fácil de entender. É bastante fácil para fazer aportes. O sistema é bastante interativo.

Gardenia Rodrigues da Silva Terceiro Muniz
Participante Ativo do Plano Família



A segurança e a confiabilidade da plataforma demonstram o compromisso com a proteção do patrimônio. A apresentação de resultados e relatórios detalhados permite o acompanhamento do desempenho.

Kelvin Saimon da Silva Oliveira
Participante Ativo do Plano Família



Canais de Relacionamento

A Área de Relacionamento da Capef se empenha em atender de forma tempestiva e qualificada as demandas recepcionadas em cada canal de contato. Para isso, contamos com uma equipe multidisciplinar, preparada para prestar atendimento a todos os serviços e produtos previdenciários.

Total de Atendimentos



18.447
TELEFONE



8.362
WHATSAPP



8.651
E-MAIL



5.070
COMERCIAL



2.712
PRESENCIAL



73
CORRESPONDÊNCIA



43.315

TOTAL

VOLTAR

PERFIL	QTDE
ASSISTIDO	21.105
ATIVO	19.300
OUTROS	2.130
BENEFÍCIO PECÚLIO	538
PENSIONISTA DE ALIMENTOS	242
TOTAL	43.315

PÚBLICO	QTDE
PLANO BD	23.307
PLANO CV	10.985
NÃO IDENTIFICADO	1.868
PLANO FAMÍLIA	7.155
TOTAL	43.315

ASSUNTO	QTDE
PLANOS	34.692
INSS	45
OUTROS ATENDIMENTOS	3.508
COMERCIAL	5.070
TOTAL	43.315

Alcance e Interações



1.677.758
ACESSOS AO SITE



109
MATÉRIAS
PUBLICADAS NO SITE



2.630.046
E-MAILS ENVIADOS



577.805
ACESSOS AO APP CAPEF

Atendimentos Ouvidoria

ASSUNTO	QTDE
RECLAMAÇÕES	27
SUGESTÕES	10
DENÚNCIAS	1
SOLICITAÇÕES	19



05

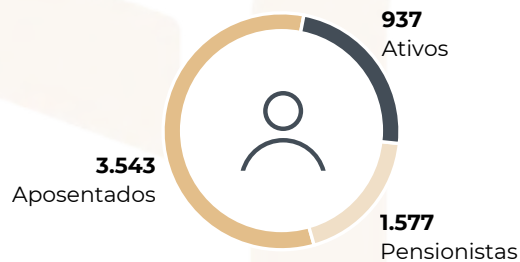
Gestão Previdenciária e Atuarial

Conheça o perfil dos Planos Previdenciários e seus respectivos resultados atuariais.

PLANO BD

Quantidade de Participantes

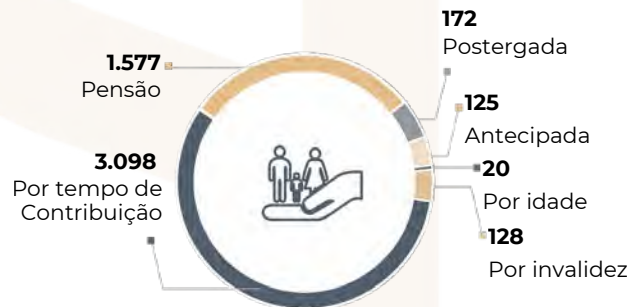
A maturidade do Plano BD fica evidenciada pelo número de Participantes Assistidos ser bem superior à quantidade de Participantes Ativos, contando com menos de mil participantes em fase laboral.



Total: 6.057

Tipos de Benefícios

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se por tempo de contribuição (60,51%).



Total: 5.120

Receitas de contribuições

Em 2025, o Plano BD obteve o total de R\$ 210,93 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.

PLANO BD R\$ 210,93 Milhões



Benefícios pagos

Em 2025, foram pagos R\$ 469,93 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 45.671 pagamentos, com valor médio de R\$ 10.289,57. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 104,42 milhões, distribuídos em 19.816 pagamentos, com valor médio de R\$ 5.269,58.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
APOSENTADORIA	45.671	R\$ 469.934.991,35	R\$ 10.289,57
PENSÃO	19.816	R\$ 104.422.001,34	R\$ 5.269,58
TOTAL	65.487	R\$ 574.356.992,69	R\$ 8.770,55

Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições, algo completamente esperado e previsto na análise de sua situação atuarial.

PLANO CV I

Quantidade de Participantes

O Plano CV I conta com um total de 6.836 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, 92% deste total correspondem aos Participantes Ativos, que ainda estão em fase laboral.



Total: 6.836

Tipos de Benefícios

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se de acordo com a sua aposentadoria programada (79,27%).



Total: 545

Receitas de contribuições

Em 2025, o Plano CV I obteve o total de R\$ 228,21 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.

PLANO CV I R\$ 228,21 Milhões



R\$ 228.212.408,35
ATIVOS

Benefícios pagos

Em 2025, foram pagos R\$ 17,45 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 5.417 pagamentos, com valor médio de R\$ 3.221,67. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 1,79 milhão, distribuídos em 934 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.916,94.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
APOSENTADORIA	5.417	R\$ 17.451.781,37	R\$ 3.221,67
PENSÃO	934	R\$ 1.790.419,23	R\$ 1.916,94
TOTAL	6.351	R\$ 19.242.200,60	R\$ 3.029,79

Por ser um Plano em que a maioria dos Participantes ainda encontra-se em fase laboral, realizando contribuições, o valor arrecadado do Plano CV I supera intensamente o valor pago em benefícios.

PLANO FAMÍLIA

Quantidade de Participantes

O Plano Família conta com um total de 6.568 Participantes. Por ser um Plano extremamente novo, quase que a totalidade de seus participantes estão em fase ativa, sendo apenas 3 Participantes Assistidos.



Total: 6.568

Perfil de Participantes

Em 2025, esta foi a configuração dos participantes contribuintes do Plano Família, excetuando os participantes que ainda possuem vínculo, mas não estão contribuindo, seja por afastamento do instituidor, por cancelamentos de inscrições e falecimentos ocorridos no ano.

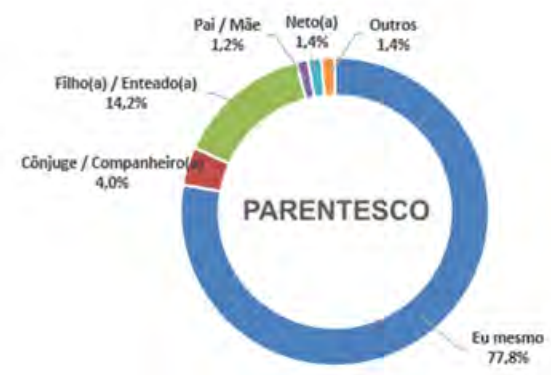


Total: 6.119



Distribuição de Parentesco

Em 2025, a distribuição dos participantes do Plano Família ocorreu conforme os seguintes graus de parentesco.



Receitas de contribuições

Em 2025, o Plano Família arrecadou R\$ 32,97 milhões, sendo R\$ 14,32 milhões de contribuições mensais e aportes pagas por Participantes Ativos e Instituidores, além de um montante de R\$ 18,65 em portabilidades.

PLANO FAMÍLIA
R\$ 32,97 Milhões



Participantes
R\$ 10.901.164,02

Instituidores
R\$ 3.418.993,20

Portabilidades
R\$ 18.650.234,55

	Receitas Plano Família - 2025	Valor Total (Milhões)
Contribuição Participantes	R\$8.529.888,08	R\$8,53
Aportes	R\$2.371.275,94	R\$2,37
Contribuição Instituidores	R\$3.418.993,20	R\$3,42
Portabilidade	R\$18.650.234,55	R\$18,65
TOTAL	R\$32.970.391,77	R\$32,97

Benefícios Pagos

Em 2025, foram pagos R\$ 65 mil em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 16 pagamentos, com valor médio de 4.068,97. Além dos benefícios de aposentadoria, alguns participantes assistidos optaram por realizar o saque do Benefício Único Antecipado, no montante total de R\$ 179 mil. Em benefícios de pensão, foi realizado um pagamento no montante de R\$ 1,5 mil.

Benefícios Pagos	Quantidade	Valor Total (R\$)	Valor Médio (R\$)
Aposentadoria	16	65.103,49	4.068,97
Benefício Único Antecipado (na Aposentadoria)	2	179.623,57	89.811,79
Pensão	1	1.547,86	1.547,86
TOTAL	19	246.274,92	12.961,84

Por ser um Plano relativamente novo, o valor arrecadado do Plano Família supera o valor pago em benefícios.

Resultado Atuarial

Plano BD

O Plano de Benefícios Definidos possuía, em 31/12/2025, R\$ 4,15 bilhões de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 3,64 bilhões e para os benefícios a conceder em R\$ 513,88 milhões, e são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2025 foi de R\$ 3,92 milhões. Portanto, o Plano BD apresenta superávit, que representa 0,09% das obrigações do Plano, conforme demonstrado a seguir:

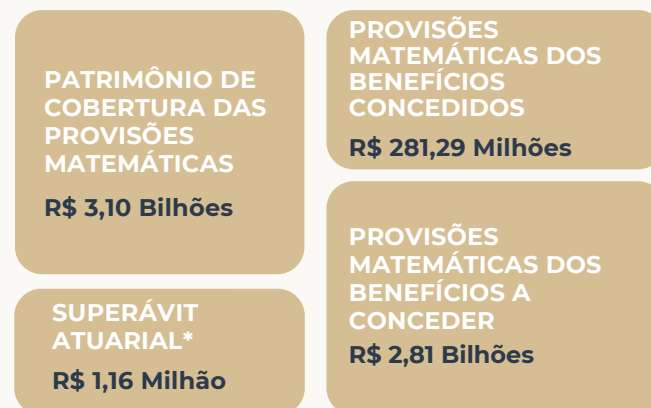


*0,09% de superávit em relação às Provisões Matemáticas

Plano CV I

O Plano de Contribuição Variável I possuía, em 31/12/2025, R\$ 3,10 bilhões de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios a conceder R\$ 2,81 bilhões e para os benefícios concedidos, R\$ 281,29 milhões. As provisões matemáticas são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2025 foi de R\$ 1,16 milhão. Portanto, o Plano CV I apresenta superávit, que representa 0,41% das obrigações mutualistas do Plano, conforme demonstrado a seguir:



*Fundos Previdenciais: R\$ 93,41 milhões, sendo Solvência de R\$ 56,23 milhões e Risco de R\$ 37,18 milhões. Posição: dez/2025

Plano Família

O resultado equilibrado do Família Capef em 31/12/2025 é inerente à característica do plano, integralmente estruturado na modalidade de contribuição definida.



Destaques da Gestão Previdenciária e Atuarial

Alterações Regulamentares que aperfeiçoaram os Planos Previdenciários

Previc aprova alterações Regulamentares do Plano Família

Com intuito de garantir que o Plano esteja aderente às necessidades dos participantes e às melhores práticas do mercado e da legislação, a Capef identificou oportunidades de melhoria e, com agilidade, propôs alterações regulamentares, que foram aprovadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria PREVIC Nº 103, de 04 de fevereiro de 2025. Essa conquista reforça nosso compromisso com a evolução e a inovação no planejamento previdenciário. Confira as principais alterações aprovadas.

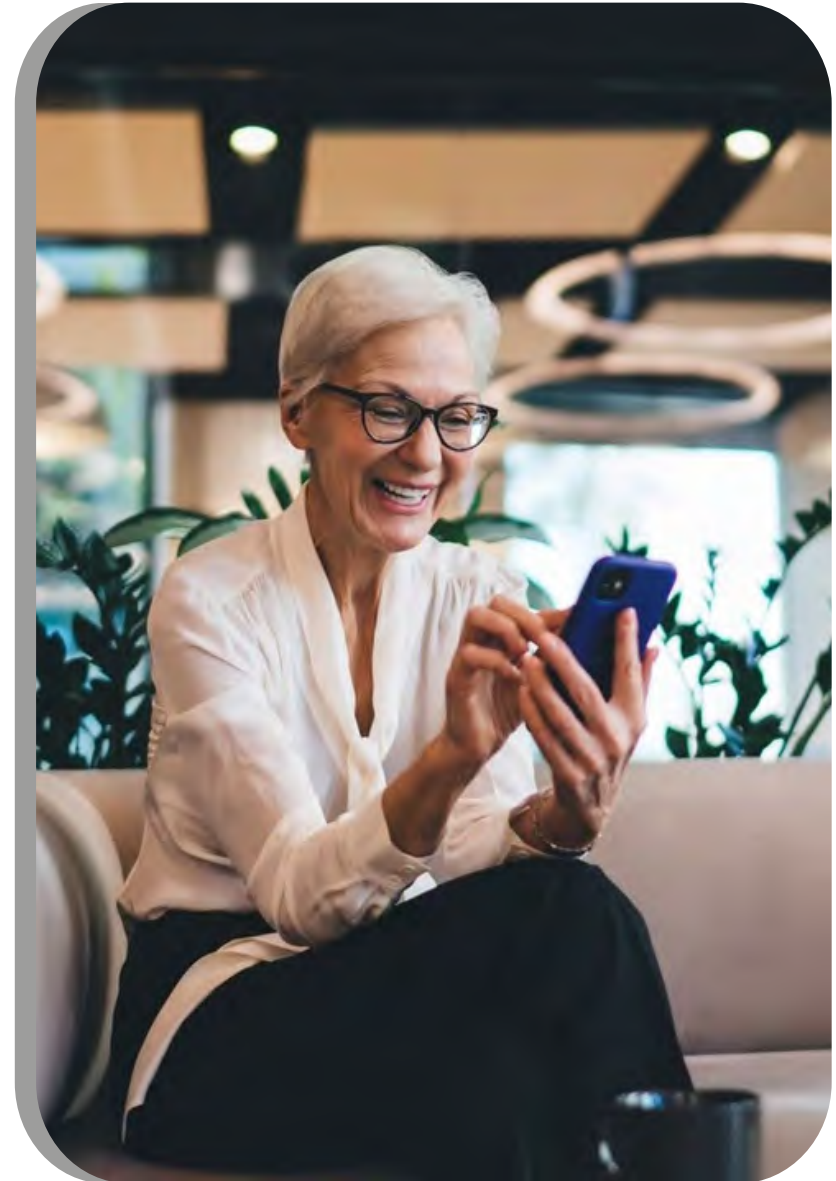
- **Antecipação de elegibilidade aos Benefícios:** Os Participantes poderão antecipar a elegibilidade para o Benefício de Renda Mensal, ampliando a atratividade do Plano.
- **Formas de recebimento do benefício:** permitir que o Participante possa optar pelo recebimento dos 25% do Saldo de Conta Total não apenas no momento do requerimento do benefício, mas também durante o seu gozo
- **Contribuições após elegibilidade ao Benefício de Renda Mensal:** Mesmo após se tornar elegível ao Benefício de Renda Mensal, o Participante poderá incrementar a sua renda previdenciária, mediante contribuições voluntárias e portabilidade.
- **Opção por Benefício Temporário:** Agora, os Participantes que já forem elegíveis ao Benefício de Renda Mensal poderão optar pelo Benefício Temporário, oferecendo maior flexibilidade de acordo com suas necessidades momentâneas.
- **Cancelamento de inscrição por inadimplência:** Definição de prazos para o cancelamento da inscrição de Participantes inadimplentes, oferecendo maior previsibilidade e segurança para a gestão do Plano.

Confira o quadro comparativo, bem como a justificativa de cada alteração.



Quadro Comparativo

Regulamento com Alterações Aprovadas



Diretores do BNB, Capef e AABNB celebram aprovação do Art. 86 do Plano BD

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) aprovou, em julho/25, a proposta de alteração do Regulamento do Plano BD sobre o critério de reajuste dos benefícios dos Assistidos, proporcionando-lhes mais previsibilidade.

Com essa alteração, o valor dos benefícios de suplementação de aposentadoria e de pensão do Plano BD serão corrigidos, anualmente, pela variação integral do INPC do ano imediatamente anterior.

Antes, o reajuste anual dos benefícios do Plano BD era calculado com base na taxa de rentabilidade dos investimentos obtida no ano anterior, descontada a taxa de juros atuarial, não podendo ser superior ao INPC acumulado, nem inferior a 30% desse índice. Ou seja: se os investimentos ficassem abaixo da meta, o reajuste do benefício poderia ser inferior ao INPC.

Com a nova regra, os benefícios serão reajustados em janeiro de cada ano pela variação integral do INPC do ano imediatamente anterior.

Isso significa mais previsibilidade para os Participantes e, principalmente, maior proteção ao poder de compra dos Aposentados e Pensionistas. Ao acompanhar um índice econômico oficial, o benefício passa a refletir melhor o custo de vida dos Participantes.

[Acesse o Regulamento na íntegra](#)



Previc Autoriza Adesão Automática dos Novos Empregados do Patrocinador no Plano CV I

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) aprovou, por meio da Portaria nº 929 de 1º de outubro de 2025, as alterações no Regulamento do Plano CV I da Capef.

A principal mudança permite que o Banco do Nordeste, como patrocinador, inscreva automaticamente seus novos empregados no Plano, garantindo desde o início do vínculo de trabalho a proteção previdenciária complementar e todos os benefícios decorrentes. O novo participante, entretanto, mantém o direito de desistir da adesão caso opte por não permanecer no Plano.

A inscrição automática amplia o alcance do Plano CV I e assegura que os novos empregados contem, desde o início, com uma poupança previdenciária estruturada, que poderá complementar sua renda no futuro e oferecer tranquilidade financeira para eles e suas famílias.

Essa medida, inspirada em experiências de sucesso do serviço público federal (Lei nº 12.618/2012), visa estimular a adesão e a permanência dos participantes no regime de previdência complementar, fortalecendo a cultura da previdência e do planejamento financeiro de longo prazo.

Mesmo com a inscrição automática, a Capef permanece comprometida em informar, orientar e capacitar cada participante. Desde o primeiro contato, a Entidade apresentará de forma clara as regras, vantagens e oportunidades do Plano CV I, reforçando a importância do planejamento previdenciário e o papel da Capef como parceira na construção de um futuro financeiro seguro.

Confira na íntegra o Novo Regulamento aprovado



Veja o quadro comparativo das alterações



Aprovada Redução de Taxas que Beneficia os Participantes do Plano CV I

Outra novidade que beneficiou os Participantes do Plano CV I foi a redução das taxas do Plano. Com base em Estudo Atuarial do Fundo do Plano de Gestão Administrativa (PGA), o Conselho Deliberativo da Capef aprovou, novas reduções nas taxas do Plano CV I, válidas a partir de 1º de janeiro de 2026.

A taxa de carregamento mensal, cobrada dos Participantes Ativos, passou de 3,50% para 2,70%, e a taxa de administração única, aplicada no momento da aposentadoria, de 2,70% para 2,50%. A decisão traz ganhos diretos aos Participantes, permitindo maior acumulação de recursos.

NOVA REDUÇÃO DA TX. DE CARREGAMENTO MENSAL DO CV (Fase Ativa)

3,50%



2,70%

REDUÇÃO DA TX. DE ADMINISTRAÇÃO ÚNICA DO CV (Fase Assistida)

2,70%



2,50%

Recadastramento 2025 alcança resultado recorde



O Recadastramento 2025 da Capef apresentou desempenho recorde, refletindo a eficiência operacional da Entidade e o elevado grau de engajamento de seus Participantes. Obrigatório para Aposentados, Pensionistas e Ativos dos Planos BD e CV I, o processo foi conduzido integralmente de forma digital, por meio do site e aplicativo da Entidade, consolidando-se como o mais eficiente já realizado.

Iniciado em julho de 2025, o recadastramento alcançou a adesão de 97,07% dos Assistidos antes do prazo de suspensão temporária dos benefícios.

Em comparação com o processo anterior, realizado em 2023, no qual 90,77% dos Assistidos haviam cumprido a obrigação dentro do prazo, observou-se redução significativa dos bloqueios temporários, de 9,2% para 2,9%.

Ao final do exercício de 2025, o índice de Assistidos recadastrados atingiu 99,9%, demonstrando a efetividade das ações adotadas.

Entre os Participantes Ativos, o desempenho também superou os resultados dos ciclos anteriores: 90% desse público realizou o recadastramento no período de seis meses, compreendido entre o lançamento do processo em julho e o fim de 2025.

Os resultados obtidos no Recadastramento 2025 evidenciam a maturidade do modelo digital adotado pela Capef, bem como o planejamento e comprometimento dos envolvidos e a proximidade da Entidade com seus Participantes e Beneficiários. O processo de atualização cadastral representa, ainda, uma oportunidade de fortalecer a interação com participantes e pensionistas, desafiando-nos a conduzir procedimentos cada vez mais eficientes, com sensibilidade e atenção às necessidades individuais, de forma personalizada.

PDV 2025

Em 2025, o BNB instituiu novo Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que resultou na habilitação de 208 participantes à concessão de benefícios ou à opção dos institutos previdenciários previstos nos normativos dos planos administrados pela Capef. Todo o processo foi conduzido de forma integralmente digital, por meio da plataforma online da Entidade.

Esse período representa um momento significativo na trajetória do participante junto ao seu plano de previdência, marcado pela necessidade de decisões estratégicas sobre o futuro financeiro e previdenciário. A Capef reconhece a importância dessa transição e atuou de forma instrutiva, oferecendo simulações personalizadas que permitem ao participante compreender suas opções e planejar de forma consciente a passagem da fase laboral para a fase assistida.

Ao longo desse período de desligamento dos empregados, a Capef esteve presente por meio de eventos on-line e de estandes físicos no Passaré para dar o suporte necessário aos participantes e esclarecer dúvidas quanto aos procedimentos de concessão de benefícios.



Evento on-line realizado pela área de Desenvolvimento Humano do BNB

06

Nossos Investimentos

Destaques da Gestão de Investimentos

Cenário Econômico em 2025

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, caracterizado por juros elevados, inflação em trajetória de desaceleração e episódios recorrentes de volatilidade nos mercados.

No Brasil, a taxa Selic permaneceu em patamar restritivo, exigindo atenção redobrada na alocação de recursos, enquanto a atividade econômica apresentou crescimento moderado e o mercado de trabalho seguiu resiliente.

No cenário internacional, o início do ciclo de redução de juros nos Estados Unidos, aliado às tensões comerciais e geopolíticas, demandou monitoramento constante dos fluxos financeiros globais e seus reflexos sobre os ativos domésticos.

Diante desse contexto, a gestão dos investimentos foi conduzida com disciplina técnica, análise criteriosa de riscos e leitura estratégica dos movimentos de mercado, preservando a solidez das carteiras e capturando oportunidades de forma consistente.

Resultados dos Investimentos e Reajustes dos Benefícios

Mesmo em um ambiente desafiador, os três Planos administrados pela Capef apresentaram desempenho consistente ao longo do ano, superando suas respectivas metas atuariais.

Esse resultado não decorre de um fator isolado, mas de uma estratégia estruturada e alinhada à natureza previdenciária de longo prazo. A alteração regulatória aprovada ao final de 2024, que restabeleceu a possibilidade de marcação na curva para ativos de longo prazo, contribuiu para reduzir distorções de curto prazo na avaliação das carteiras e proporcionar maior aderência entre os resultados contábeis e a lógica atuarial dos Planos.

Com isso, uma estratégia que já vinha sendo executada com consistência e foco em sustentabilidade passou a se refletir com maior clareza nos números, preservando os fundamentos das carteiras e reforçando a segurança dos benefícios administrados.

Plano BD: Reajuste Integral e Redução da Contribuição

Em 2025, o Plano BD acumulou rentabilidade de 10,18%, superando a meta atuarial de 9,38% (INPC + 5,25% a.a.) em 0,83 pontos percentuais, o que corresponde a 108,88% da meta atuarial do período.

Os benefícios foram reajustados pela inflação integral (100% do INPC, de 3,9%) e a contribuição extraordinária foi reduzida de 18,9% para 18,3%, mantendo uma trajetória de queda construída de forma gradual e responsável.

Essa combinação do reajuste integral do INPC (3,90%) com a redução da contribuição extraordinária de 18,90% para 18,30%, representará uma elevação dos benefícios dos Participantes do Plano BD de 4,67% a partir de janeiro de 2026.



Plano CV I: Desempenho Expressivo e Reajustes Acima da Inflação

Em 2025, o Plano CV I acumulou rentabilidade de 12,64%, superando a meta atuarial de 9,48% (IPCA + 5,00% a.a.) em 3,17 pontos percentuais, o que corresponde a 133,41% da meta atuarial do período.

Esse desempenho acima da meta permitiu reajustes bem acima da inflação para os assistidos na fase Renda Certa a Prazo Certo, contribuindo para recuperar parte do reajuste que deixou de ser concedido no ano anterior em função do desempenho dos investimentos, além de novas reduções nas taxas administrativas, válidas para Ativos e Assistidos.

Fase de Renda Certa a Prazo Certo

Pagos nos primeiros 22 anos de aposentadoria programada, os benefícios de renda certa a prazo certo são reajustados em função da variação da cota no período desde a data da aposentadoria, conforme quadro a seguir.

Período de Concessão	Taxa de Juros na Concessão	Índice de Reajuste
Até 2017	5,50%	6,68%
2018 a 2019	5,25%	6,94%
2020 a Jan/2025	5,00%	7,19%

Fase de Renda Vitalícia

Para os benefícios vitalícios concedidos com data anterior ao ano de 2025, o índice de reajuste é calculado com base na rentabilidade do plano no ano corrente, descontada da taxa de juros atuarial, não podendo ser superior ao IPCA acumulado, nem inferior a 30% deste índice.

Diante dos resultados obtidos, o reajuste será de 4,26%, ou seja, 100% da variação do IPCA no exercício.

Para os benefícios vitalícios concedidos em 2025, o reajuste aplicado considera a regra acima, equivalente ao período em que se inicia o pagamento do benefício até o final do ano.

Plano Família: Resultado Consistente acima do Índice de Referência

Em 2025, o Plano Família acumulou rentabilidade de 15,20%, superando o índice de referência de 15,03% (105% do CDI a.a.) em 0,17 pontos percentuais, o que corresponde a 101,11% do índice de referência ou 106,16% do CDI do período.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, semelhante a um PGBL, o Plano Família não possui meta atuarial, mas um índice de referência utilizado como parâmetro de desempenho. O resultado alcançado reflete a adequação da estratégia adotada ao perfil dos Participantes e aos objetivos de médio e longo prazo do plano.

Consultoria Externa Atesta Qualidade da Gestão de Investimentos

Em 2025, a Capef contratou a Aditus Consultoria Financeira para realizar uma avaliação independente do modelo de gestão de investimentos da Entidade, atendendo recomendação do Conselho Deliberativo. O estudo analisou aspectos de governança, estrutura, performance e oportunidades de aprimoramento, confirmando a aderência das práticas adotadas às melhores referências do mercado.

O diagnóstico apontou que a carteira de investimentos está bem estruturada e alinhada ao perfil de risco dos planos, destacando a adoção de critérios conservadores de crédito, a gestão eficiente da liquidez, a diversificação dos investimentos e a solidez da estrutura organizacional e dos controles internos. Também foi reconhecida a eficiência do modelo híbrido de gestão, que combina atuação própria com gestores externos especializados.

A consultoria apresentou recomendações de aperfeiçoamento contínuo, reforçando o compromisso da Capef com a evolução de seus processos e práticas de governança. Os resultados de longo prazo dos planos, superiores a referências de mercado, corroboram a consistência do modelo de gestão e a busca por rentabilidade sustentável e segurança para os participantes.

PLANO BD

Distribuição dos Investimentos

O Plano BD encerrou o ano de 2025 com um patrimônio de investimentos total de R\$ 4,31 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

Distribuição dos Investimentos	Valor (R\$ MIL)	Proporção em Relação ao Total de Investimentos (%)
Renda Fixa	3.969.257,72	92,18
Renda Variável	29.762,94	0,69
Imobiliário	171.315,08	3,98
Estruturado	34.834,16	0,81
Operações com Participantes	100.738,62	2,34
Total Investimentos	4.305.908,53	100,00

Rentabilidade em 2025

Em 2025, o Plano BD apresentou rentabilidade de 10,18%, superando a meta atuarial de 9,35% (equivalente a INPC + 5,25% a.a.). Entre os segmentos de aplicação, destacaram-se positivamente os segmentos de Renda Variável e Operações com Participantes, que registraram retornos de 15,51% e 13,99%, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir. Ressalta-se que o segmento de Renda Fixa, por concentrar a maior parcela dos recursos do Plano, com 92,18% de alocação, foi o principal responsável pela rentabilidade consolidada da carteira, apresentando retorno de 10,58% no período.

Rentabilidade	%
Renda Fixa	10,58
Renda Variável	15,51
Imobiliário	(0,15)
Estruturado	4,64
Operações com Participantes	13,99
Total Investimentos	10,18

Rentabilidade histórica dos investimentos dos últimos 5 e 10 anos (%)

No acumulado dos últimos cinco anos, a rentabilidade do Plano BD não superou a meta atuarial, situando-se 3,83 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida para o período. Em termos anuais, o Plano BD não atingiu sua meta atuarial apenas nos exercícios de 2021 e 2024. Nesse período a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 4,67% a.a., calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

Quando analisada a rentabilidade acumulada nos últimos dez anos, o Plano BD apresentou retorno de 196,85%, frente à meta atuarial de 174,33% no mesmo período, representando superação da meta em 22,53 pontos percentuais.

Em dez anos a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,87% a.a., calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

Descrição	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	ACUM.
Rentabilidade Nominal	10,18	8,67	11,11	11,54	11,53	15,11	11,56	11,97	9,74	13,67	196,85
Meta Atuarial (*)	9,35	10,27	8,89	11,23	15,94	11,25	10,23	9,12	7,68	12,44	174,33
Relação rentabilidade/meta (%)	108,88	84,42	124,97	102,76	72,33	134,35	113,04	131,25	126,82	109,89	112,92
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial	0,80	-1,53	2,14	0,29	-4,00	3,66	1,28	2,76	2,02	1,15	-

* Meta Atuarial: INPC+5,25% a.a. a partir de 2024, INPC+5,00% a.a. de 2022 a 2023, INPC+5,25% a.a. em 2021 e INPC+5,50% a.a. de 2016 a 2020.

PLANO BD

Renda Fixa

Ao final de 2025, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 10,58%, superando a meta atuarial em 1,23 ponto percentual. O segmento permaneceu como o principal componente da carteira do Plano BD, concentrando 92,18% dos recursos, equivalentes a R\$ 3,97 bilhões.

A alocação dos recursos em Renda Fixa está concentrada majoritariamente no Fundo Capef Exclusivo FI RF, sob gestão da Capef, que totaliza R\$ 3,73 bilhões e representa a principal estratégia do segmento. Complementam a carteira do segmento o Fundo Exclusivo Fortaleza Multimercado, também gerido pela CAPEF, com R\$ 148,95 milhões, e investimentos em fundos abertos sob gestão do BTG Pactual, Banco do Nordeste, Vinci Compass e Solis investimentos, que somam R\$ 50,69 milhões.

O segmento também possui alocação direta em Títulos Públicos Federais, no montante de R\$ 31,70 milhões, e em títulos privados (debêntures), totalizando R\$ 11,50 milhões.

Renda Variável

A carteira de Renda Variável do Plano BD encerrou o ano de 2025 composta apenas por ações ordinárias do BNB (R\$ 29,76 milhões), ativos de baixa liquidez na B3. No ano, o resultado do segmento foi de 15,51%.

Imobiliário

O segmento Imobiliário é composto exclusivamente pela Carteira de Imóveis, na qual estão alocados 3,98% dos recursos do Plano BD, totalizando R\$ 171,32 milhões. Em 2025, o resultado da carteira foi de -0,15%, abaixo da meta atuarial do plano. Em março de 2025, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 5.202, que alterou a Resolução nº 4.994/2022 e extinguiu a obrigatoriedade de alienação dos imóveis e terrenos em carteira até 2030.

Diante desse novo marco regulatório, a Capef manteve a estratégia de desinvestimento da carteira imobiliária do Plano BD, considerando que ela é majoritariamente composta por imóveis antigos, muitos dos quais demandam investimentos recorrentes em modernização e adequação às normas e padrões vigentes. Esse cenário tem provocado aumento da vacância e elevação dos custos de manutenção, reduzindo a atratividade dos ativos, que frequentemente precisam ser negociados abaixo do valor contábil para se tornarem competitivos no mercado e viabilizar sua comercialização.

Entre as principais iniciativas do período, destacam-se a realização de novos leilões; as campanhas de impulsionamento nas redes sociais que, embora não tenham resultado diretamente em alienações, ampliaram a visibilidade dos ativos; a apresentação da carteira imobiliária a corretores e imobiliárias das praças-alvo, com o envio de prospectos atualizados ao mailing de investidores e corretores; as ações de relacionamento com locatários, alguns dos quais optaram pela aquisição das unidades que ocupavam; e a realização de reformas de manutenção e modernização em alguns dos ativos, com foco na melhoria do padrão e na adequação às condições de mercado.

Essas iniciativas resultaram na venda de 15 salas e 8 vagas no Edifício Beira Mar Trade Center/CE. Somadas às demais alienações ocorridas no período, as vendas geraram um prejuízo contábil líquido de R\$ 734 mil. Ressalta-se, contudo, que as ações de impulsionamento e divulgação também contribuíram para a locação de unidades que estavam desocupadas há longo período, como no Edifício Atlantic Center/CE e em salas do Edifício Catabas Center/BA, auxiliando na redução da vacância da carteira.

PLANO BD

Estruturado

O segmento Estruturado é composto por investimentos em fundos de participações (FIP), que têm como objetivo a diversificação da carteira e a busca de retornos no longo prazo. Ao final de 2025, o segmento apresentou rentabilidade de 4,64%, situando-se 4,71 pontos percentuais abaixo da meta atuarial. O destaque positivo de desempenho no período foi o fundo Kinea V, que registrou retorno de 12,50% no ano. Ressalta-se, contudo, que parte dos FIPs presentes na carteira ainda se encontra em período de investimento, fase em que os retornos tendem a ser menos representativos, em razão do estágio inicial de alocação dos recursos.

Operações com Participantes

O segmento de Operações com Participantes é composto pelas carteiras de empréstimos e financiamentos imobiliários, totalizando patrimônio de R\$ 100,74 milhões. No ano, o segmento apresentou rentabilidade de 13,99%, superando a meta atuarial em 4,64 pontos percentuais.

Em 2025, em atenção às demandas dos participantes, a CAPEF implementou diversas melhorias na carteira de Operações com Participantes:

i) Ampliação do limite de contratação: Os Participantes do Plano BD tiveram acesso a limites 20% superiores em todas as faixas etárias, ampliando a capacidade de crédito sem comprometer a segurança da carteira;

ii) Elevação da margem de comprometimento de renda: O limite foi ajustado de 20% para 22,5%. A medida baseou-se em estudos que demonstraram a manutenção de baixa inadimplência, mesmo após o último ajuste realizado em 2024;

iii) Atualização do valor mínimo para solicitações: O piso passou de R\$ 1.500 para R\$ 1.800 (ou o valor líquido do benefício, se menor). Esse ajuste visa tornar as operações mais sustentáveis e eficientes, alinhando-se à elevação do teto proposta e mantendo o foco em necessidades reais.

iv) Aumento do multiplicador salarial: O parâmetro foi expandido de 10 para até 12 salários/benefícios, oferecendo maior margem para contratação de empréstimos.

PLANO BD

Distribuição por Segmento e Rentabilidade

Segmentos	2024			2025			Política de Investimentos 2025 (intervalos)
	Dez- R\$ (mil)	Participação (%)	Rentabilidade (%)	Dez- R\$ (mil)	Participação (%)	Rentabilidade (%)	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	4.274.704,77	-	8,67	4.300.012,55	-	10,18	-
Total Investimentos	4.277.719,20	100,00	-	4.305.908,53	100,00	-	-
Renda Fixa	3.946.500,71	92,26	8,90	3.969.257,72	92,18	10,58	84 - 100
Renda Variável	27.665,42	0,65	(2,18)	29.762,94	0,69	15,51	0 - 02
Investimentos Estruturados	31.473,06	0,74	11,20	34.834,16	0,81	4,64	0 - 04
Imobiliários	182.691,19	4,27	3,31	171.315,08	3,98	(0,15)	0 - 05
Imóveis	182.691,19	4,27	3,31	171.315,08	3,98	(0,15)	-
Operações com Participantes	89.388,81	2,09	14,47	100.738,62	2,34	13,99	0 - 03
Empréstimos	87.540,89	2,05	13,82	98.838,71	2,30	14,18	-
Financiamentos Imobiliários	1.847,92	0,04	168,08	1.899,91	0,04	(3,72)	-
Disponível - Caixa	399,12	-	-	375,68	-	-	-
Outro realizáveis (Relacionados com Tributos)	948,27	-	-	409,11	-	-	-
A Receber	-	-	-	0,51	-	-	-
Passivo de Investimentos	(1.806,40)	-	-	(4.424,18)	-	-	-
Contingência de Investimentos	(2.555,43)	-	-	(2.257,09)	-	-	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	-	10,87	-	-	14,31	-
Ibovespa (Benchmark Renda Variável)	-	-	(10,36)	-	-	33,95	-
Meta Atuarial (INPC + 5,25% a.a.)	-	-	10,27	-	-	9,35	-

Gestão Terceirizada

Fundos	Gestores	R\$ (mil)	% Gestão Terceirizada	% do Investimento total	Retorno do fundo em 2025 (%)	Taxa de Adm. (%)
BTG Pactual Capital Markets FI RF	BTG Pactual	2.108,92	2,47	0,05	14,35	0,25
Vinci Imobiliário FI RF CP II	Vinci Compass	7.621,01	8,91	0,18	12,81	0,84
BNB Soberano Resp Limitada FI RF	Banco do Nordeste	10.377,27	12,13	0,24	14,27	0,20
Vinci Crédito Infra Institucional FI Infra RF	Vinci Compass	14.895,34	17,42	0,35	16,53	0,41
Solis Capital Antares FIC FIDC (1)	Solis	15.692,24	18,35	0,36	5,01	0,80
FIP Kinea Private Equity V Feeder Inst. II FIP Mult	Kinea	15.869,02	18,55	0,37	12,50	1,85
FIP Lacan Florestal III Feeder FIP Mult	Vinci Compass	14.264,82	16,68	0,33	3,30	1,50
FIP Pátria V Feeder Institucional I FIP Infra Mult	Pátria	569,21	0,67	0,01	(43,62)	1,75
FIP BTG Pactual Infra III Feeder FIP Multiestratégia	BTG Pactual	4.131,11	4,83	0,10	(35,90)	2,10
TOTAL		85.528,94	100,00	-	-	-

Gestão Própria e Terceirizada

Tipo de Gestão	Dez- R\$ (mil)	2025 %
GESTÃO PRÓPRIA	4.220.379,59	98,01
Títulos Públicos	31.703,91	0,74
Títulos Privados	11.499,16	0,27
Ações + Dividendos/juros a receber	29.762,94	0,69
Derivativos - Swap	1.131,95	0,03
Fundos Exclusivos	3.874.227,92	89,97
Imóveis	171.315,08	3,98
Operações com Participantes	100.738,62	2,34
GESTÃO TERCEIRIZADA	85.528,94	1,99
Cotas de Fundos	85.528,94	1,99
Total dos Investimentos	4.305.908,53	100,00

PLANO BD

Custos Carteira Própria

Custos	R\$ MIL
CARTEIRA PRÓRIA BD	282,70
CVM / CBLC	1,78
Custódia	16,10
Selic/Cetip	252,85
Corretagem/Emolumentos	11,98

Custos Fundos Exclusivos

Fundos Exclusivos	R\$ MIL
CAPEF FI RF PREV EXCLUSIVO	1.292,86
Taxa de administração	388,55
Custódia	330,27
Selic/Cetip	510,37
Auditoria	0,55
CVM / CBLC	56,92
ANBIMA	6,22
Fortaleza Multimercado	120,52
Taxa de administração	40,39
Custódia	11,80
Selic/Cetip	35,15
Auditoria	9,18
CVM / CBLC	20,24
ANBIMA	3,77

Demonstrativo dos Investimentos

Total dos Investimentos do Plano BD da Capef	4.306.317,64
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	31.703,91
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	31.703,91
CRÉDITOS PRIVADOS	11.499,16
Debêntures Cias. Abertas	11.499,16
DERIVATIVOS - SWAP	1.131,95
Swap - Ponta Ativa (83% CDI)	203.786,76
Swap - Ponta Passiva (IPCA + 5,5%aa)	(202.654,81)
AÇÕES	29.762,94
Patrocinador(es) - BNBR3	29.762,94
FUNDOS DE INVESTIMENTO	3.959.756,86
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	3.775.972,58
Capef Exclusivo FI Renda Fixa	3.725.277,80
BTG Pactual Capital Markets FI RF	2.108,92
Vinci Imobiliário FI RF CP II	7.621,01
BNB Soberano Resp Limitada FI RF	10.377,27
Vinci Crédito Infra Institucional FI Infra RF	14.895,34
Solis Capital Antares FIC FIDC	15.692,24
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	34.834,16
FIP Kinea Private Equity V Feeder Inst. II FIP Mult	15.869,02
FIP Lacan Florestal III Feeder FIP Mult	14.264,82
FIP Pátria V Feeder Institucional I FIP Infra Mult	569,21
FIP BTG Pactual Infra III Feeder FIP Multiestratégia	4.131,11
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO MULTIMERCADO	148.950,13
Fortaleza Multimercado FI	148.950,13
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	171.315,08
Imóveis	171.315,08
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	100.738,62
Empréstimos	98.838,71
Fin. Imobiliário	1.899,91
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS	62,57
Depósito Judicial	40,12
Depósito Recursal	22,45
OUTROS REALIZÁVEIS	346,55
Impostos a Compensar	346,55

Investimentos incorridos em 2025

A Capef manteve em 2025 contratos de prestação de serviços técnicos especializados firmados com as empresas: Aditus (obrigações acessórias e análise de crédito), Phibra (gerenciamento de carteiras), Agência Estado (notícias e cotações de mercado) e Quantum Axis (plataforma de dados e análise de mercado), com valores mensais de R\$ 1.751,95, R\$ 4.000,00, R\$ 7.886,02 e R\$ 2.672,33, respectivamente. Cabe destacar que as despesas com os sistemas utilizados para análise de investimentos são custeadas por todos os planos de previdência administrados pela CAPEF.

Custódia

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo Capef FI RF Previdenciário Exclusivo é de 0,0085%.

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo Fortaleza Multimercado é de 0,0085%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0150%.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração

Taxa de Administração do Fundo Capef FI RF Previdenciário Exclusivo é de 0,01% aa.

Taxa de Administração do Fundo Fortaleza Multimercado é de 0,01% aa.

Taxa de Gestão e Administração dos demais fundos: variação entre 0,20% aa e 2,10% aa.

PLANO CV I

Diversificação dos Investimentos

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de investimentos de R\$ 3,20 bilhões. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

Distribuição dos Investimentos	Valor (R\$ MIL)	Proporção em Relação ao Total de Investimentos (%)
Renda Fixa	2.872.163,91	89,88
Estruturado	107.143,48	3,35
Operações com Participantes	216.379,52	6,77
Total Investimentos	3.195.686,90	100,00

Rentabilidade em 2025

Em 2025, o Plano CV I apresentou rentabilidade de 12,64%, superando a meta atuarial de 9,48% (equivalente a IPCA + 5,00% a.a.). Entre os segmentos de aplicação, destacaram-se positivamente os segmentos de Operações com Participantes e Renda Fixa, que registraram retornos de 12,97% e 12,79%, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir. Ressalta-se que o segmento de Renda Fixa, por concentrar a maior parcela dos recursos do Plano, com 89,88% de alocação, foi o principal responsável pela rentabilidade consolidada da carteira.

Rentabilidade	%
Renda Fixa	12,79
Estruturado	8,34
Operações com Participantes	12,97
Total Investimentos	12,64

Rentabilidade histórica dos investimentos dos últimos 5 e 10 anos (%)

No acumulado dos últimos cinco anos, a rentabilidade do Plano CV I não superou a meta atuarial, situando-se 15,61 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida para o período. Nesse período a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 3,00% a.a., calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

Quando analisada a rentabilidade acumulada nos últimos dez anos, o Plano CV I apresentou retorno de 173,28%, frente à meta atuarial de 172,23% no mesmo período, representando superação da meta em 1,05 pontos percentuais. Em termos anuais, o Plano não atingiu sua meta atuarial apenas nos exercícios de 2021, 2022 e 2024. Vale salientar que os anos de 2021, 2022 e 2024 foram marcados por várias crises, tanto interna como externa, que afetaram de forma significativa os preços dos ativos domésticos.

Em dez anos a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 5,78% a.a., calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

A tabela seguinte demonstra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 10 anos.

Descrição	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	ACUM.
Rentabilidade Nominal	12,64	4,00	13,93	6,55	8,52	9,77	14,23	12,75	10,03	13,85	173,28
Meta Atuarial (*)	9,48	10,07	9,85	11,07	15,56	9,74	9,78	9,19	8,61	12,13	172,23
Relação rentabilidade/meta (%)	133,41	39,72	141,35	59,10	54,72	100,29	145,42	138,68	116,47	114,18	100,61
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial	3,04	-5,79	3,89	-4,28	-6,40	0,03	4,26	3,43	1,38	1,62	-

Meta atuarial: IPCA+5% a.a. a partir de 2020; IPCA+5,25% a.a. em 2018 e 2019; e IPCA+5,5% a.a. em 2016 e 2017.

Renda Fixa

Ao final de 2025, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 12,79% superando a meta atuarial em 0,15 pontos percentuais. No segmento na carteira de renda fixa está alocado 89,88% dos recursos do Plano CV I. O segmento permaneceu como o principal componente da carteira do Plano, concentrando 89,88% dos recursos, equivalentes a R\$ 2,87 bilhões.

PLANO CV I

A alocação dos recursos em Renda Fixa está concentrada majoritariamente no Fundo Capef Exclusivo II FI RF, sob gestão da CAPEF, que totaliza R\$ 2,77 bilhões e representa a principal estratégia do segmento. Complementam a carteira do segmento investimentos em fundos abertos sob gestão do BTG Pactual, Banco do Nordeste, BNP Paribas, Safra, Solis investimentos e Vinci Compass, que somam R\$ 102,31 milhões.

Estruturado

A alocação dos recursos do segmento está distribuída entre um fundo multimercado e fundos de investimento em participações (FIP), que totalizam R\$ 107,14 milhões, sendo R\$ 8,73 milhões no multimercado e R\$ 98,42 milhões em FIPs. O fundo multimercado é gerido pela Vinci Compass, já os investimentos em participações encontram-se distribuídos entre gestores especializados, BTG Pactual, Spectra, Kinea Investimentos, Vinci Compass e Pátria Investimentos.

No exercício de 2025, o segmento apresentou rentabilidade de 7,77%, situando-se 2,30 pontos percentuais abaixo da meta atuarial. Ressalta-se que parte dos FIPs presentes na carteira ainda se encontra em período de investimento, fase em que os retornos tendem a ser menos representativos em função do estágio inicial de alocação dos recursos.

Operações com Participantes

O segmento é composto pela carteira de empréstimos e possui patrimônio de R\$ 216,38 milhões. No ano, o resultado do segmento foi de 12,97%, acima da meta atuarial em 3,49 pontos percentuais.

Em 2025, em atenção às demandas dos participantes, a CAPEF implementou diversas melhorias na carteira de Operações com Participantes:

- i) Ampliação do limite de contratação:** Os Participantes do Plano CV I terão acesso a limites 20% superiores em todas as faixas etárias, ampliando a capacidade de crédito sem comprometer a segurança da carteira;
- ii) Elevação da margem de comprometimento de renda:** O limite foi ajustado de 20% para 22,5%. A medida baseou-se em estudos que demonstraram a manutenção de baixa inadimplência, mesmo após o último ajuste realizado em 2024.
- iii) Atualização do valor mínimo para solicitações:** O piso passou de R\$ 1.500 para R\$ 1.800 (ou o valor líquido do benefício, se menor). Esse ajuste visa tornar as operações mais sustentáveis e eficientes, alinhando-se à elevação do teto proposta e mantendo o foco em necessidades reais.
- iv) Aumento do multiplicador salarial:** O parâmetro foi expandido de 7 para até 10 salários/benefícios, oferecendo maior margem para contratação de empréstimos.



PLANO CV I

Distribuição por Segmento e Rentabilidade

Segmentos	2024			2025			Política de Investimentos 2025 (intervalos)
	Dez- R\$ (mil)	Participação (%)	Rentabilidade (%)	Dez- R\$ (mil)	Participação (%)	Rentabilidade (%)	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	2.659.938,33	-	4,00	3.195.512,66	-	12,64	-
Total Investimentos	2.656.521,60	100,00	-	3.195.686,90	-	-	-
Renda Fixa	2.377.158,74	89,48	3,33	2.872.163,91	89,88	12,79	70 - 100
Renda Variável	123,68	-	-	-	-	-	0 - 05
Investimentos Estruturados	110.643,31	4,16	7,77	107.143,48	3,35	8,34	0 - 08
Operações com Participantes	168.595,87	6,35	11,98	216.379,52	6,77	12,97	0 - 10
Disponível - Caixa	2.085,71	-	-	56,58	-	-	-
Bloqueios Judiciais - Fundos de Investimentos	1.445,42	-	-	-	-	-	-
Passivo de Investimentos	(114,39)	-	-	(230,82)	-	-	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	-	10,87	-	-	14,31	-
Ibovespa (Benchmark Renda Variável)	-	-	(10,36)	-	-	33,95	-
Meta Atuarial (INPC + 5,25% a.a.)	-	-	10,07	-	-	9,48	-

Gestão Própria e Terceirizada

Tipo de Gestão	2025	
	Dez- R\$ (mil)	%
GESTÃO PRÓPRIA	2.986.228,95	93,45
Fundo Exclusivo	2.769.849,44	86,67
Operações com Participantes	216.379,52	6,77
GESTÃO TERCEIRIZADA	209.457,95	6,55
Cotas de Fundos	209.457,95	6,55
Total dos Investimentos	3.195.686,90	100,00

PLANO CV I

Gestão Terceirizada

Fundos	Gestores	R\$ (mil)	% Gestão Terceirizada	% do Investimento total	Retorno do fundo em 2025 (%)	Taxa de Administração (%)
BNB Soberano Resp Limitada FI RF	BNB Soberano Resp Limitada FI RF	10.377,36	4,95	0,32	14,27	0,20
BNP Paribas Match FI RF Ref DI CP	BNP Paribas Match FI RF Ref DI CP	2.263,24	1,08	0,07	14,44	0,50
BTG Pactual Capef FI Multimercado	BTG Pactual Capef FI Multimercado	11.736,19	5,60	0,37	13,59	0,43
BTG Pactual Capital Markets FI RF	BTG Pactual Capital Markets FI RF	2.068,04	0,99	0,06	14,35	0,25
FIP BTG Pactual Economia Real FIP Mult	FIP BTG Pactual Economia Real FIP Mult	27.607,16	13,18	0,86	10,50	2,00
FIP BTG Pactual Economia Real II FIP Mult	FIP BTG Pactual Economia Real II FIP Mult	6.036,29	2,88	0,19	13,07	2,10
FIP BTG Pactual Infra III Feeder FIP Multiestratégia	FIP BTG Pactual Infra III Feeder FIP Multiestratégia	10.327,77	4,93	0,32	(35,90)	2,10
FIP Kínea private Equity V Feeder Inst. II FIP Mult	FIP Kínea private Equity V Feeder Inst. II FIP Mult	15.869,02	7,58	0,50	12,50	1,85
FIP Lacan Florestal III Feeder FIP Mult	FIP Lacan Florestal III Feeder FIP Mult	14.264,82	6,81	0,45	3,30	1,50
FIP Pátria V Feeder Institucional I FIP Infra Mult	FIP Pátria V Feeder Institucional I FIP Infra Mult	1.425,38	0,68	0,04	(43,62)	1,75
FIP Spetra V Institucional FIP Mult	FIP Spetra V Institucional FIP Mult	12.381,96	5,91	0,39	9,96	1,41
Safrá Capital Market Premium FIC RF Ref DI CP	Safrá Capital Market Premium FIC RF Ref DI CP	3.241,34	1,55	0,10	14,48	0,10
Solis Capital Antares FIC FIDC	Solis Capital Antares FIC FIDC	32.329,61	15,43	1,01	10,68	0,80
Vinci Crédito Infra Institucional FI Infra RF	Vinci Crédito Infra Institucional FI Infra RF	14.895,34	7,11	0,47	16,53	0,41
Vinci Crédito Multiestratégia FIM CP	Vinci Crédito Multiestratégia FIM CP	8.725,25	4,17	0,27	14,56	0,85
Vinci Imobiliário FI RF CP II	Vinci Imobiliário FI RF CP II	25.403,35	12,13	0,79	12,81	0,84
Vinci Impacto Retorno IV Feeder B FIP Mult	Vinci Impacto Retorno IV Feeder B FIP Mult	10.505,82	5,02	0,33	8,69	2,00
TOTAL		209.457,95	100,00	-	-	-

PLANO CV I

Custos Carteira Própria

Custos	R\$ MIL
CARTEIRA PRÓRIA CV	29,53
Custódia	24,96
Selic/Cetip	4,57

Custos Fundos Exclusivos

Fundos Exclusivos	R\$ MIL
CAPEF FI RF PREV EXCLUSIVO II	1.129,55
Taxa de administração	250,65
Custódia	125,33
Selic/Cetip	689,89
Auditoria	0,55
CVM / CBLC	56,92
ANBIMA	6,22
BTG CAPEF FIM	127,96
Taxa de administração	94,51
Selic/Cetip	16,13
Auditoria	9,04
CVM / CBLC	7,12
ANBIMA	1,18

Demonstrativo dos Investimentos

Total dos Investimentos do Plano CV I da Capecf	3.195.686,90
FUNDOS DE INVESTIMENTO	2.979.307,39
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	2.872.163,91
BNB Soberano Resp Limitada FI RF	10.377,36
BNP Paribas Match FI RF Ref DI CP	2.263,24
BTG Pactual Capecf FI Multimercado	11.736,19
BTG Pactual Capital Markets FI RF	2.068,04
Capecf Exclusivo II FI Renda Fixa	2.769.849,44
Safrá Capital Market Premium FIC RF Ref DI CP	3.241,34
Solis Capital Antares FIC FIDC	32.329,61
Vinci Crédito Infra Institucional FI Infra RF	14.895,34
Vinci Imobiliário FI RF CP II	25.403,35
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO ESTRUTURADO	107.143,48
Vinci Crédito Multiestratégia FIM CP	8.725,25
FIP BTG Pactual Economia Real FIP Mult	27.607,16
FIP BTG Pactual Economia Real II FIP Mult	6.036,29
FIP BTG Pactual Infra III Feeder FIP Multiestratégia	10.327,77
FIP Kinea private Equity V Feeder Inst. II FIP Mult	15.869,02
FIP Lacan Florestal III Feeder FIP Mult	14.264,82
FIP Pátria V Feeder Institucional I FIP Infra Mult	1.425,38
FIP Spetra V Institucional FIP Mult	12.381,96
Vinci Impacto Retorno IV Feeder B FIP Mult	10.505,82
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	216.379,52
Empréstimos	216.379,52

Custos com Investimentos Incorridos em 2025

Consultoria e Sistema de Investimentos

A Capecf manteve em 2025 contratos de prestação de serviços técnicos especializados firmados com as empresas: Aditus (obrigações acessórias e análise de crédito), Phibra (gerenciamento de carteiras), Agência Estado (notícias e cotações de mercado) e Quantum Axis (plataforma de dados e análise de mercado), com valores mensais de R\$ 1.751,95, R\$ 4.000,00, R\$ 7.886,02 e R\$ 2.672,33, respectivamente. Cabe destacar que as despesas com os sistemas utilizados para análise de investimentos são custeadas por todos os planos de previdência administrados pela Capecf.

Custódia

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo Capecf Exclusivo II FI RF é de 0,0050%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0150%.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração

Taxa de Administração do Fundo Capecf Exclusivo II FI RF é de 0,01% aa.

Taxa de Gestão e Administração dos demais fundos: variação entre 0,10% aa e 2,10% aa.

PLANO FAMÍLIA CAPEF

Distribuição dos Investimentos

O Plano Família Capef, iniciado 2023, encontra-se em estágio inicial de consolidação, razão pela qual a totalidade de seus recursos permanece alocada no segmento de renda fixa. Esse segmento é composto por quatro fundos de investimento: o BNB Soberano Resp Limitada FI RF, com R\$ 9,34 milhões; o BTG Pactual Capital Markets, com R\$ 296,42 mil; o Safra Capital Market Premium, com R\$ 238,44 mil; e o Solis Capital Antares FIDC, com R\$ 1,92 milhões. Adicionalmente, o plano mantém alocação direta em letras financeiras emitidas por instituições financeiras de primeira linha, no montante de R\$ 31,54 milhões. Em 31/12/2025, o Plano Família Capef apresentava patrimônio total de investimentos de R\$ 43,33 milhões.

Distribuição dos Investimentos	Valor (R\$ MIL)	Proporção em Relação ao Total de Investimentos (%)
Renda Fixa	43.329,42	100,00
Total Investimentos	43.329,42	100,00

Rentabilidade em 2025

O segmento de renda fixa obteve retorno de 16,14%, apesar de alocação dos recursos do Plano Família ser exclusiva nesse segmento, o resultado total do plano é um pouco inferior em virtude das despesas operacionais. No ano, o resultado do plano foi de 15,20% frente ao índice de referência de 15,03% (105% do CDI), superando o benchmark em 0,17 pontos percentuais.

Rentabilidade	%
Renda Fixa	16,14
Total Investimentos	15,20

Distribuição por Segmento e Rentabilidade

Segmentos	Dez- R\$ (MIL)	Participação (%)	2024 Rentabilidade (%)	2025			Política de Investimentos 2025 (intervalos)
				Dez- R\$ (MIL)	Participação (%)	Rentabilidade (%)	
Total do Plano Família	8.199,34	-	11,51	43.387,23	-	15,20	-
Total Investimentos	8.126,78	100,00	-	43.329,42	100	-	-
Renda Fixa	8.126,78	100,00	12,65	43.329,42	100	16,14	75 - 100
Disponível - Caixa	73,76	-	-	86,58	-	-	-
Passivo de Investimentos	(1,20)	-	-	(28,77)	-	-	-

Gestão Terceirizada

Fundos	Gestores	R\$ (mil)	% Gestão Terceirizada	% do Investimento total	Retorno do fundo em 2025 (%)	Taxa de Administração (%)
Itaú Soberano Resp Limitada FI RF	Itaú Asset	9.338,75	79,19	21,55	14,22	0,15
BTG Pactual Capital Markets FI RF	BTG Pactual Asset	296,42	2,51	0,68	14,35	0,25
Safra Capital Market Premium Referenciado DI	Safra Assett	238,44	2,02	0,55	14,48	0,10
Solis Capital Antares FIC FIDC	Solis Investimentos	1.918,50	16,27	4,43	10,75	0,80
TOTAL		11.792,12	-	-	-	-

Gestão Própria e Terceirizada

Tipo de Gestão	2025	
	DEZ - R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	31.537,30	72,78
Títulos Privados	31.537,30	72,78
GESTÃO TERCEIRIZADA	11.792,12	27,22
Cotas de Fundos	11.792,12	27,22
Total dos Investimentos	43.329,42	-

PLANO FAMÍLIA CAPEF

Demonstrativo dos Investimentos

Total dos Investimentos do Plano Família da Capef	R\$ (mil)
CRÉDITOS PRIVADOS	31.537,30
Letras Financeiras	31.537,30
FUNDO DE INVESTIMENTO	11.792,12
Itaú Soberano Resp Limitada FI RF	9.338,75
BTG Pactual Capital Markets FI RF	296,42
Safra Capital Market Premium Referenciado DI	238,44
Solis Capital Antares FIC FIDC	1.918,50

Custos com Investimentos Incorridos em 2025

Consultoria e Sistema de Investimentos

A Capef manteve em 2025 contratos de prestação de serviços técnicos especializados firmados com as empresas: Aditus (obrigações acessórias e análise de crédito), Phibra (gerenciamento de carteiras), Agência Estado (notícias e cotações de mercado) e Quantum Axis (plataforma de dados e análise de mercado), com valores mensais de R\$ 1.751,95, R\$ 4.000,00, R\$ 7.886,02 e R\$ 2.672,33, respectivamente. Cabe destacar que as despesas com os sistemas utilizados para análise de investimentos são custeadas por todos os planos de previdência administrados pela CAPEF.

Custódia

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,0150%.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração

Taxa de Gestão e Administração varia entre 0,10 e 0,25% aa.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Distribuição dos Investimentos

O PGA constitui uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Esse plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e possui regulamento próprio, o que lhe confere maior transparência.

Em decorrência de suas características, 97,86% dos recursos do PGA estão alocados no segmento de Renda Fixa, totalizando R\$ 109,57 milhões. Esse segmento é composto por dois fundos de Investimentos: o Capef Exclusivo FI RF, gerido pela CAPEF, com R\$ 108,16 milhões, e o BNB Soberano Resp Limitada FI RF, com R\$ 1,41 milhão. O plano também possui 2,14% de seus recursos alocados em um imóvel que integra o prédio sede da Entidade, no montante de R\$ 2,40 milhões, atualmente locado. Em 31/12/2025, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 111,97 milhões.

Distribuição dos Investimentos	Valor (R\$ mil)	Proporção em Relação ao Total de Investimentos (%)
Renda Fixa	109.574,19	97,86
Imobiliário	2.395,43	2,14
Total Investimentos	111.969,61	100,00

Rentabilidade em 2025

Rentabilidade	%
Renda Fixa	10,39
Imobiliário	15,17
Total Investimentos	10,48

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Distribuição por Segmento e Rentabilidade

Segmentos	Dez- R\$ (MIL)	Participação (%)	2024	2025			Política de Investimentos 2025 (intervalos)
			Rentabilidade (%)	Dez- R\$ (MIL)	Participação (%)	Rentabilidade (%)	
Total Investimentos	106.620,22	100,00	9,81	111.969,61	100,00	10,48	-
Renda Fixa	104.325,22	97,85	9,49	109.574,19	97,86	10,39	92 - 100
Imobiliário	2.295,00	2,15	26,61	2.395,43	2,14	15,17	0 - 08

Gestão Terceirizada

FUNDOS	Gestores	R\$ (mil)	% Gestão Terceirizada	% do Investimento total	Retorno do fundo em 2025 (%)	Taxa de Adm. (%)
BNB Soberano Resp Limitada FI RF	Banco do Nordeste	1.414,12	100,00	1,26	14,27	0,20
TOTAL		1.414,12	-	-	-	-

Custos Carteira Própria

CUSTOS	R\$ MIL
CARTEIRA PGA	31,79
Custódia	13,06
Selic/Cetip	18,73

Gestão Própria e Terceirizada

Tipo de Gestão	2025	
	DEZ - R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	110.555,49	98,74
Imóveis	2.395,43	2,14
Fundo Exclusivo	108.160,06	96,60
GESTÃO TERCEIRIZADA	1.414,12	1,26
Cotas de Fundos	1.414,12	1,26
Total dos Investimentos	111.969,61	-

Demonstrativo dos Investimentos

Total dos Investimentos do PGA da Capef	R\$ (mil)
FUNDO DE INVESTIMENTO	109.574,19
Capef Exclusivo FI Renda Fixa	108.160,06
BNB Soberano Resp Limitada FI RF	1.414,12
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	2.395,43
Imóveis	2.395,43



RESUMO DOS INVESTIMENTOS

Patrimônio Consolidado

SEGMENTOS	2024		2025		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025 (intervalos)
	DEZ - R\$ (mil)	% POR PLANO	DEZ - R\$ (mil)	% POR PLANO	
Total dos Recursos da Entidade	7.049.462,66	-	7.650.882,06	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD	4.274.704,77	-	4.300.012,55	-	-
Total Investimentos	4.277.719,20	100,00	4.305.908,53	100,00	-
Renda Fixa	3.946.500,71	92,26	3.969.257,72	92,18	84 - 100
Renda Variável	27.665,42	0,65	29.762,94	0,69	0 - 02
Investimentos Estruturados	31.473,06	0,74	34.834,16	0,81	0 - 04
Imobiliários	182.691,19	4,27	171.315,08	3,98	0 - 05
Imóveis	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	89.388,81	2,09	100.738,62	2,34	0 - 03
Empréstimos	87.540,89	2,05	98.838,71	2,30	-
Financiamentos Imobiliários	1.847,92	0,04	1.899,91	0,04	-
Disponível - Caixa	399,12	-	375,68	-	-
Outro realizáveis (Relacionados com Tributos)	-	-	409,11	-	-
A receber	-	-	0,51	-	-
Passivo de Investimentos	(1.806,40)	-	(4.424,18)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.555,43)	-	(2.257,09)	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV	2.659.938,33	100,00	3.195.512,66	100,00	-
Total Investimentos	2.656.521,60	100,00	3.195.686,90	-	-
Renda Fixa	2.377.158,74	89,48	2.872.163,91	89,88	70 - 100
Renda Variável	123,68	-	-	-	0 - 05
Investimentos Estruturados	110.643,31	4,16	107.143,48	3,35	0 - 08
Operações com Participantes	168.595,87	6,35	216.379,52	6,77	0 - 10
Disponível - Caixa	2.085,71	-	56,58	-	-
Bloqueios Judiciais - Fundos de Investimentos	1.445,42	-	-	-	-
Passivo Investimentos	(114,39)	-	(230,82)	-	-
Total Investimentos - PGA	106.620,22	100,00	111.969,61	100,00	-
Renda Fixa	104.325,22	97,85	109.574,19	97,86	92 - 100
Imobiliário	2.295,00	2,15	2.395,43	2,14	0 - 08
Total do Plano Família	8.199,34	-	43.387,23	-	-
Total Investimentos	8.126,78	100,00	43.329,42	100	-
Renda Fixa	8.126,78	100,00	43.329,42	100	75 - 100
Disponível - Caixa	73,76	-	86,58	-	-
Passivo de Investimentos	(1,20)	-	(28,77)	-	-





07 **Gestão Administrativa**

A gestão eficiente dos recursos administrativos é um fator essencial para sustentabilidade de qualquer entidade de Previdência Complementar. Para alcançar a diretriz estratégica de garantir a economicidade na administração dos planos, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarks do segmento.

Além dos indicadores que a Capef acompanha historicamente, como por exemplo, custo administrativo anual por participante, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas administrativas, a PREVIC desenvolveu o Índice de Eficiência Operacional (IEFO), um indicador que avalia se os gastos administrativos das entidades estão dentro dos padrões esperados para sua estrutura. Este novo índice e o custo administrativo anual médio por participantes, por exemplo, quando comparados ao desempenho dos demais fundos de pensão, encontram-se mais bem posicionados que fundos com patrocínio público federal de todos os segmentos*, demonstrando a economicidade da gestão da Capef. É o que detalha o Relatório das Despesas Administrativas das EFPC publicado pela PREVIC em dezembro de 2025 com dados de 2024.

* A Previc segmenta as instituições em quatro categorias: S1, S2, S3 e S4, de acordo com seu porte e complexidade.

Limite para cobertura das despesas administrativas

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das coberturas previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determinação da Resolução CNPC N° 62, de 9 de Dezembro de 2024.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 74.982 mil em 2025 (R\$ 69.346 mil em 2024).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta: 2,89% das contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 3,5% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada participante assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do patrocinador. No caso do plano Família, o custeio é de 0,75% dos recursos garantidores do plano. Anualmente é realizado estudo para verificar a aderência das referidas taxas para cobertura de despesas administrativas dos planos de benefícios.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2025 R\$ 15.352 mil (R\$ 14.865 mil, em 2024), que correspondeu a 0,20% dos RGPB, (0,21% em 2024), conforme detalhamento no quadro abaixo:

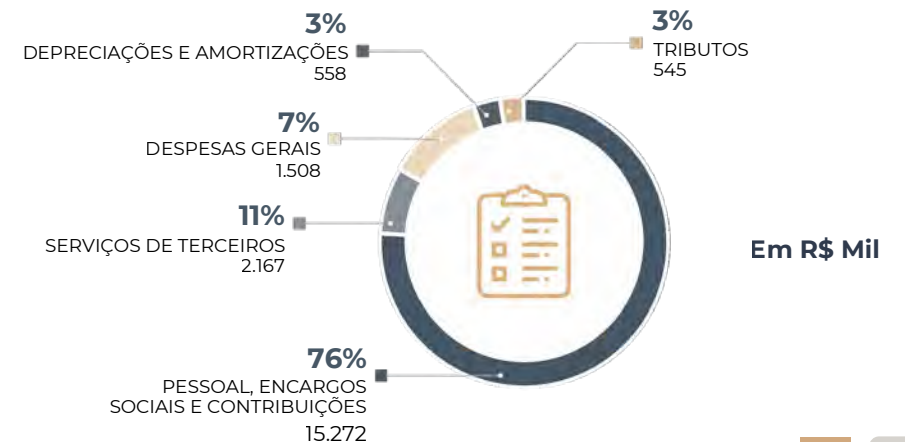
PLANOS DE BENEFÍCIOS	2025	2024
PLANO BD	6.096	5.970
PLANO CV I	9.074	8.860
PLANO FAMÍLIA	182	35
CONSOLIDADO	15.352	14.865
Percentual dos RGPB	0,20%	0,21%
LIMITE (1% RGPB)	74.982	69.346

Orçamento Administrativo

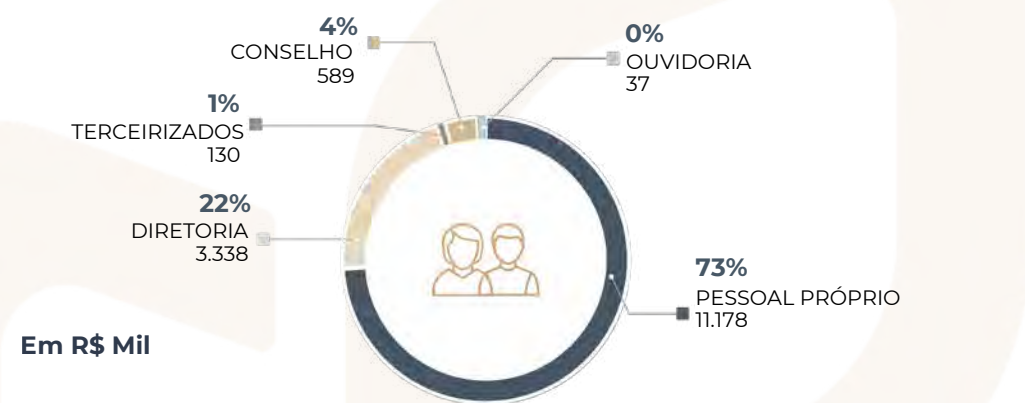
Com base na análise dos controles da execução orçamentária, ao término do exercício de 2025, o valor efetivamente recebido de custeio administrativo foi superior à previsão orçamentária em 8,7%, enquanto as despesas administrativas ficaram abaixo 5,24% do valor orçado para o período. Em 2025, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 21.694 mil (R\$ 20.806 mil, em 2024) e foram utilizados R\$ 20.557 mil (R\$ 19.016 mil, em 2024), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 1.137 mil. Esse resultado traduz o esforço de economia de todas as áreas da Capef durante o período de 2025.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais.

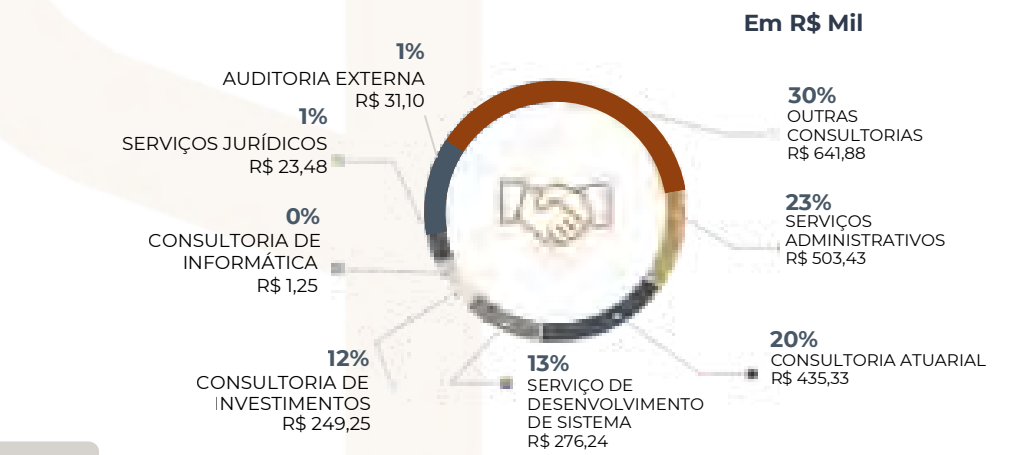


O gráfico a seguir demonstra a distribuição das despesas com Pessoal da Capef discriminadas em despesas com Pessoal Próprio, Diretoria, Conselho, Terceirizados e Ouvidoria.



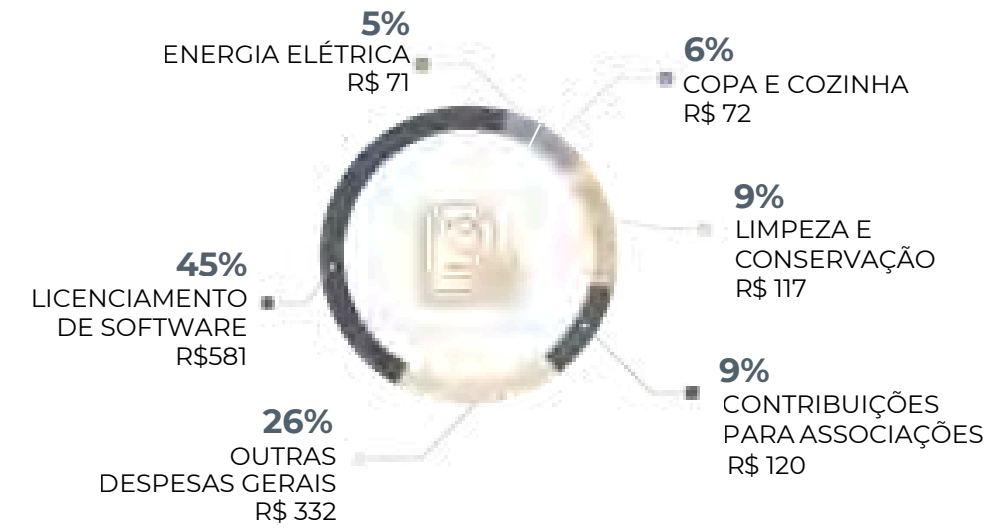
O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas. Apresentamos abaixo os valores gastos pela entidade com Consultoria Atuarial, Consultoria de Investimentos, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas com Serviços Jurídicos, para defesa em processos judiciais, Outras Consultorias e Serviços Administrativos contratadas pela Capef.

Serviços de Terceiros



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com licenciamento de software, outras despesas gerais, limpeza e conservação, copa e cozinha, energia elétrica e contribuições para associações que em 2025 contemplaram as contribuições associativas regulares.

Despesas gerais



Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pelo resultado do valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2025, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 123.014 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

	R\$ MIL
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	118.579
(+) Custeio dos planos de benefícios	15.352
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	10.842
(+) Outras receitas administrativas	81
(-) Despesas Administrativas	20.557
(-) Contingências	1.283
(-) Reversão de Recurso para o Plano BD	0
Saldo Final do Fundo Administrativo	123.014

No custeio administrativo, ao comparar os exercícios de 2025 (R\$ 15.352 mil) e 2024 (R\$ 14.865 mil), observa-se aumento decorrente, principalmente, do crescimento no recebimento de contribuições dos planos de benefícios, em razão do ingresso de 202 novos participantes no Plano CV I e da expressiva adesão de participantes ao Plano Família, oriundos da Camed Microcrédito e do Inec.

O controle de despesas, com a estipulação de metas, o êxito nas negociações de contratos com fornecedores e prestadores de serviços e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão de forma a preservar a solvência do fundo administrativo da Caepf.

A Entidade questiona junto à esfera judicial o recolhimento do PIS e da COFINS incidentes sobre suas receitas administrativas. Em 2025, os depósitos efetuados pela Caepf somaram R\$ 1.216 mil do total de R\$ 1.283 mil apresentado na tabela acima atinente a contingências do plano.

Indicadores de Gestão

A Resolução CNPC N° 48, de 8 de Dezembro de 2021, estabeleceu no seu artigo 11 que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19, da Resolução n° 13, de 2004. Segue acompanhamento dos indicadores de gestão da Caepf:

Indicadores Quantitativos

a. Variação Orçamentária: mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;

b. O indicador Custo Médio de Administração por Participante corresponde à média de despesas administrativas por participante, ou seja, o custo total médio para administrar os benefícios de cada participante por ano. Ressalta-se que a meta e o resultado deste indicador não consideraram o quantitativo de participantes do Plano Família vez que parte dos custos com este plano estão registrados no ativo diferido do PGA;

b.1 O indicador Custo por Participantes Plano BD corresponde à média de despesas administrativas por participante do plano BD, ou seja, o custo total médio para administrar os benefícios de cada participante desse plano por ano.

b.2 O indicador Custo por Participantes Plano CV I corresponde à média de despesas administrativas por participante do plano CV, ou seja, o custo total médio para administrar os benefícios de cada participante desse plano por ano.

c. Taxa de Administração: corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);

d. Taxa de Carregamento: corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);

e. Índice de Cobertura das Despesas Administrativas: equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

f. Despesa Administrativa sobre o Ativo mede a relação das despesas administrativas sobre o ativo total, ou seja, tem como finalidade demonstrar o % dos ativos totais que está sendo utilizado para a cobertura das despesas administrativas.

g. Despesa de Pessoal sobre Despesa Administrativa Total tem como finalidade demonstrar o quanto representam as despesas de pessoal em relação à despesa administrativa total.

h. Taxa de Evolução Administrativa mede a variação entre a competência atual e a competência anterior do Fundo Administrativo.

Em 2025, a Capef atingiu todas as metas dos indicadores de gestão das despesas administrativas estipuladas para o ano conforme demonstrado no quadro a seguir:

Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas - Quantitativos

INDICADORES	META	REALIZADO
a) Variação Orçamentária	+/- 10%	-5,24%
b) Custo administrativo anual médio por participante	R\$ 1.695,54	R\$ 1.594,331
c) Taxa de Administração	0,2755%	0,2742%
d) Taxa de Carregamento	2,0899%	1,9572%
e) de Cobertura das Despesas Administrativas	0,6474	0,7379
f) Despesa Administrativa sobre o Ativo	0,2716%	0,2674%
g) Despesa de Pessoal sobre Despesa Total	115,21%	100,67%
h) Taxa de Evolução do Fundo Administrativo	3,35%	4,22%

Variação Orçamentária

As despesas administrativas realizadas apresentaram uma variação -5,24% em relação aos valores orçados para o ano, a qual observou-se uma economia de R\$ 1.137 mil. O resultado entre a previsão anual efetuada e a concretização das despesas administrativas para 2025 evidencia o controle nos gastos administrativos da entidade.

Custo Administrativo anual médio por participante

O Custo Médio de Administração por Participante corresponde à média das despesas administrativas por Participante, isto é, ao custo anual para administrar os benefícios de cada um. A meta e o resultado não consideraram o quantitativo de Participantes do Plano Família, uma vez que parte dos custos desse plano está registrada no ativo diferido do PGA.

Para 2025, foi estabelecida a meta de R\$ 1.695,54 por Participante. O valor apurado, de R\$ 1.594,33, evidencia a eficiência da gestão, com desempenho superior ao parâmetro fixado.

Contribuíram para esse resultado o controle dos gastos administrativos já mencionados e o ingresso de novos Participantes no Plano CV I, cujas adesões ampliaram a base da Entidade e impactaram positivamente o custo médio apurado.

Taxa de Administração

A Taxa de Administração mede a relação das despesas administrativas sobre os recursos garantidores. Para o ano de 2025, essa relação mostrou-se mais eficiente que a meta estipulada, (0,2742% realizado contra uma meta de 0,2755%). Resultado alcançado devido a execução de gastos administrativos inferiores à previsão.

Taxa de Carregamento

A taxa de Carregamento mede a relação das despesas administrativas sobre o fluxo previdenciário (soma das contribuições e dos benefícios) da EFPC. No exercício 2025, foi estipulado como meta o percentual de 2,0899%. As economias geradas ao longo do período e as contribuições oriundas das adesões, foram determinantes para o bom desempenho desse indicador, que alcançou 1,9572%.

Índice de Cobertura das Despesas Administrativas

O Índice de Cobertura das Despesas Administrativas mede a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas. No exercício de 2025, o índice alcançou 0,7379, superando a meta de 0,6474. Esse resultado foi impulsionado pelo aumento das adesões ao plano no período, e pela redução dos gastos administrativos, fatores determinantes para o alcance do resultado apresentado.

Despesa Administrativa sobre o Ativo

A Despesa Administrativa sobre o Ativo tem como finalidade demonstrar o % dos ativos totais que está sendo utilizado para a cobertura das despesas administrativas. Para o ano de 2025 a realização desse percentual foi de 0,2674% para uma meta de 0,2716%. A maior contribuição para o bom resultado do indicador foram as economias geradas, já comentadas anteriormente.

Despesa de Pessoal sobre Despesa Administrativa Total

Esse indicador tem como finalidade demonstrar o quanto representa as despesas de pessoal em relação a despesa administrativa total. Essa relação no exercício de 2025 representou 100,67% versus uma meta de 115,21%. O resultado indica um controle eficiente dos gastos com pessoal em relação ao orçamento administrativo da Entidade.

Taxa de Evolução do Fundo Administrativo

A Taxa de Evolução do Fundo Administrativo mede a variação entre a competência atual e a competência anterior do Fundo Administrativo. Em 2025, o percentual de crescimento do fundo foi de 4,22%, ou seja, acima da meta estipulada para o período que foi de 3,35%, tendo em vista o maior recebimento de contribuições e os menores gastos executados no exercício.

Comparativo da Gestão Administrativa da Capecf com as demais EFPC

Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão em que o patrocínio predominante é público federal, a Capecf observou que seu Custo Médio Administrativo por Participante se mantém em patamar inferior aos fundos com patrocínio público federal de do segmento ao qual a Entidade está classificada, demonstrando a economicidade da gestão da Capecf, conforme Relatório das Despesas Administrativas das EFPC publicado pela PREVIC. Os dados reportam ao exercício de 2024, visto que as EFPC ainda não publicaram seus dados do exercício de 2025.

Custo Administrativo Anual por Participante – R\$



Fonte: PREVIC - Relatório das Despesas Administrativas das EFPC 2024.
Custo Médio Anual por Participante das EFPCS do Segmento S2 com patrocínio público federal

Posição: Dezembro/2024.

O Relatório das Despesas Administrativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Exercício 2024, divulgado pela Previc, apresenta o Índice de Eficiência Operacional (IEFO), indicador que avalia se os gastos administrativos das entidades estão compatíveis com os padrões estimados, considerando sua estrutura, porte e nível de complexidade.

Nesse contexto, a Capef apresentou um IEFO de -0,26, evidenciando que suas despesas administrativas se situam abaixo do valor estimado pelo modelo adotado pela Previc. Para possibilitar análises comparativas mais adequadas, as entidades são segmentadas em quatro categorias, S1, S2, S3 e S4, conforme seu porte e nível de complexidade.

Enquadrada no segmento S2, a Capef alcançou o 3º lugar entre as entidades do segmento S2 com patrocínio público federal, em uma amostra de 16 entidades.

Indicadores Qualitativos

a. Cumprimento do calendário de obrigações legais: mede a quantidade de obrigações legais cumpridas no prazo em relação à totalidade das obrigações do período. No ano de 2025, a Capef cumpriu no prazo 100% de suas obrigações legais.

b. Percentual de profissionais certificados: indicador que mensura a proporção de profissionais certificados em relação ao total de profissionais com obrigatoriedade de certificação na Entidade. Enquadram-se como profissionais com obrigatoriedade de certificação: os Diretores Executivos, os Conselheiros, os membros de Comitês de Assessoramento que atuam na avaliação e aprovação de investimentos, bem como os demais empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

Na posição de 31/12/2025, a Capef registrava 81% de profissionais certificados dentre aqueles sujeitos à obrigatoriedade, correspondendo a 21 profissionais certificados de um total de 26. Os 5 profissionais remanescentes encontravam-se em processo de obtenção ou renovação da certificação, considerando que foram habilitados para o exercício do mandato como Conselheiros Suplentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal no último trimestre de 2025, dispondo do prazo regulamentar de até um ano, contado da data da posse, para a obtenção da certificação exigida.

c. Cumprimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual): o indicador mensura o nível de conclusão das ações previstas nas trilhas de aprendizagem, entendidas como o conjunto de iniciativas de capacitação ofertadas ao Time Capef, incluindo palestras, treinamentos disponibilizados na intranet e formações específicas destinadas às equipes de projetos e lideranças. No período avaliado, foram registradas 340 aprovações, de um total de 383 aprovações previstas, resultando em um índice de cumprimento de 89%.

Indicadores	Meta	Resultado
Cumprimento do calendário de obrigações legais	100%	100%
Percentual de profissionais certificados	100%	81%
Cumprimento do PDI	70%	89%



08

Documentação

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Pareceres

Política de Investimentos

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Ativo	Notas	Exercício 2025	Exercício 2024	Passivo	Notas	Exercício 2025	Exercício 2024
DISPONÍVEL		562	2.721	EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.6	16.670	9.253
				Gestão Previdencial	5.6.1	8.979	5.297
				Gestão Administrativa	5.6.2	2.971	1.994
				Investimentos	5.6.3	4.720	1.962
REALIZÁVEL		7.734.882	7.108.738	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.7	182.365	189.496
Gestão Previdencial	5.1	59.812	43.919	Gestão Previdencial	5.7.1	165.120	173.237
Gestão Administrativa	5.2	15.112	13.437	Gestão Administrativa	5.7.2	14.988	13.704
Investimentos	5.3	7.659.958	7.051.382	Investimentos	5.7.3	2.257	2.555
Títulos Públicos	5.3.1	31.704	9.291				
Ativos Financeiros de Crédito Privado	5.3.2	43.036	25.314				
Renda Variável	5.3.3	29.763	27.789				
Fundos de Investimentos	5.3.4	7.060.431	6.545.069				
Derivativos	5.3.5	3.787	0				
Investimentos em Imóveis	5.3.6	173.710	184.986				
Operações com Participantes	5.3.7	317.118	257.985	PATRIMÔNIO SOCIAL	5.8	7.550.294	6.926.807
Depósitos Judiciais/Recursais	5.3.8	63	613	Patrimônio de Cobertura do Plano	5.8.1	7.290.032	6.694.958
Recursos a Receber - Precatórios	5.3.9	0	0	Provisões Matemáticas		7.284.955	6.691.382
Outros Realizáveis	5.3.9	346	335	Benefícios Concedidos		3.918.505	3.805.207
				Benefícios a Conceder		3.366.450	2.886.175
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	5.4	13.885	14.097	Equilíbrio Técnico	5.8.1.2	5.077	3576
Imobilizado	5.4.1	13.303	13.521	Resultados Realizados		5.077	3576
Intangível	5.4.2	582	576	Superávit Técnico Acumulado		5.077	3576
				Fundos	5.8.2	260.262	231.849
				Fundos Previdenciais		93.412	76.198
				Fundos Administrativos		123.014	118.579
				Fundos para Garantia das Operações com Participantes		43.836	37.072
Total do Ativo		7.749.329	7.125.556	Total do Passivo		7.749.329	7.125.556

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administração e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R\$ Mil

em 31 de Dezembro

Descri�o	Exercício 2025	Exercício 2024	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	6.926.807	6.626.023	4,54
1. Adi�es	1.259.750	927.396	35,84
Contribui�es Previdenciais	438.297	396.009	10,68
Portabilidade	19.089	1.841	937,11
Atualiza�o de Depósitos Judiciais/Recursais	1	56	(99,05)
Reversão de Fundos Administrativos	0	20.000	(100,00)
Outras Adi�es Previdenciais	87	46	87,24
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	760.987	448.439	69,70
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	8.251	26.768	(69,18)
Receitas Administrativas	15.433	18.108	(14,77)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	10.842	11.324	(4,26)
Constitui�o de Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	6.763	4.805	40,75
2. Destina�es	(636.263)	(626.612)	1,54
Benefícios	(597.381)	(581.082)	2,80
Resgates	(6.137)	(1.095)	460,46
Portabilidades	(9.578)	(1.895)	405,44
Provisão para Perdas	(48)	(70)	(31,43)
Outras Dedu�es	(1.278)	(2.144)	(40,39)
Despesas Administrativas	(20.557)	(19.016)	8,10
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios - Gestão Administrativa	0	(20.000)	(100,00)
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.284)	(1.310)	(1,98)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrim�nios Social (1+2)	623.487	300.784	107,29
Provisões Matemáticas	593.574	302.480	96,24
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.501	328	357,62
Fundos Previdenciais	17.215	4.065	323,49
Fundos Administrativos	4.434	(10.894)	100,00
Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	6.763	4.805	40,75
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	7.550.294	6.926.807	9,00

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administra o e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descrição	Exercício 2025	Exercício 2024	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior: representa o saldo do fundo administrativo do exercício anterior	118.579	129.473	(8,41)
1. Custeio da Gestão Administrativa	26.275	29.432	(10,73)
1.1. Receitas	26.275	29.432	(10,73)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	15.170	14.830	2,29
Custeio Administrativo dos Investimentos	182	35	420,00
Receitas Diretas	7	15	(53,62)
Outras Receitas	74	3.229	(97,70)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	10.842	11.323	(4,25)
2. Despesas Administrativas	20.557	19.016	8,10
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	20.309	19.016	6,80
Pessoal e encargos	15.272	14.376	6,23
Treinamentos/congressos e seminários	125	109	14,68
Viagens e estadias	134	181	(25,97)
Serviços de terceiros	2.167	1.765	22,78
Despesas gerais	1.508	1.492	1,07
Depreciações e amortizações	558	549	1,64
Tributos	545	544	0,18
2.5. Fomento	248	0	100
Despesas com Fomento Plano Família	248	0	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	1.283	1.310	(2,06)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	20.000	(100,00)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	4.435	(10.894)	(140,71)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	4.434	(10.894)	(140,70)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	123.014	118.579	3,74

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administração e de Investimentos

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descrição	Exercício 2025	Exercício 2024	Variação (%)
1. Ativos	4.430.432	4.384.755	1,04
Disponível	376	399	(5,76)
Recebíveis Previdencial	121.084	105.689	14,57
Investimentos	4.308.972	4.278.667	0,71
Títulos Públicos	31.704	9.291	241,23
Ativo Financeiros de Crédito Privados	11.499	17.406	(33,94)
Renda Variável	29.763	27.665	7,58
Fundos de Investimentos	3.959.757	3.951.277	0,21
Derivativos	3.786	0	0
Investimentos em Imóveis	171.315	182.691	(6,23)
Operações com Participantes	100.739	89.389	12,70
Depósitos Judiciais / Recursais	63	613	(89,72)
Outros Realizáveis	346	335	3,28
2. Obrigações	177.206	182.541	(2,92)
Operacional	9.829	6.749	45,64
Contingencial	167.377	175.792	(4,79)
3. Fundos não Previdenciais	99.078	94.402	4,95
Fundos Administrativos	61.295	61.793	(0,81)
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	37.783	32.609	15,87
5. Ativo Líquido (1-2-3)	4.154.148	4.107.812	1,13
Provisões Matemáticas	4.150.231	4.104.236	1,12
Superávit/Déficit Técnico	3.917	3.576	9,54
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	3.917	3.576	9,54
b) (+/-) Ajuste de Precificação	162.637	162.329	0,19
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	166.554	165.905	0,39

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administração e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano BD

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descri�o	Exercício 2025	Exercício 2024	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	4.107.812	4.074.636	0,81
1. Adi�es	632.528	604.784	4,59
Contribui�es	210.934	206.565	2,12
Reversão de Fundos Administrativos	0	20.000	(100,00)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	413.256	351.349	17,62
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	56	(99,94)
Outras Adi�es	87	45	(69,18)
2. Destina�es	(586.192)	(571.608)	2,55
Benefícios	(577.845)	(563.300)	2,58
Resgates	(176)	(28)	538,50
Portabilidade	(751)	(97)	677,51
Provisão para Perdas Estimadas	(46)	(69)	(33,20)
Custeio Administrativo	(6.096)	(5.970)	2,11
Outras Dedu�es	(1.278)	(2.144)	(40,41)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	46.336	33.176	39,67
Provisões Matemáticas	45.995	32.826	40,12
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	341	350	(2,57)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	4.154.148	4.107.812	1,13
C) Fundos não previdenciais	99.078	94.402	4,95
Fundos Administrativos	61.295	61.793	(0,81)
Fundos para Garantia dos Investimentos	37.783	32.609	15,87

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administra o e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administra o e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano BD

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descri�o	Exercício 2025	Exercício 2024	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	4.369.138	4.322.962	1,07
1. Provisões Matemáticas	4.150.232	4.104.236	1,12
1.1. Benefícios Concedidos	3.636.350	3.568.793	1,89
Benefício Definido	3.636.350	3.568.793	1,89
1.2. Benefício a Conceder	513.882	535.443	(4,03)
Benefício Definido	513.882	535.443	(4,03)
2. Equilíbrio Técnico			
2.1. Resultados Realizados	3.917	3.576	9,54
Superávit Técnico acumulado	3.917	3.576	9,54
Reserva de Contingência	3.917	3.576	9,54
(-) Déficit Técnico acumulado	3.917	3.576	9,54
3. Fundos	37.783	32.609	15,87
3.2. Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes - Gestão Previdencial	37.783	32.609	15,87
4. Exigível Operacional	9.829	6.749	45,64
4.1. Gestão Previdencial	5.405	4.943	9,35
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.424	1.806	144,96
5. Exigível Contingencial	167.377	175.792	(4,79)
5.1. Gestão Previdencial	165.120	173.237	(4,69)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.257	2.555	(11,66)

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administra o e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Ativo Líquido do Plano CV I

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descrição	Exercício 2025	Exercício 2024	Variação (%)
1. Ativos	3.257.485	2.716.818	19.90
Disponível	57	2.086	(97.27)
Recebíveis Previdencial	61.741	56.765	8.77
Investimento	3.195.687	2.657.967	20.23
Ativo Financeiros de Crédito Privados	0	2.386	(100.00)
Renda Variável	0	124	(100.00)
Fundos de Investimentos	2.979.307	2.486.861	19.80
Operações com Participantes	216.380	168.596	28.34
2. Obrigações	1.067	406	162.81
Operacional	1.067	406	162.81
3. Fundos não Previdenciais	67.772	61.209	10.72
Fundos Administrativos	61.719	56.746	8.76
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	6.053	4.463	35.63
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.188.646	2.655.203	20.09
Provisões Matemáticas	3.094.074	2.579.005	19.97
Superávit Técnico	1.160	0	100.00
Fundos Previdenciais	93.412	76.198	22.59
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	1.160	0	100.00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	11.870	11.763	0.91
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	13.030	11.763	10.77

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administração e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido do Plano CV I

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descrição	Exercício 2025	Exercício 2024	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.655.205	2.388.022	11.19
1. Adições	573.102	296.631	93.20
Contribuições	228.211	199.655	14.30
Portabilidade	438	355	23,38
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	344.453	96.620	256.50
Outras Adições	0	1	(100.00)
2. Destinações	(39.660)	(29.448)	34.68
Benefícios	(19.289)	(17.780)	8.48
Resgates	(2.552)	(1.008)	153.17
Portabilidades	(8.745)	(1.799)	386.10
Custeio Administrativo	(9.074)	(8.861)	2.40
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	533.442	267.183	99.65
Provisões Matemáticas	515.069	263.138	95.74
Fundos Previdenciais	17.214	4.065	323.47
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	1.160	(20)	(5.900.00)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.188.647	2.655.205	20.09
C) Fundos não previdenciais	67.772	61.209	10.72
Fundos Administrativos	61.719	56.746	8.76
Fundos para Garantia dos Investimentos	6.053	4.463	35.63

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administração e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CV I

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descrição	Exercício 2025	Exercício 2024	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	3.195.766	2.660.071	20.14
1. Provisões Matemáticas	3.094.074	2.579.005	19.97
1.1. Benefícios Concedidos			
Contribuição Definida	281.289	236.414	18.98
Benefício Definido	190.615	159.519	19.49
Benefício Definido	90.674	76.895	17.92
1.2. Benefício a Conceder	2.812.785	2.342.591	20.07
Contribuição Definida	2.812.785	2.342.591	20.07
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	1.390.837	1.158.955	20.01
Saldo de contas - parcela participantes	1.421.948	1.183.636	20.13
2. Equilíbrio Técnico	1.160	0	100.00
2.1. Resultados Realizados	1.160	0	100.00
Superávit Técnico acumulado	1.160	0	100.00
Reserva de contingência	1.160	0	100.00
3. Fundos	99.465	80.661	23.31
3.1. Fundos Previdenciais	93.412	76.198	22.59
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	6.053	4.463	35.63
4. Exigível Operacional	1.067	405	163.46
4.1. Gestão Previdencial	836	291	187.29
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	231	114	102.63

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administração e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração do Ativo Líquido do Plano Família

R\$ Mil
em 31 de Dezembro

Descrição	Exercício 2025	Exercício 2024	Variação (%)
1. Ativos	43.417	8.245	426.59
Disponível	87	74	17.57
Recebíveis Previdencial	1	44	(97.73)
Investimento	43.329	8.127	433.15
Ativo Financeiros de Crédito Privados	31.537	5.522	471.12
Fundos de Investimentos	11.792	2.605	352.67
2. Obrigações	2.767	64	4.223.44
Operacional	2.767	64	4.223.44
3. Fundos não Previdenciais	0	39	(100.00)
Fundos Administrativos	0	39	(100.00)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	40.650	8.141	399.32
Provisões Matemáticas	40.650	8.141	399.32

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administração e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Família

R\$ MIL
em 31 de Dezembro

Descri�o	Exercício 2025	Exercício 2024	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	8.141	1.625	100.00
1. Adi�es	36.430	6.610	451.12
Contribui�es	14.320	4.619	210.02
Portabilidade	18.650	1.486	1.154.90
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.460	505	585.28
2. Destina�es	(3.920)	(94)	4.070.23
Benefícios	(247)	0	(100.00)
Resgates	(3.409)	(60)	5.581.26
Portabilidades	(82)	0	(100.00)
Custeio Administrativo	(182)	(34)	435.62
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	32.510	6.516	398.91
Provisões Matemáticas	32.510	6.516	398.93
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	40.650	8.141	399.35
C) Fundos não previdenciais	0	39	(100.00)
Fundos Administrativos	0	39	(100.00)

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administra o e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano Família

R\$ MIL
em 31 de Dezembro

Descri�o	Exercício 2025	Exercício 2024	Variacão (%)
Provisões Técnicas (1 + 4)	43.388	8.204	428.86
1. Provisões Matemáticas	40.650	8.141	399.32
1.1. Benefícios Concedidos	867	0	100.00
Contribui�o Definida	867	0	100.00
1.2. Benefícios a Conceder	39.783	8.141	388.67
Contribui�o Definida	39.783	8.141	388.67
Saldo de contas - parcela participantes	39.783	8.141	388.67
4. Exigível Operacional	2.738	63	4.246.03
4.1. Gestão Previdencial	2.738	63	4.246.03

Fortaleza, 31 de janeiro de 2026

OCIONE MARQUES MENDONÇA
Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

SERGIO BRITO CLARK
Diretor de Administra o e de Investimentos
CPF 396.542.063-15

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 (Em R\$ Mil)

1. Características e Finalidades

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (CAPEF), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes elegíveis, funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria CAPEF, bem como a seus familiares de até 3º grau, assim como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. Planos Administrados

A CAPEF administra 3 (três) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

2.1. Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e sob o nº 48.306.539/0001-08 no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26 de novembro de 1999.

Em 31 de dezembro de 2025, o plano possuía 927 participantes ativos (1.010, em 2024), 3.413 aposentados programados (3.436 em 2024), 130 aposentados por invalidez (133 em 2024) e 1.595 beneficiários (1.564 em 2024), distribuídos em 1.512 (1.476) grupos de pensionistas.

A avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2025, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, baseada nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023:

Hipóteses Utilizadas em 31/12/2025 - Plano BD	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 proj. 2023 segmentada por sexo (escala AA), desagravada em 20%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled segmentada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte desagravada em 96%.
Hipótese familiar	Família observada no cadastro.
Taxa Real Anual de juros	5,25% a.a. (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento ao ano).
Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 136 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado.

2.2. Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC e sob o nº 48.307.467/0001-05 no CNPJ, iniciou suas operações em 19 de maio de 2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2025, contava com 6.291 participantes ativos (6.202, em 2024), 443 assistidos programados (404 em 2024), sendo 434 aposentados (393 em 2024) e 9 beneficiários de pensão, distribuídos em 9 grupos de pensão (11 beneficiários distribuídos em 11 grupos de pensão em 2024), e 74 assistidos não programados (70 em 2024), dos quais 17 são aposentados por invalidez (15 em 2024) e 86 beneficiários de pensão (85 em 2024), distribuídos em 57 grupos de pensão (55 em 2024).

A avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2025, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, baseada nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023:

Hipóteses Utilizadas em 31/12/2025 - Plano CV	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2014 proj. 2023 segmentada por sexo (escala MP-2021)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled segmentada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller suavizada em 82%
Hipótese familiar	Família padrão composta de cônjuge 14 meses mais jovem que o participante, sem a existência de filhos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Taxa Real Anual de juros	5,00% a.a. (cinco por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador.
Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.

2.3. Plano Família

O Plano Família, inscrito sob o nº 2023.0006-29 no CNPB da PREVIC, sob o nº 52.412.330/0001-98 no CNPJ e aprovado pela Diretoria de Licenciamento da PREVIC por meio da Portaria nº 356, de 24 de abril de 2023, iniciou suas operações em 20 de junho de 2023. Estruturado na modalidade de contribuição definida, seus benefícios são definidos com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão e a partir de então se torna um benefício programado e limitado ao respectivo patrimônio individual, devidamente capitalizado. Não há, portanto, hipóteses atuariais para o dimensionamento de suas provisões matemáticas, avaliadas sob regime de capitalização individual.

Em 31 de dezembro de 2025, contava com 6.550 participantes ativos (1.855, em 2024) e 3 participantes assistidos (o plano não possuía participantes assistidos em 2024). A adesão ao Plano Família pode ser realizada por pessoa física participante ou assistido vinculado à CAPEF, e cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção.

2.4. Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com detalhamento das despesas administrativas e responsável pela gestão cotidiana da Entidade por meio de um regulamento específico, conferindo-lhe assim maior transparência.

3. Base e Apresentação das Demonstrações Contábeis

A escrituração contábil é centralizada na sede da CAPEF e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024; Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, alterada pela Resolução PREVIC nº 26 de 16 de dezembro de 2025; a Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, alterada pela Resolução CNPC nº 61 de 11 de dezembro de 2024; a Resolução nº 4.994, de 24 de março de 2022 do Conselho Monetário Nacional — CMN, alterada pela Resolução CMN nº 5.202 de 27 de março de 2025 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos entre curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63, da NBC TG 26 (R5).

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o artigo 188 da Resolução PREVIC nº. 23, de 14 de agosto de 2023. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

As estimativas contábeis e atuariais são baseadas em premissas e metodologia para determinação do valor justo, com utilização de fatores objetivos e subjetivos. Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são: vida útil do ativo imobilizado, precificação ao valor justo de ativos sem cotação em mercado ativo, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas judiciais e as provisões matemáticas. A preparação das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensuração patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

4.1. Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o parágrafo 2º do artigo 10, da Resolução CNPC Nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir. Ao atingir o limite de 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento de direitos creditórios superior a 360 dias, aplica-se o reconhecimento total da despesa de direitos creditórios, tudo em consonância com as determinações legais emanadas pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, em seu artigo 199, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (Vencidos e Vincendos)
entre 31 e 60 dias	1%
entre 61 e 90 dias	5%
entre 91 e 120 dias	10%
entre 121 e 180 dias	25%
entre 181 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
superior a 360 dias	100%

4.2. Composição do Ativo

4.2.1. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa ainda não depositados/descontados, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

4.2.2. Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3. Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4. Ativo Realizável - Investimentos

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 4.994, de 24 de março de 2022 do Conselho Monetário Nacional — CMN, e com a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021.

Os títulos adquiridos pelos planos administrados pela CAPEF podem ser classificados como “destinados para negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “para negociação”. Os demais títulos, que são classificados como “mantidos até o vencimento”, respeitam o estudo de liquidez do plano, bem como observam as premissas do último estudo de Asset Liability Management – ALM realizado pela Entidade. Os títulos públicos, os ativos financeiros de crédito privado, renda variável, os fundos de investimentos e os investimentos em imóveis que compõem esse grupamento são mensurados a valor justo e, por esta razão, não estão sujeitos ao teste de impairment de que trata o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

4.2.4.1. Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente, os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que são indexadas pela variação do IPCA alocados em seus fundos exclusivo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT) indexados à taxa Selic. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2. Ativos Financeiros de Crédito Privado

Este grupo incorpora as aplicações em Letras Financeiras-LF e Debêntures. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as Debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e/ou precificados mediante manual de precificação do custodiante.

4.2.4.3. Renda Variável

Nesta conta são lançados os investimentos em ações. Os ativos desse grupo são avaliados pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da B3 S.A. – BRASIL. BOLSA. BALCÃO, conforme Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, alterada pela Resolução CVM nº 214, de 30 de setembro de 2024

4.2.4.4. Fundos de Investimentos

a) Fundo de Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN;

os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação - CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA estão contabilizados como “títulos mantidos até o vencimento”, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, alterada pela Resolução CNPC nº 61 de 11 de dezembro de 2024, estabelece que a Entidade pode realizar operações de alienações de títulos públicos federais, classificados como títulos mantidos até o vencimento, realizadas em até trinta dias da aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior aos dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da EFPC quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

b) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Os fundos classificados como FIDC é um veículo de investimento que destina parte de seu patrimônio para aquisição de direitos creditórios. Direito creditório é, essencialmente, um direito de recebimento futuro originado de uma transação comercial ou de prestação de serviços. O FIDC funciona como uma estrutura de securitização, permitindo que empresas antecipem seus recebíveis enquanto oferece aos investidores uma alternativa de renda fixa com rentabilidade geralmente superior à tradicional, estruturada por meio de diferentes classes de cotas (seniores e subordinadas) que definem a ordem de recebimento e os níveis de exposição ao risco de crédito.

c) Fundo de Investimentos em Participações - FIP

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos fundos de investimentos em participações – FIP, caracterizando-se como uma comunhão de recursos destinado à aplicação em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste tipo de fundo, o gestor do FIP está presente nas companhias com poder de influência e decisão na política estratégica e gestão da empresa, fazendo parte do processo de amadurecimento da companhia para vendê-la futuramente. Os fundos que compõem o referido segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

d) Fundo Multimercado

Nesse segmento estão classificadas as quotas de fundos de investimento multimercado, caracterizados pela aplicação de recursos em diferentes classes de ativos, tais como renda fixa, renda variável, câmbio, derivativos e demais instrumentos financeiros, conforme a respectiva política de investimento. Essa modalidade confere maior flexibilidade na alocação dos recursos, podendo adotar estratégias diversificadas, observados os limites regulamentares. O segmento é composto exclusivamente pelo Fundo Fortaleza Multimercado, cuja política de investimentos contempla a alocação em diferentes classes de ativos, como renda fixa, renda variável, câmbio, entre outros. Em razão dessa diversificação, o fundo está exposto a múltiplos fatores de risco, inerentes às oscilações e condições específicas de cada mercado em que atua. O fundo que compõe esse segmento é contabilizado diariamente pela variação de suas quotas.

e) Fundo Multimercado Estruturado

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos Fundos Multimercados Estruturados. Os Fundos Multimercados Estruturados possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, renda variável, câmbio, entre outros. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

4.2.4.5. Derivativos

Neste segmento, registram-se as operações de Swap, que consistem em contratos de derivativos financeiros onde duas partes pactuam a troca de fluxos de caixa futuros com base em um valor de referência. Por meio desse mecanismo, as partes alteram sua exposição a riscos ou rentabilidades. No caso específico do plano BD da Capef, onde o swap está registrado, a operação foi estruturada para trocar a volatilidade da inflação (IPCA) por uma taxa de juros (CDI), alinhando a operação à estratégia de rentabilidade da entidade.

4.2.4.6. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição, com reavaliação anual determinada por avaliador independente. Os imóveis componentes da carteira são reavaliados anualmente de acordo com a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, subseção VIII “Imóveis”, artigo 197, incisos II e III. Do saldo individual de cada ativo, são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, em consonância com as normas aplicáveis do CNPC e do CMN.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para perdas com devedores duvidosos, apresentada no item 4.1.

4.2.4.7. Empréstimos e Financiamentos imobiliários

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, além dos decorrentes de eventuais atrasos.

A rubrica Empréstimos e Financiamentos Imobiliários está retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de três naturezas: (1) da provisão por devedores duvidosos, que representa 1,26% sobre o total de empréstimos a participantes do plano; (2) da diferença entre o saldo devedor do financiamento e o limite de cobertura máximo contratado com a companhia seguradora; (3) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada ou refinanciamento, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 5,50% a.a. As retificações indicadas nos itens (2) e (3) representam 94,32% do total de financiamentos imobiliários.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à tabela do item 4.1. Ressalte-se que a linha de financiamentos imobiliários foi descontinuada pela entidade há mais de 20 anos e que remanescem apenas empréstimos vigentes, somente no Plano BD.

4.2.4.8. Depósitos Judiciais/Recursais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.9. Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.8).

4.2.5. Ativo Permanente

4.2.5.1. Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas por método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida. O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de avaliação elaborado por perito independente.

4.2.5.2. Intangível

A rubrica Intangível contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício, bem como os gastos com Fomento do Plano Família.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo gastos diretamente atribuíveis à sua implementação e à preparação para uso. Após o reconhecimento inicial, são mantidos pelo custo histórico, deduzido da amortização acumulada.

A amortização é calculada pelo método linear, com início a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, ao longo de suas vidas úteis estimadas, que refletem o período esperado de geração de benefícios econômicos ou de potencial de serviços para a Entidade. As vidas úteis e os critérios de amortização são revisados periodicamente e ajustados, quando aplicável.

4.3. Composição do Passivo

4.3.1. Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2. Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa, no item 5.6.4. Processos classificados como risco possível. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

4.3.3. Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõem o Patrimônio Social: o Patrimônio de Cobertura dos Planos, subdividido em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico, e Fundos.

4.3.3.1. Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

a) Benefícios Concedidos:

Representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensionistas.

b) Benefícios a Conceder:

Representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

4.3.3.2. Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura dos planos e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deve ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$.

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.3.3.3. Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

a) Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica. No caso da CAPEF, o Plano CV I possui dois fundos previdenciais denominados de Fundo de Solvência Atuarial e Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos. O Fundo de Solvência Atuarial foi constituído segundo o regulamento do plano para possível utilização no caso de eventuais insuficiências atuariais futuras. Já o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito de participantes.

b) Gestão Administrativa:

fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.

c) Investimentos:

fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4. Gestão de Risco

A CAPEF entende que, para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios, deve gerir seus investimentos considerando todos os riscos aos quais as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.

Em atendimento aos normativos acima, a CAPEF desenhou processos, desenvolveu metodologias e elaborou sua Política de Gestão de Riscos com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da CAPEF e na Política de Gestão de Risco.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A CAPEF possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos, Atuária e Controles Internos – ASGRA, que tem por objetivo o desenvolvimento e operacionalização da política de risco da Entidade, visando subsidiar a Diretoria Executiva na preservação da segurança nas aplicações financeiras e do equilíbrio atuarial dos planos. A política de gestão de risco estabelece que deve se identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

a) Risco de Mercado:

É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico-financeiro dos planos. Para a gestão de risco de mercado, a CAPEF utiliza-se de alguns instrumentos, são eles: o Value at Risk – VaR; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da CAPEF, onde é listada a performance de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano; e Comitê de Investimento, com reuniões mensais nas quais são discutidas opções e o monitoramento de investimentos.

b) Risco de Crédito (contraparte):

É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas. O risco de crédito é mitigado por meio de utilização de um modelo próprio para aquisição de ativos, onde são levados em conta os limites legais e da Política de Investimentos; da análise de prazo e taxa de retorno; da análise de indicadores financeiros; e de fatos relevantes do emissor. O resultado desse acompanhamento é apresentado, mensalmente, ao Comitê de Investimentos. Ademais, no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da CAPEF, a qual é submetida aos órgãos de governança da Entidade.

c) Risco de Liquidez:

É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos. A liquidez dos planos da CAPEF é monitorada por meio de modelo Asset Liability Management – ALM; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento; análises feitas no Relatório Trimestral de Risco; e realização de Teste de Stress para o Plano BD. Adicionalmente às práticas mencionadas, a CAPEF utiliza como acompanhamento os indicadores de liquidez desenvolvidos pela PREVIC, o índice de liquidez ampla (ILA) e o índice de liquidez restrita (ILR).

d) Risco Operacional / Legal:

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas decorrentes de atividades desenvolvidas na CAPEF. O risco operacional é mitigado por meio do funcionamento de um Comitê de Riscos e Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos, mapeando os processos e revisando-os constantemente, ademais a CAPEF conta com um software para aprimoramento do acompanhamento de sua matriz de riscos, bem como as revisões de todos os riscos da Entidade. No tocante ao risco legal, decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico, a Entidade dispõe de uma Gerência Jurídica que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual indicando todos os procedimentos relacionados à essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a consequente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.

e) Risco Atuarial:

É o risco que está relacionado à incapacidade dos planos de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. Para acompanhar e mitigar esses riscos atuariais a CAPEF se utiliza de uma Assessoria de Gestão de Riscos e Atuária e Controles Internos.

f) Risco Sistêmico:

É o risco que afeta a economia de uma forma geral, por exemplo, um colapso no sistema financeiro ou de capitais, uma grande variação na taxa de juros ou mesmo nas taxas de câmbio. Este tipo de risco é extremamente difícil de ser mitigado pois afeta a economia como um todo. A CAPEF busca mitigar o risco sistêmico diversificando a alocação dos investimentos dos planos, bem como acompanha o comportamento dos mercados locais e internacionais. Ademais, a Assessoria de Gestão de Riscos, Atuária e Controles Internos utiliza os Relatórios de Estabilidade da Previdência Complementar, da PREVIC, e o Relatório de Estabilidade Financeira, do BACEN, para acompanhar o comportamento da estabilidade do segmento de previdência complementar, bem como a estabilidade financeira do Brasil; e o funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo. O referido acompanhamento de estabilidade do segmento de previdência e de estabilidade financeira permite perceber alterações sistêmicas que podem afetar os investimentos da CAPEF.

O acompanhamento dos investimentos é realizado diariamente pela ASGRA, reportando à Diretoria Executiva e à Gerência de Investimento as rentabilidades dos planos frente às suas metas atuariais, bem como o enquadramento dos investimentos frente aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994 e pelas Políticas de Investimentos dos planos administrados.

4.5. Tributação

4.5.1. Imposto de Renda – IR

A Lei nº 11.053/2004, em seu artigo 5º, a partir de 1º de janeiro de 2005, dispensou a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. Desde lá, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

4.5.2. Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009 e Resolução PREVIC nº. 23, de 14 de agosto de 2023, a CAPEF é obrigada a recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

4.5.3. PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre as receitas utilizadas para administração dos planos de benefício, baseado na declaração de inconstitucionalidade do artigo 3º, §1º da Lei nº 9.718/1998, cujo entendimento era que o PIS e a Cofins somente incidiria sobre a receita bruta ou faturamento da pessoa jurídica, entendido como o resultado da venda de mercadorias e prestação de serviços.

Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em R\$ mil)

5.1. Realizável – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 59.626 (R\$ 43.810, em 2024), além de valores a serem recebidos de folhas de acerto de participantes e pensionistas falecidos e que estão sendo pagos por seus beneficiários no montante de R\$ 180 (R\$ 108, em 2024) e de outros realizáveis no valor de R\$ 6 (R\$ 0 em 2024).

Descrição	R\$ mil	
	2025	2024
Recursos a Receber	6	0
Depósitos Judiciais/Recursais	59.626	43.811
Outros Realizáveis	180	108
Total	59.812	43.919

5.2. Realizável – Gestão Administrativa

	R\$ mil	
Descrição	2025	2024
Contas a Receber	785	340
Contribuições para Custeio	631	200
Responsabilidade de Empregados	150	136
Responsabilidade de Terceiros	4	4
Despesas Antecipadas	239	202
Adiantamentos	104	113
Pagamentos Antecipados	134	88
Almoxarifado	1	1
Depósitos Judiciais/Recurrais	14.054	12.855
Tributos a Compensar	7	6
Custeio a Receber	27	34
Total	15.112	13.437

O saldo deste grupamento corresponde a:

a) Contas a Receber:

Custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a contribuições do mês de dezembro; adiantamento concedidos aos funcionários e valores que serão ressarcidos por terceiros;

b) Despesas Antecipadas:

Adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cartões-refeição a funcionários, além do estoque de materiais de expediente e de limpeza;

c) Depósitos Judiciais/ Recursais:

PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 7.1;

d) Tributos a Compensar:

Créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente a ser ressarcido pela Receita Federal do Brasil; e

e) Custeio Administrativo a Receber:

Custeio administrativo do Plano Família a ser recebido.

5.3. Realizável - Investimentos

Os saldos consolidados dos Investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa da CAPEF, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

	R\$ mil	
Descrição	2025	2024
Investimentos	7.659.958	7.051.382
Títulos públicos	31.704	9.291
Títulos Públicos Federais	31.704	9.291
Ativos Financeiros de Crédito Privado	43.036	25.314
Títulos Emitidos por Instituições Financeiras	31.537	5.522
Debêntures	11.499	12.906
Certificados de Operações Estruturadas - COE	0	6.886
Renda Variável	29.763	27.789
Ações	0	124
Renda Variável de Patrocinador	29.763	27.665
Fundos de Investimento	7.060.431	6.545.069
Fundo de Renda Fixa	6.719.563	6.277.083
Fundo de Investimento em Direito Creditório - FIDC	49.940	0
Fundo de Ações	0	1.445
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	133.253	98.445
Fundo Multimercado	148.950	131.310
Fundo Multimercado Estruturado	8.725	36.786
Derivativos	3.787	0

R\$ mil

Descrição	2025	2024
Derivativos	3.787	0
Investimentos em Imóveis	173.710	184.986
Operações com Participantes	317.118	257.985
Empréstimos a Participantes	315.218	256.137
Financiamentos Imobiliários	1.900	1.848
Depósitos Judiciais/Rekursais	63	613
Recursos a Receber – Precatórios	0	0
Outros Realizáveis	346	335

A tabela acima apresenta a posição dos ativos sem considerar suas exigibilidades.

5.3.1. Títulos Públicos

5.3.1.1. Títulos Públicos Federais

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras Tesouro - LFT, que são corrigidas pela taxa SELIC. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das LFTs variam em função da categoria em que os títulos estão classificados (Marcação a mercado), conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos planos BD e estão discriminadas nos quadros abaixo, na posição de 31 de dezembro de 2025.

Carteira Própria - Plano BD – Títulos em 31/12/2025

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant.	Valor da Aplicação	Valor Contábil	Valor a Mercado	Categoria	Valor da Variação Mercado x Contabilizado
Lft	Tesouro	01/09/2031	56	998	1.007	1.007	Mercado	0
Lft	Tesouro	01/09/2031	1.707	30.009	30.697	30.697	Mercado	0
Total					31.704	31.704		0

Carteira Própria - Plano BD – Títulos em 31/12/2024

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant.	Valor Da Aplicação	Valor Contábil	Valor a Mercado	Categoria	Valor da Variação Mercado X Contabilizado
Ntn-B	Tesouro	15/05/2055	2.000	7.783	7.396	7.396	Mercado	0
Ntn-B	Tesouro	15/08/2050	500	1.919	1.895	1.895	Mercado	0
Total					9.291	9.291		0

5.3.1.1.1. Ajuste de Precificação

O “ajuste de precificação dos Títulos Públicos Federais” incorporam-se às sobras ou insuficiências para posteriormente serem destinadas e equacionadas conforme o caso. O montante correspondente ao referido ajuste deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 8.1.4 e podem resultar em valor positivo ou negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais” de que trata a Resolução CNPC N°. 30, de 10 de outubro de 2018, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos, a seguir, demonstrativo posicionado em 31 de dezembro de 2025, com a composição das Notas do Tesouro Nacional – Série B(NTNs – B), da Carteira Administrada dos Planos de Benefícios, selecionados para o cálculo do ajuste de precificação, e dos valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, também de acordo com a referida Resolução.

Plano BD – Títulos Seleccionados para o Cálculo do Ajuste de Precificação

Vencimento	ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0542	5000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0544	10000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0537	10000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0545	10000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0548	10000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0543	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0543	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0542	10000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0543	20000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0532	20000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	10000	1

Vencimento	ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0537	10000	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,054	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0543	2500	1
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,0543	2500	0
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,053	10000	0
15/05/2027	BRSTNCNTB682	1	0,057	10000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0514	10000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0505	10000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0506	20000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0504	20000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0519	6000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0519	14000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,051	10000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0502	3000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0502	4000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0506	22000	0
15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	1	0,0506	8000	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,052	10000	1
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,0516	20000	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	2500	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	2500	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	3000	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	2500	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,0632	75090	1
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	10000	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	15000	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	2500	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	2500	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	2500	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,05	2000	0
15/05/2035	BRSTNCNTB007	1	0,07599	12000	1
15/08/2040	BRSTNCNTB3C6	1	0,0547	10000	0
15/08/2040	BRSTNCNTB3C6	1	0,0545	12000	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,0721	12000	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,065	18385	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,0733	11500	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,0646	20000	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,0637	21000	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,0731	10000	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,0807	3000	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,0654	15500	1
15/05/2045	BRSTNCNTB0A6	1	0,072	7239	1
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0514	8000	0

Vencimento	ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0637	20000	1
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,052	1400	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,04	32000	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,052	10000	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,052	1600	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0513	8200	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,052	10000	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,052	10000	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0519	3000	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0519	10	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0513	10000	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0519	990	0
15/08/2050	BRSTNCNTB3D4	1	0,0637	20000	1
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0406	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0406	9000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0581	10000	1
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,058	5000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0581	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,058	10000	1

O valor investido para fins das NTN-B, marcadas a vencimento, totalizam R\$ 1.943.060, enquanto o valor do ajuste de precificação do Plano BD, referente ao final do exercício de 2025 foi de R\$ 162.636. No período, não houve utilização desse montante para fins de amortização de déficits (valor a equacionar) ou de distribuição de superávit, permanecendo os ativos registrados pelos valores na curva.

Plano BD – Valor do ajuste de Precificação

Duration do Passivo:

8.2571

Análise de durations segundo art. 9º, inciso V, da IN 19 da Previc de 04/02/2015:

Duration do passivo: 8.2571. Duration do ativo: 7,8886. Atende.

Duration do Ativo:

7,8886

Volume financeiro:

2.105.697.152,00

Volume financeiro carteira:

1.943.060.608,00

Ajuste:

162.636.528,00

Análise de valor presente, segundo art. 9º, incisos III e IV da IN 19 da Previc de 04/02/2015:

Número de inconsistências: 0. Atende.

Fonte: Sistema Venturo – PREVIC

Para o Plano CV I, os títulos públicos (NTN-B) da carteira selecionados para o devido cálculo do ajuste de precificação, e os valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, constam do quadro a seguir:

Plano CV I - Títulos Selecionados para o Cálculo do Ajuste de Precificação

Vencimento	ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0542659	1000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0541659	1000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0592235	200	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0533988	10400	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0534988	20000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,043	1000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0429	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,039005	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0387099	8500	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07319	5000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0731	20000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,073	2255	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,073	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,073	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0745	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07429	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07429	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07429	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07449	20000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	0,8	0,07499	10000	1
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,074	10000	0

Vencimento	ISIN	Fração	Taxa de apropriação	Quantidade	Incluir
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,074	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0726	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,071	20000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,071	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07119	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07129	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0715	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07149	2000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0715	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0715	10000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0715	1000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,0704	20000	0
15/05/2055	BRSTNCNTB4Q4	1	0,07059	1000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0553	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0575532	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0562	5000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0557	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0557	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0555	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,05439	20000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0562	5000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0563	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0553	20000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0555	20000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0555	3000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0553	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,07089	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0703	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,0703	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,07039	10000	0
15/08/2060	BRSTNCNTB690	1	0,07039	10000	0

Plano CV I - Valor do ajuste de Precificação

Duration do Passivo:

18,4878

Análise de durations segundo art. 9º, inciso V, da IN 19 da Previc de 04/02/2015: Duration do passivo: 18,4878. Duration do ativo: 15,0411. Atende.

Duration do Ativo:

15,0411

Volume financeiro:

42.605.280,00

Volume financeiro carteira:

30.735.142,00

Ajuste:

11.870.138,00

Análise de valor presente, segundo art. 9º, incisos III e IV da IN 19 da Previc de 04/02/2015: Número de inconsistências: 0. Atende.

Fonte: Sistema Venturo – PREVIC

O ajuste de precificação, do Plano CV I, referente ao final do exercício de 2025 foi de R\$ 11.870. No período, não houve utilização desse montante para fins de amortização de déficits (valor a equacionar) ou de distribuição de superávit, permanecendo os ativos registrados pelos valores na curva.

Ao plano Família, por não possuir parcela de benefício definido, não se aplica o cálculo.

5.3.2. Ativos Financeiros de Créditos Privados

5.3.2.1. Títulos Emitidos por Instituições Financeiras

Neste grupo estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras - LF pertencentes exclusivamente ao Plano Família, cujos parâmetros utilizados na determinação de seus valores variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

Carteira Própria – Plano Família 31/12/2025

								R\$ mil
Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	8	400	526	526	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	345	328	328	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	303	360	360	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	321	328	328	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	4	211	239	239	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	314	360	360	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	3	952	1.078	1.078	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	2	650	719	719	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	9	985	1.071	1.071	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	8	400	529	529	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	559	716	716	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	331	317	317	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	3	164	200	200	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	14	718	904	904	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	7	350	423	423	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	304	361	361	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	3	941	937	937	NEGOCIAÇÃO	-

Tipo	Emissor/Papel	Vcto.	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	44	2.200	2.472	2.472	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	3	975	1.078	1.078	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	3	971	1.078	1.078	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	5	541	595	595	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	16	1.741	1.905	1.905	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	7	764	833	833	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	10	500	525	525	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	10	500	525	525	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	3	982	1.078	1.078	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	3	338	357	357	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	358	328	328	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	1	314	360	360	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	6	300	307	307	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	10	500	518	518	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	8	400	403	403	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	50	2.500	2.559	2.559	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	20	1.000	1.012	1.012	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	4	400	403	403	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	80	4.000	4.019	4.019	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	7	819	833	833	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	26/01/2029	8	942	952	952	NEGOCIAÇÃO	-
Total					31.537	31.537		-

Carteira Própria – Plano Família 31/12/2024

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vcto.	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	08/09/2026	1	743	774	774	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	24/09/2026	1	320	330	330	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO BMG S.A.	05/09/2028	1	345	325	325	NEGOCIAÇÃO	-

Tipo	Emissor/Papel	Vcto.	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
LFSN	BANCO BMG S.A.	05/09/2028	1	321	325	325	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO SAFRA S.A.	08/01/2029	1	559	612	612	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO XP S.A.	22/01/2029	14	718	774	774	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO PAN S.A.	26/01/2029	8	400	456	456	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	26/01/2029	8	400	451	451	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO PAN S.A.	23/07/2029	7	350	366	366	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	1	303	309	309	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/10/2029	1	304	312	312	NEGOCIAÇÃO	-
LFSN	BANCO BMG S.A.	07/11/2029	1	331	315	315	NEGOCIAÇÃO	-
LF	BANCO PAN S.A.	24/12/2029	3	164	173	173	NEGOCIAÇÃO	-
Total					5.522	5.522		-

5.3.2.2. Debêntures

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em debêntures da Localiza Rent Car pertencentes ao Plano BD. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. As debêntures da Localiza foram adquiridas em 07 de abril de 2021. Em fevereiro de 2025, as debêntures da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, adquiridas em 10 de junho de 2013, vinculadas ao Plano CV I, venceram. Na ocasião, houve o pagamento integral do principal investido e, por isso, não permanece saldo de debêntures registrado no referido plano após o vencimento.

Carteira Própria – Plano BD 31/12/2025

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vcto.	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
DEBENTURE	Localiza	15/03/2031	10.000	10.000	11.499	11.499	NEGOCIAÇÃO	-
Total					11.499	11.499		-

Carteira Própria – Plano BD 31/12/2024

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria	Valor Da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
DEBENTURE	Localiza	15/03/2031	10.000	10.000	10.520	10.520	NEGOCIAÇÃO	-
TOTAL				10.520	10.520			-

Ressalta-se que a debênture da Localiza tem sua precificação marcada a mercado.

Carteira Própria - Plano CV I 31/12/2024

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vencimento	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/ Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	1.000	998	508	509	VENCIMENTO	1
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692	1.878	1.882	VENCIMENTO	4
Total				2.386	2.391			5

5.3.3. Renda Variável

5.3.3.1. Ações

Carteira desinvestida no decorrer de 2024, permanecendo apenas valores referentes a proventos a receber pertencentes ao Plano CV 1. Esses valores foram integralmente recebidos em 30 de dezembro de 2025.

Carteira Própria – Plano CV 31/12/2024

R\$ mil

Ativos	Custo Contábil	Valor a Mercado
DIVIDENDOS/ JUROS	-	124
Total	0	124

5.3.3.2. Renda Variável de Patrocinador

A Carteira é composta por ações ordinários do patrocinador Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB pertencentes ao Plano BD. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

Carteira Própria – Plano BD 31/12/2025

R\$ mil

Ativos	Custo de Aquisição	Valor a Mercado
BNBR3	220	29.763
Total	220	29.763

Carteira Própria – Plano BD 31/12/2024

R\$ mil

Ativos	Custo de Aquisição	Valor a Mercado
BNBR3	220	27.665
Total	220	27.665

5.3.4. Fundos de Investimento

5.3.4.1. Fundo de Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela CAPEF é composta pelos fundos CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo e CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo II, com gestão da CAPEF, o primeiro pertencente aos plano BD e PGA e o segundo ao plano CV I; cotas do fundo Capital Market, pertencentes às carteiras próprias dos planos BD, CV I e Família; Vinci FI Renda Fixa Imobiliário II e Vinci Crédito Infra RF, pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI; cotas do fundo BNB Soberano FI RF, integrantes das carteira próprias dos plano BD, CV e PGA; fundos BNP Paribas e BTG Capéf FIM, integrantes exclusivamente do plano CV I; e cotas do fundo Safra Capital Market, pertencentes às carteira próprias dos planos CV I e Família. Já o fundo Itaú Soberano, tem suas cotas pertencentes exclusivamente à carteira do plano Família. A seleção desses fundos é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos constantes no Manual de Investimentos. As taxas de administração cobradas por esses fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado. Segue o detalhamento do Fundo Capéf RF Previdenciário Exclusivo:

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2027	165.000	655.239	767.406	739.068	Vencimento	- 28.339
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2030	119.000	485.732	577.787	523.197	Vencimento	- 54.591
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2035	162.090	492.866	759.903	683.223	Vencimento	- 76.680
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2040	22.000	99.002	108.634	92.215	Vencimento	- 16.419
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2045	118.624	179.921	506.228	485.174	Vencimento	- 21.054
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	135.200	526.209	704.830	555.052	Vencimento	- 149.778
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	29.000	132.345	163.941	116.845	Vencimento	- 47.298
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2060	25.000	109.048	110.927	100.959	Vencimento	- 19.968
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2077	12.500	109.048	55.990	55.990	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S A	10/02/2026	500	25.000	37.980	37.980	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S A	10/02/2026	300	15.000	22.525	22.525	Negociação	-
COMPROMISSADA	Tesouro Nacional	15/05/2045	1.858	-	7.301	7.301	Negociação	-
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	-15	-15	-	-
TESOURARIA	-	-	-	-	0	0	-	-
(A) Fundo Capéf RF Previdenciário Exclusivo	-	-	-	-	3.833.437	3.419.311	-	-414.126

As cotas do Fundo Capéf FI RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da CAPEF: BD e PGA - Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 25.591.488,4057901 cotas, enquanto o PGA é detentor de 743.025,659041297 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA (A):

R\$ mil

	2025	2024
(A) Fundo Banco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	3.833.438	3.870.685
Plano BD	3.725.278	3.767.598
Plano de Gestão Administrativa	108.160	103.087

Detalhamento da carteira do Fundo Capéf FI RF Previdenciário Exclusivo II

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	323.355	1.257.968	1.379.093	1.300.588	Vencimento	- 78.505
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2060	193.000	846.065	921.556	779.406	Vencimento	- 142.151
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	15/06/2026	500	25.000	32.346	32.346	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	13/08/2026	268	15.017	20.552	20.552	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	13/08/2026	103	5.923	7.899	7.899	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	17/08/2026	125	7.246	9.684	9.684	Negociação	-
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	08/09/2026	1	906	909	909	Negociação	-
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	08/09/2026	1	4.600	5.628	5.628	Negociação	-
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	24/09/2026	1	387	388	388	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	03/11/2026	60	3.485	4.631	4.631	Negociação	-
LF	BANCO BMG S.A	07/11/2026	10	1.082	1.190	1.190	Negociação	-
LF	BANCO BMG S.A	07/11/2026	28	3.030	3.333	3.333	Negociação	-
LF	BRB BANCO DE BRASILIA SA	14/12/2027	1	695	839	839	Negociação	-
LF	BRB BANCO DE BRASILIA SA	14/12/2027	19	12.517	15.935	15.935	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	17/01/2028	1	572	862	862	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	31/01/2028	11	5.223	7.956	7.956	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	31/01/2028	11	5.223	7.956	7.956	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	31/01/2028	15	7.914	12.054	12.054	Negociação	-
LF	BRB BANCO DE BRASILIA SA	30/03/2028	3	2.000	2.250	2.250	Negociação	-
LF	BANCO C6 S.A.	16/12/2028	100	10.000	10.077	10.077	Negociação	-
LF	BANCO PAN S.A.	24/01/2029	200	10.000	11.663	11.663	Negociação	-

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	20/09/2029	134	6.700	9.152	9.152	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	29/07/2030	40	18.081	23.861	23.861	Negociação	-
LF	LOCALIZA RENT A CAR SA	15/03/2031	10.000	10.000	11.499	11.499	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	13/06/2031	89	4.450	4.990	4.990	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	29/10/2031	1	433	491	491	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	29/10/2031	5	2.165	2.457	2.457	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	29/10/2031	2	866	983	983	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	13/07/2032	50	20.000	29.602	29.602	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	28/06/2033	50	20.000	22.593	22.593	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2034	3	912	1.083	1.083	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2034	12	3.648	4.331	4.331	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2034	3	912	1.083	1.083	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2034	15	4.562	5.414	5.414	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2034	15	4.562	5.414	5.414	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	5	1.510	1.797	1.797	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	2	604	719	719	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	6	1.816	2.157	2.157	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	2	604	719	719	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	16/10/2034	4	1.216	1.443	1.443	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	16/10/2034	12	3.648	4.329	4.329	Negociação	-
Compromissada	Tesouro Nacional	01/03/2027	9.905	-	178.914	178.914	Negociação	-
Contas a pagar e a receber					17	17		-
Tesouraria					0	0		-
(B) Fundo Capef FI RF Previdenciário Exclusivo II					2.769.849	2.549.194		-220.656

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

Respeitando o §1º do artigo 32 da Resolução CNPC Nº 43/2021, a CAPEF alongou parte da carteira do fundo Capef FI RF Previdenciário Exclusivo II, gerando um resultado positivo de R\$ 27.386 mil, refletido na cota do fundo. Nos quadros abaixo, segue relação de títulos negociados do fundo Capef FI RF Previdenciário Exclusivo II, em 2025 para alongamento:

Resumo das Operações Vendidas

R\$ mil

Apuração do Resultado nas Vendas - Plano CV I						
Data	Código	Quantidade	Taxa Média de venda	Vencimento	Valor das Vendas	Lucro
28/05/2025		69.000	7,05	NTNB 2050	280.477	8.590
29/05/2025		10.000	7,05	NTNB 2050	40.643	1.824
01/07/2025		10.000	7,03	NTNB 2050	41.067	1.966
17/11/2025		30.000	7,04	NTNB 2055	120.344	7.481
25/11/2025		20.000	7,05	NTNB 2055	80.314	4.833
05/12/2025		20.000	6,95	NTNB 2050	83.497	2.692
Total		159.000	7,034		646.342	27.386

Resumo das Operações Compradas

R\$ mil

Compras Alongamento - Plano CV I					
Data	Código	Quantidade	Taxa média de compra	Vencimento	Valor da Compra
04/06/2025	126138728	20.000	7,10	15/05/2055	78.994
04/06/2025	126138727	10.000	7,10	15/05/2055	39.497
05/06/2025	126222986	10.000	7,12	15/05/2055	39.421
06/06/2025	126319957	10.000	7,13	15/05/2055	39.389
09/06/2025	126846549	10.000	7,13	15/05/2055	39.406
10/06/2025	127011033	10.000	7,15	15/05/2055	39.321
11/06/2025	127233406	10.000	7,15	15/05/2055	39.311
11/06/2025	127233405	2.000	7,15	15/05/2055	7.863
17/07/2025	134361270	10.000	7,15	15/05/2055	39.702

R\$ mil

Compras Alongamento - Plano CV I					
Data	Código	Quantidade	Taxa média de compra	Vencimento	Valor da Compra
17/07/2025	134361271	1.000	7,15	15/05/2055	3.970
08/12/2025	153448030	10.000	7,04	15/08/2060	40.749
08/12/2025	153448031	10.000	7,04	15/08/2060	40.749
08/12/2025	153448032	10.000	7,03	15/08/2060	40.795
08/12/2025	153448033	10.000	7,03	15/08/2060	40.795
08/12/2025	153448034	10.000	7,09	15/08/2060	40.492
08/12/2025	153448035	20.000	7,04	15/05/2055	80.689
09/12/2025	153747662	1.000	7,06	15/05/2055	4.027
Total		164.000	7,090		655.170

Abaixo, detalha-se os fundos abertos constantes nos itens C a J da tabela acima por plano, administrador e gestor.

Fundos de Renda Fixa Aberto

R\$ mil

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
(C) Cota do fundo Vinci			417.915	-	-	-	Negociação	-
(D) Cota do fundo Capital Market	BTG Pactual	-	283.843	-	4.473	4.473	Negociação	-
(E) Cotas do fundo BNB Soberano FI RF	BNB	-	12.811.020	-	22.169	22.169	Negociação	-
(F) Cota do fundo VINCI FI RF IMOBII	Vinci	-	325.000	-	33.024	33.024	Negociação	-
(G) Cota do fundo Safra Capital Referenciado DI	Safra	-	10.278	-	3.480	3.480	Negociação	-
(H) Cota do fundo Itaú Soberano	Itaú	-	114.194	-	9.339	9.339	Negociação	-
(I) Cota do fundo BNP Paribas	BNP	-	4.394	-	2.263	2.263	Negociação	-
(J) Cota do fundo BTG CAPEF FIM	BTG Pactual	-	9.238.459	-	11.736	11.736	Negociação	-
Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F+G+H+I+J)					6.719.561	6.084.781		-634.782
Doutros Pagamentos a Recuperar					0	0		0
Total Fundos de Renda Fixa					6.719.561	6.084.781		-634.782

Detalhamento dos Fundos de Renda Fixa abertos por plano – 2025

Plano BD

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
BNB Soberano FI RF	30.568.193/0001-42	Santander Caceis	Banco do Nordeste do Brasil	10.377
Vinci Crédito Infra RF	45.912.178/0001-47	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	14.895
Vinci Imobiliário II FI Renda Fixa Crédito Privado	31.248.496/0001-40	BEM DTVM	Vinci Partners	7.621
BTG Pactual Capital Markets FI Renda Fixa	04.501.865/0001-92	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Asset Management	2.109
Total				35.003

Plano CV I

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
BNB Soberano FI RF	30.568.193/0001-42	Santander Caceis	Banco do Nordeste do Brasil	10.377
BTG Pactual Capital Markets FI Renda Fixa	04.501.865/0001-92	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Asset Management	2.068
Vinci Crédito Infra RF	45.912.178/0001-47	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	14.895
Vinci Imobiliário II FI Renda Fixa Crédito Privado	31.248.496/0001-40	BEM DTVM	Vinci Partners	25.403
Safra Capital Market Premium FIC Renda Fixa Referenciado DI Crédito Privado	17.254.044/0001-40	Safra Asset Management	Safra Asset Management	3.241
BNP Paribas Match DIRF	09.636.393/0001-07	Banco BNP Paribas Brasil S/A	BNP Paribas Asset Management Brasil LTDA	2.263
BTG Pactual Capenf FI Multimercado	53.544.038/0001-91	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual WM Gestão de Recursos LTDA	11.736
Total				89.985

PGA

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
BNB Soberano FI RF	30.568.193/0001-42	Santander Caceis	Banco do Nordeste do Brasil	1.414
Total				1.414

Plano Família

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
Itaú Soberano LP	06.175.696/0001-73	Itaú Unibanco S/A	Itaú Unibanco Asset Management Ltda	9.339
BTG Pactual Capital Markets FI Renda Fixa	04.501.865/0001-92	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Asset Management	296
Safra Capital Markets Premium FI em Cotas de FIRC Ref DI Crédito	17.254.044/0001-40	Safra Serviço de Administração Fiduciária Ltda	Safra Asset Management Ltda	238
Total				9.874

Composição consolidada dos Fundos de Renda Fixa na posição de 31.12.2024

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2027	165.000	655.239	738.942	699.855	Vencimento	- 39.087
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2030	119.000	485.732	557.123	495.006	Vencimento	- 62.117
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2035	150.090	445.003	681.458	590.633	Vencimento	- 90.825
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2040	22.000	99.002	104.295	87.571	Vencimento	- 16.724
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2045	118.624	179.921	483.892	452.054	Vencimento	- 31.838
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2050	185.200	526.209	676.695	512.525	Vencimento	- 164.170
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2055	29.000	132.343	157.542	107.231	Vencimento	- 50.311
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2060	25.000	109.048	115.862	93.356	Vencimento	- 22.506
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2030	20.000	82.318	83.194	83.194	Negociação	-
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2035	12.600	51.422	49.583	49.583	Negociação	-
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2045	6.600	26.315	25.151	25.151	Negociação	-
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2050	10.000	42.083	37.909	37.909	Negociação	-
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2060	10.000	45.095	37.342	37.342	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	17/02/2025	900	15.000	20.563	20.563	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	10/03/2025	5	591	796	796	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	03/11/2025	24	1.353	1.708	1.708	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	03/11/2025	17	959	1.210	1.210	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	10/02/2026	900	25.000	33.884	33.884	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	10/02/2026	900	15.000	20.089	20.089	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	20/12/2028	100	10.000	12.730	12.730	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	20/12/2028	200	10.000	12.573	12.573	Negociação	-
COMPROMISSADA CONTAS PAGAR/RECEBER TESOURARIA	Tesouro Nacional	15/08/2026	4.207	-	-19	-19	-	-
(A) Fundo Capel RF-Previdenciário-Exclusivo				3.870.685	3.393.107	-	-	-477.578

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2045	5.000	21.487	19.054	19.054	Negociação	-
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2050	42.255	174.934	160.183	160.183	Negociação	-
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2060	94.000	408.545	351.019	351.019	Negociação	-
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2050	29.000	112.800	112.984	109.935	Vencimento	- 3.049
NTN-0	Tesouro Nacional	15/05/2055	62.100	253.254	332.915	229.623	Vencimento	- 103.292
NTN-0	Tesouro Nacional	15/08/2060	143.000	642.485	686.887	533.997	Vencimento	- 152.891
LF	BANCO BRADESCO S.A.	17/02/2025	1	572	791	791	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	17/02/2025	300	15.000	20.566	20.566	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	28/02/2025	15	7.914	10.994	10.994	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	28/02/2025	11	5.223	7.256	7.256	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	28/02/2025	11	5.223	7.256	7.256	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	29/07/2025	40	18.081	20.904	20.904	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	01/09/2025	6	3.000	6.619	6.619	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	01/09/2025	6	3.000	6.457	6.457	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	19/09/2025	4	2.000	4.432	4.432	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	01/10/2025	15	850	1.073	1.073	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	01/10/2025	20	1.132	1.430	1.430	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	01/12/2025	4	2.000	3.875	3.875	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	23/01/2026	20	10.000	18.778	18.778	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	15/06/2026	500	25.000	28.919	28.919	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	22/07/2026	200	10.000	12.773	12.773	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	10/08/2026	6	3.780	3.781	3.781	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	10/08/2026	3	1.876	1.897	1.897	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	13/08/2026	103	5.923	7.064	7.064	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	13/08/2026	268	15.017	18.380	18.380	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	17/08/2026	125	7.246	8.629	8.629	Negociação	-
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	08/09/2026	1	4.600	4.792	4.792	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	29/10/2026	1	433	434	434	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	29/10/2026	5	2.165	2.170	2.170	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	29/10/2026	2	866	868	868	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	03/11/2026	60	3.485	4.133	4.133	Negociação	-
LF	BANCO PAN S.A.	15/06/2027	400	20.000	22.509	22.509	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	16/06/2027	46	2.700	3.147	3.147	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	13/07/2027	50	20.000	25.832	25.832	Negociação	-
LF	BRB BANCO DE BRASILIA SA	14/12/2027	19	12.517	13.807	13.807	Negociação	-
LF	BRB BANCO DE BRASILIA SA	14/12/2027	1	695	727	727	Negociação	-
LF	BRB BANCO DE BRASILIA SA	30/03/2028	3	2.000	2.006	2.006	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	23/05/2028	400	20.000	22.418	22.418	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	05/06/2028	400	20.000	21.792	21.792	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S/A	20/12/2028	150	15.000	19.085	19.085	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	24/01/2029	81	10.070	10.612	10.612	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	24/01/2029	81	10.069	10.612	10.612	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	24/01/2029	41	5.097	5.372	5.372	Negociação	-
LF	BANCO PAN S.A.	24/01/2029	200	10.000	10.191	10.191	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	05/02/2029	500	25.000	31.444	31.444	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	05/02/2029	500	25.000	32.237	32.237	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	13/08/2029	14	9.113	9.400	9.400	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2029	12	3.648	3.741	3.741	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2029	3	912	935	935	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2029	3	912	935	935	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2029	15	4.562	4.677	4.677	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/09/2029	15	4.562	4.677	4.677	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S.A.	20/09/2029	20	10.000	11.843	11.843	Negociação	-

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	20/09/2029	200	10.000	11.960	11.960	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	3	906	926	926	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	2	605	617	617	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	3	906	926	926	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	6	1.816	1.852	1.852	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	2	604	617	617	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	2	605	617	617	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	3	906	926	926	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	3	908	926	926	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	5	1.510	1.543	1.543	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/10/2029	12	3.648	3.741	3.741	Negociação	-
LF	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	15/10/2029	4	1.216	1.247	1.247	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	10/12/2029	339	20.071	21.453	21.453	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	06/03/2030	100	5.885	6.011	6.011	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	06/03/2030	140	7.988	8.186	8.186	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	12/03/2030	100	6.080	6.226	6.226	Negociação	-
LF	BANCO BTG PACTUAL S.A.	23/05/2030	500	25.000	26.252	26.252	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	15/04/2031	186	10.030	11.452	11.452	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	15/04/2031	24	1.294	1.492	1.492	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	15/04/2031	120	6.472	7.459	7.459	Negociação	-
LF	BANCO BRADESCO S.A.	15/04/2031	40	2.157	2.486	2.486	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	09/06/2031	440	22.000	21.277	21.277	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	13/06/2031	100	5.000	4.911	4.911	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S/A	05/04/2032	25	9.288	8.971	8.971	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	28/06/2033	50	20.000	19.662	19.662	Negociação	-
DEBENTURE	LOCALIZA RENT A CAR SA	15/03/2031	10.000	10.000	10.520	10.520	Negociação	-
Compromissada	Tesouro Nacional	15/08/2028	1.248	-	5.191	5.191	Negociação	-
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	18	18	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	0	0	-	-
(B) Fundo Capet FI RF Previdenciário Exclusivo II	-	-	-	-	2.322.773	2.063.541	-	-259.232

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
(C) Cota do fundo Vinci Crédito Infra RF	Vinci	-	193.668	-	22.752	22.752	Negociação	-
(D) Cota do fundo Capital Market	BTG Pactual	-	350.945	-	4.837	4.837	Negociação	-
(E) Cotas do fundo BNB Soberano FI RF	BNB	-	5.287.917	-	8.008	8.008	Negociação	-
(F) Cota do fundo VINCI FI RF IMOB II	Vinci	-	35.000	-	35.128	35.128	Negociação	-
(G) Cota do fundo Safra Capital Referenciado DI	Safra	-	5.328	-	1.576	1.576	Negociação	-
(H) Cota do fundo Itau Soberano	Itau	-	1.426	-	102	102	Negociação	-
(I) Cota do fundo BNP Paribas	BNP	-	1.978	-	890	890	Negociação	-
(J) Cota do fundo BTG CAPEF FIM	BTG Pactual	-	9.238.459	-	10.332	10.332	Negociação	-
Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F+G+H)	-	-	-	-	6.277.083	5.540.273	-	-736.810
Total Fundos de Renda Fixa	-	-	-	-	6.277.083	5.540.273	-	-736.810

Detalhamento dos Fundos de Renda Fixa abertos por plano – 2024

Plano BD

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
BNB Soberano FI RF	30.568.193/0001-42	Santander Caceis	Banco do Nordeste do Brasil	6.468
Vinci Crédito Infra RF	45.912.178/0001-47	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	11.376
Vinci Imobiliário II FI Renda Fixa Crédito Privado	31.248.496/0001-40	BEM DTYM	Vinci Partners	8.106
BTG Pactual Capital Markets FI Renda Fixa	04.501.865/0001-92	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Asset Management	1.833
Total				27.783

Plano CV I

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
BNB Soberano FI RF	30.568.193/0001-42	Santander Caceis	Banco do Nordeste do Brasil	303
BTG Pactual Capital Markets FI Renda Fixa	04.501.865/0001-92	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Asset Management	1.186
Vinci Crédito Infra RF	45.912.178/0001-47	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	11.376
Vinci Imobiliário II FI Renda Fixa Crédito Privado	31.248.496/0001-40	BEM DTYM	Vinci Partners	27.021
Safra Capital Market Premium FIC Renda Fixa Referenciado DI Crédito Privado	17.254.044/0001-40	Safra Asset Management	Safra Asset Management	891
BNP Paribas Match DIRF	09.636.393/0001-07	Banco BNP Paribas Brasil S/A	BNP Paribas Asset Management Brasil LTDA	890
BTG Pactual Capet FI Multimercado	53.544.038/0001-91	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual WM Gestão de Recursos LTDA	10.332
Total				51.999

PGA

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
BNB Soberano FI RF	30.568.193/0001-42	Santander Caceis	Banco do Nordeste do Brasil	1.238
Total				1.238

Plano Família

R\$ mil

Fundos Renda Fixa	CNPJ	Administrador	Gestor	Posição (R\$)
Itaú Soberano LP	06.175.696/0001-73	Itaú Unibanco S/A	Itaú Unibanco Asset Management Ltda	102
BTG Pactual Capital Markets FI Renda Fixa	04.501.865/0001-92	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Asset Management	1.818
Safra Capital Markets Premium FI em Cotas de FIRF Ref DI Crédito	17.254.044/0001-40	Safra Serviço de Administração Fiduciária Ltda	Safra Asset Management Ltda	685
Total				2.605

5.3.4.2. Fundo de Ações

Em outubro de 2025, a CAPEF resgatou a totalidade das cotas do único fundo de ações vinculadas ao Plano CV I. Não há saldo na posição de 31/12/2025.

Fundos de Ações 2024

Fundos de Ações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
NP FUNDAMENTO FIA	11.182.064/0001-77	BEM DTVM	Constância Investimentos	366.124	1.445
Total Fundo					1.445

5.3.4.3. Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

Segmento composto por cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios – FIDC pertencentes às carteiras dos planos BD, CV I e Família. Os FIDCs são fundos que tem suas carteiras compostas por direitos creditórios. Direitos creditórios no âmbito de um FIDC correspondem a recebíveis originados de diversos tipos de operações como comerciais, financeiras, imobiliárias ou de prestação de serviços, que são cedidos ao fundo para servir como lastro de suas cotas.

Plano CV I

R\$ mil

Fundos de Ações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
SOLIS ANTAR FICFIDC	13.054.728/0001-48	BTG Pactual Serviços Financeiros	Solis Investimento LTDA	7.083.556	32.330
Total				-	32.330

Plano BD

R\$ mil

Fundos de Ações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
VINCI CREDITO FIM CP	13.054.728/0001-48	BTG Pactual Serviços Financeiros	Solis Investimento LTDA	3.438.237	15.692
Total				-	15.692

Plano Família

R\$ mil

Fundos de Ações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
VINCI CREDITO FIM CP	13.054.728/0001-48	BTG Pactual Serviços Financeiros	Solis Investimento LTDA	420.352	1.918
Total				-	1.918

5.3.4.4. Fundo de Investimentos em Participações - FIP

Segmento composto por cotas de fundos de investimentos em participações – FIP pertencentes às carteiras dos planos BD e CV I. Os FIP's são fundos que investem seus recursos em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste segmento de aplicação, o gestor do fundo tem poder de influência e decisão na política, estratégica e gestão da empresa investida.

Plano BD R\$ mil

Fundos Em Participações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
KINEA PE V FEEDERFIP	41.776.922/0001-72	Intrag DTVM	Kinea Investimentos	15.751	15.869
LACAN FL III F CL A	32.527.734/0001-10	Banco Genial	Lacan Investimentos	1.085	14.265
INFRA III FD FIP M	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	3.808.849	4.131
PATRIA V INST FIP	23.025.053/0001-62	BRL Trust Investimentos LTDA	Pátria Investimento LTDA	859	569
Total					34.834

Plano CV I R\$ mil

Fundos Em Participações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
BTG ECO CLA II FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	6.400.821	6.036
SPECTRA V INST FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	Spectra Investimentos	9.327.760	12.382
ECONOMIA REAL FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	12.000.000	27.607
KINEA PE V FEEDERFIP	41.776.922/0001-72	Intrag DTVM	Kinea Investimentos	15.751	15.869
VIR IV F B CL A FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	10.078	10.506
LACAN FL III F CL A	32.527.734/0001-10	Banco Genial	Lacan Investimentos	1.085	14.265
INFRA III FD FIP M	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	9.522.122	10.328
PATRIA V INST FIP	23.025.053/0001-62	BRL Trust Investimentos LTDA	Pátria Investimento LTDA	2.150	1.426
Total					98.419

Fundo de Investimentos em Participações – FIP 2024

Plano BD R\$ mil

Fundos Em Participações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
KINEA PE V FEEDERFIP	41.776.922/0001-72	Intrag DTVM	Kinea Investimentos	12.249	10.994
LACAN FL III F CL A	32.527.734/0001-10	Banco Genial	Lacan Investimentos	1.019	13.165
INFRA III FD FIP M	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	275.811	173
PATRIA V INST FIP	23.025.053/0001-62	BRL Trust Investimentos LTDA	Pátria Investimento LTDA	404	255
Total					24.587

PLANO CV I R\$ mil

Fundos Em Participações	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
BTG ECO CLA II FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	5.821.111	4.855
SPECTRA V INST FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	Spectra Investimentos	8.367.760	11.901
ECONOMIA REAL FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	12.000.000	24.985
KINEA PE V FEEDERFIP	41.776.922/0001-72	Intrag DTVM	Kinea Investimentos	12.249	10.994
VIR IV F B CL A FIP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	7.107	6.888
LACAN FL III F CL A	32.527.734/0001-10	Banco Genial	Lacan Investimentos	1.019	13.166
INFRA III FD FIP M	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros	BTG Pactual Gestora de Recursos	689.528	432
PATRIA V INST FIP	23.025.053/0001-62	BRL Trust Investimentos LTDA	Pátria Investimento LTDA	1.010	637
Total					73.858

5.3.4.5. Fundo Multimercado

A rubrica Fundo Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado, multimercado institucional, cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. O patrimônio do Fortaleza Multimercado é composto por recursos exclusivamente do Plano BD.

Fundo Fortaleza Multimercado 2025

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
Fundo de Renda Fixa	CAPITAL MKTS FIRF	-	16.487	-	260	260	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	BNP MATCH DI REF	-	347	-	179	179	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	VINCI FIRF FII	-	75.000	-	7.621	7.621	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	SAFRA CAP MKT PREM	-	789	-	267	267	Negociação	-
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	08/09/2026	1	4.657,00	5.698	5.698	Negociação	-
LF	BANCO BMG S.A.	07/11/2026	46	5.037,00	5.475	5.475	Negociação	-
LF	BANCO PAN S.A.	24/12/2029	41	2.243,23	2.727	2.727	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	13/06/2031	100	5.000,00	5.606	5.606	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	3	908,24	1.078	1.078	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	10	3.019,95	3.595	3.595	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	7	2.113,96	2.516	2.516	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2034	5	1.513,74	1.797	1.797	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2027	15.500	69.317	69.428	69.428	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2030	8.000	32.785	38.880	35.173	Vencimento	3.707
Compromissada	Tesouro Nacional	01/03/2026	212	-	3.816	3.816	Negociação	-
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	7	7	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	0	0	-	-
Total do Fundo Fortaleza					148.950	145.243		3.707

Fundo Fortaleza Multimercado 2024

Tipo	Emissor/Papel	Vcto	Quant	Valor da Aplicação (R\$ Mil)	Valor Contábil (R\$ Mil)	Valor a Mercado (R\$ Mil)	Categoria (Mercado/Vencimento)	Valor da Variação Mercado X Contabilizado (R\$ Mil)
Fundo de Renda Fixa	CAPITAL MKTS FIRF	-	49.530	-	683	683	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	BNP MATCH DI REF	-	347	-	156	156	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	VINCI FIRF FII	-	75.000	-	8.106	8.106	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	SAFRA CAP MKT PREM	-	8.481	-	2.508	2.508	Negociação	-
LF	BANCO SAFRA S A	10/03/2025	5	602	735	735	Negociação	-
LF	BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	08/09/2026	1	4.657	4.851	4.851	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	16/06/2027	8	547	547	547	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	01/02/2028	5	1.963	1.942	1.942	Negociação	-
LF	BANCO ABC BRASIL S.A.	11/09/2028	2	1.324	1.321	1.321	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	7	2.114	2.160	2.160	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	10	3.020	3.086	3.086	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	3	908	926	926	Negociação	-
LF	BANCO VOTORANTIM S.A.	20/09/2029	5	1.514	1.543	1.543	Negociação	-
LF	BANCO PAN S.A.	24/12/2029	41	2.243	2.359	2.359	Negociação	-
LF	BANCO DAYCOVAL S.A.	13/06/2031	100	5.000	4.911	4.911	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	6.000	23.241	22.745	22.745	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2060	9.000	36.480	33.608	33.608	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2030	8.000	32.785	37.498	33.279	Vencimento	(4.219)
Compromissada	Tesouro Nacional	15/05/2033	416	-	1.618	1.618	Negociação	-
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	7	7	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	0	0	-	-
Total do Fundo Fortaleza					131.310	127.091		(4.219)

5.3.4.6. Fundo Multimercado Estruturado

As cotas dos fundos de Investimentos Multimercado Estruturados são detidas exclusivamente pelo plano CV I. Os fundos classificados como Multimercado Estruturados possuem políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

Fundo Multimercado 2025

Plano CV I

Fundos Multimercados Estruturados	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor R\$ mil
VINCI CREDITO FIM CP	37.099.037/0001-29	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	7.536.227	8.725
Total					8.725

Fundo Multimercado 2024

Plano CV I

					R\$ mil
Fundos Multimercados Estruturados	Cnpj	Administrador	Gestor	Quantidade	Valor
VINCI CREDITO FIM CP	37.099.037/0001-29	BTG Pactual Serviços Financeiros	Vinci Partners	7.536.227	9.488
ABSOLUTE VERTEX II	23.565.803/0001-99	BNY Mellon Serviços Financeiros	Absolute Investimentos	5.939.701	17.278
ORION FC FIM CP	59.281.253/0001-23	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.	POLÍGONO CAPITAL LTDA	951.884	10.020
Total					36.786

5.3.5. Derivativos

5.3.5.1. Swap

Nesta conta estão registradas as alocações em operações de swap, vinculadas exclusivamente ao Plano BD. A operação foi contratada junto ao Banco BTG Pactual, pela qual a Capef recebe a variação equivalente a 83% do CDI e paga a variação do IPCA acrescida de 5,5% ao ano.

Plano BD

			R\$ mil
Derivativos	Vencimento	Valor	
Swap	15/05/2035	3.787	
Total		3.787	

5.3.6. Investimentos em Imóveis

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido - BD e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, encerrou o ano de 2025 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 173.710 (R\$ 184.986 em 2024). O Plano BD possui patrimônio de R\$ 171.315 (R\$ 182.691, em 2024), relativo às edificações e respectivos direitos creditórios de locações e alienações. Compondo o PGA temos R\$ 2.396 (R\$ 2.295 em 2024) referentes a edificações e respectivos direitos.

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição e são submetidos a reavaliação anual, conforme a Resolução PREVIC nº 23, de 23 de agosto de 2023, subseção VIII “Imóveis”, artigo 197, incisos II e III, com laudo emitido por avaliador independente. Ao saldo individual de cada ativo, são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do CNPC e do CMN.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2025:

Plano BD

Ativos	Posição (em R\$ Mil)		Variação (%)
	2025	2024	
Total dos Investimentos Imobiliários	171.315	182.691	(6,23)
Edificações	167.642	176.677	(5,11)
Imóveis Locados	108.753	104.844	3,73
Imóveis Desocupados	58.526	71.434	(18,07)
Outras (Áreas Cedidas Ao Condomínio)	363	399	(8,71)
Direitos Creditórios	3.673	6.014	(38,92)
Locações	448	293	52,87
Alienações	3.225	5.721	(43,63)

Plano de Gestão Administrativa

Ativos	Posição (em R\$ Mil)		Variação (%)
	2025	2024	
Total Dos Investimentos Imobiliários	2.395	2.295	4,35
Edificações	2.395	2.295	4,35
Imóveis Locados	2.395	2.295	4,35

5.3.6.1. Edificações

Os imóveis que compõe a carteira do Plano BD são mensurados pelo valor justo, entendido como o valor pelo qual o ativo pode ser negociado em condições normais de mercado. Ao longo do exercício de 2025, no tocante às edificações para investimento, a carteira apresentou variações patrimoniais decorrentes das reavaliações dos imóveis. Com base em laudos de avaliação independente, a Entidade procedeu à reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, apurando-se decréscimo líquido de R\$ 4.950 no valor da carteira do Plano de Benefício Definido. Os laudos foram elaborados pelas empresas CONSUL ENGENHARIA LTDA – CNPJ 04.934.077/0001-90 e LAUTEC ENGENHARIA E CONSULTORIAS – CNPJ 29.386.242/0001-47, ambas devidamente qualificadas.

Os valores apurados nos laudos foram confrontados com os valores contábeis anteriormente registrados e as diferenças identificadas foram reconhecidas como ajustes a valor. Os ganhos ou perdas decorrentes da reavaliação foram apropriados no resultado do exercício.

A metodologia predominante utilizada nos laudos foi o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, com tratamento científico por fatores, que consiste na coleta de amostras de mercado de imóveis similares e posterior ajuste por variáveis como localização, padrão construtivo, área, estado de conservação, liquidez, vocação comercial e condições de negociação.

Para definição do valor a ser adotado para cada ativo, a Entidade realizou análise qualitativa individual dos imóveis. Assim, para ativos com melhor posicionamento mercadológico, maior liquidez e maior potencial de geração de renda, adotou-se o valor máximo indicado no laudo; para imóveis em condições regulares e com comportamento de mercado mais estável, selecionou-se o valor médio; e, para ativos com maior risco de vacância, menor liquidez ou necessidade de adequações, considerou-se o valor mínimo, por representar, de forma mais prudente, o valor justo realizável.

Segue detalhamento das reavaliações por unidade imobiliária:

Plano BD

Uf	Imóvel	Mês	Valores (em R\$ Mil)			Variação (%)
			Custo Contábil	Valor de Avaliação	Resultado	
Ba	Edifício <u>Catabas Center</u>	Dez/25	11.598	11.920	322	2,79
Ce	Edifício <u>Atlantic Center</u>	Dez/25	459	418	(41)	-8,90
Ce	Edifício <u>Beira Mar Trade Center</u>	Dez/25	3.418	2.904	(514)	(15,04)
Ce	Edifício <u>Fran Carvalho</u>	Dez/25	19.121	16.286	(2.835)	(14,83)
Df	Edifício <u>Paulo Sarasate</u>	Dez/25	13.657	12.572	(1.085)	(7,95)
Pe	Edifício <u>Apolonio Sales</u>	Dez/25	77.307	77.545	238	0,31
Pe	<u>Galpão Oliveira Lima</u>	Dez/25	5.670	5.840	170	2,99
Rj	Edifício <u>Gustavo Jose De Matos</u>	Dez/25	2.001	1.703	(298)	(14,88)
Rj	Edifício <u>Manhattan Tower</u>	Dez/25	24.234	23.693	(541)	(2,23)
Rj	Edifício <u>Seculo De Frontin</u>	Dez/25	7.196	6.681	(515)	(7,15)
Sp	Edifício <u>Pedro Biagi</u>	Dez/25	7.931	8.080	149	1,88
Total			172.592	167.642	(4.950)	(2,87)

Já o valor do imóvel pertencente ao Plano de Gestão Administrativa sofreu acréscimo líquido de R\$ 100.

Plano de Gestão Administrativa

Uf	Imóvel	Mês	Valores (em R\$ Mil)			Variação (%)
			Custo Contábil	Valor de Avaliação	Resultado	
Ce	Edifício <u>Paulo Aguiar Frota</u>	Dez/25	2.295	2.395	100	4,35
Total			2.295	2.395	100	4,35

5.3.6.2. Direitos Creditórios – Locações

Na carteira de imóveis do Plano BD, encontram-se registrados 42 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

No ano de 2025, o total de direitos obtidos sobre locações encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 448 (R\$ 293, em 2024), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação, descontado as provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel.

Referidas provisões para perdas são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, conforme quadro exposto no item 4.1.

No que diz respeito ao provisionamento para perdas do plano BD, a carteira de imóveis físicos encerrou o ano de 2025 com um montante contabilizado de R\$ 869, representando 0,51% em relação ao total da carteira. Essa informação é detalhada no quadro a seguir:

Plano BD

R\$ mil		
Ativos	Posição [Em R\$ Mil]	Representatividade [%]
Total Dos Investimentos Imobiliários	171.315	
Total Provisão P/Perdas	869	0,51%
Provisão P/Perdas Com Aluguéis	53	0,03%
Provisão P/Perdas Com Encargos	19	0,01%
Provisão P/Perda C/Pgtos.A Recuperar	797	0,46%

5.3.6.3. Direitos Creditórios – Alienações

A Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, que estabelecia a obrigatoriedade de alienação do estoque de imóveis e terrenos pertencentes à carteira própria ou, alternativamente, de sua transferência para Fundo de Investimento Imobiliário até 29 de maio de 2030, foi alterada pela Resolução CMN nº 5.202, de 27 de março de 2025, a qual eliminou essa obrigatoriedade. Não obstante, no exercício de 2025, foram alienados 23 imóveis da carteira do Plano BD, todos localizados no Edifício Beira Mar Trade Center, em Fortaleza (CE), conforme detalhamento no quadro a seguir.

Quadro de Vendas dos Imóveis 2025

Plano BD

R\$ mil							
Uf	Imóvel	Unidades	Mês	Valores (em R\$ Mil)			Variação (%)
				Custo Contábil	Valor Venda	Resultado	
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Sala 1907	jan/25	298	260	(38)	-12,73%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 324	jan/25	31	20	(11)	-35,48%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 329	jan/25	31	26	(5)	-16,13%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Sala 1809; vagas 639 e 640	jan/25	388	337	(51)	-13,11%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Sala 1806	jun/25	298	280	(18)	-5,99%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Sala 1807	jun/25	298	280	(18)	-5,99%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 338	ago/25	31	25	(6)	-19,35%

R\$ mil

Uf	Imóvel	Unidades	Mês	Valores (em R\$ Mil)			Variação (%)
				Custo Contábil	Valor Venda	Resultado	
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vaga 341 e 342	ago/25	62	50	(12)	-19,35%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Sala 1810; vaga 649	out/25	346	309	(37)	-10,81%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Salas 103 a 112	nov/25	3.038	2.500	(538)	-17,72%
TOTAL				4.821	4.087	(734)	-15,23%

O Plano BD administrado pela Entidade possui, ao final do exercício, saldo líquido de R\$ 3.225, referente a parcelas de vendas a prazo de unidades alienadas no Edifício Beira Mar Trade Center (CE).

5.3.7. Operações com Participantes

Os saldos consolidados da carteira de Operações com Participantes da CAPEF, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

R\$ mil

Ativos	2025	2024
Total das Operações com Participantes	317.118	257.985
Plano BD	100.738	89.389
Empréstimos a Participantes	98.838	87.541
Financiamento Imobiliário	1.900	1.848
Plano CV	216.380	168.596
Empréstimos a Participantes	216.380	168.596

5.3.7.1 Empréstimos a Participantes

Plano BD

No exercício de 2025, o plano realizou 3.548 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 9.051 contratos ativos, totalizando R\$ 98.838. A carteira é atualizada pela variação do INPC em sua totalidade, possui retificação para provisão de perdas por devedores duvidosos representando 1,26% do total de empréstimos a participantes do plano.

R\$ mil

Ativos	Posição (em R\$ Mil)	Representatividade (%)
Total dos Empréstimos a Participantes	98.838	
Empréstimos A Participantes	100.100	
(-) Provisão P/Perdas	-1.262	1,26%

Plano CV I

No exercício de 2025, o Plano CV I realizou 7.521 liberações de empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 18.301 contratos ativos, no valor de R\$ 216.380. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade, possui retificação para provisão de perdas por devedores duvidosos representando 0,84% do total de empréstimos a participantes do plano.

Plano CV I

Ativos	Posição (em R\$ Mil)	Representatividade (%)
Total dos Empréstimos a Participantes	216.380	
Empréstimos A Participantes	218.211	-
(-) Provisão P/Perdas	-1.831	0,84%

5.3.7.2 Financiamento Imobiliário

Plano BD

Ativos	Posição (em R\$ Mil)	Representatividade (%)
Total Financiamentos Imobiliários	1.900	
Financiamentos Imobiliários	35.551	
Provisão P/Perdas	(33.651)	94,66%
Provisão P/ Cobertura do Financiamento Imobiliário	(33.098)	93,10%
Provisão P/ Deságio	(553)	1,56%

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2025 somente 7 contratos ativos no valor total de R\$ 1.900, saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, encontra-se implementada política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou recontração do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado. Em 2023 referida política foi atualizada, tendo sido criada uma nova linha de EAP exclusivamente para abranger os contratos derivados dos acordos firmados com os mutuários do financiamento nos termos da nova norma. A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários justifica a existência de provisão para deságio, ao final de 2025, no valor de R\$ 553, resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 5,25% ao ano.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda.

5.3.8 Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 63 em 2025 (R\$ 613, em 2024) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em dois processos relacionados aos investimentos do plano, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras e b) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a CAPEF goza de imunidade tributária.

5.3.9 Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 346 (R\$ 335 em 2024) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A CAPEF já solicitou a restituição dos valores junto à Receita Federal do Brasil, tendo recebido o montante de R\$ 212 em 2022, referente a execução de parte dos referidos créditos tributários. A entidade aguarda a execução dos demais processos abertos junto àquele órgão.

5.4. Imobilizado e Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, o Ativo Permanente da CAPEF, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 13.885 (R\$ 14.097 em 2024).

5.4.1. Imobilizado

5.4.1 Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 13.303 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 13.521 em 2024).

R\$ mil

Rubrica	2025	2024
Imobilizado	13.303	13.521
Bens Móveis	893	990
Bens Imóveis	12.410	12.531

O imóvel sede da CAPEF, registrado no Ativo Imobilizado e pertencente ao Plano de Gestão Administrativa, representa 93,28% do saldo do Imobilizado da Entidade. A CAPEF realiza a avaliação desse bem anualmente, por meio de laudo técnico elaborado por empresa avaliadora independente. Em 2025, a avaliação foi realizada pela empresa CONSUL ENGENHARIA LTDA – CNPJ 04.934.077/0001-90 com data-base de 19 de novembro de 2025, adotando o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis constituintes da amostra.

A depreciação do imóvel é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil estimada de 60 anos e taxa anual de 1,65%, conforme política contábil da Entidade. No exercício de 2025, não houve reconhecimento ou reversão de perda por redução ao valor recuperável (impairment) do referido ativo, uma vez que a avaliação anual não indicou perda, não havendo efeitos no resultado do exercício.

5.4.2. Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, o Intangível apresentou saldo de R\$ 582 (R\$ 576 em 2024). Contempla os gastos reestruturação e implantação de sistemas internos, além de licença de uso de softwares utilizados por mais de um exercício – R\$ 512, bem como os gastos com Fomento do Plano Família acumulados desde a sua gestão ainda não ressarcidos pelo referido Plano – R\$ 70.

Sistemas Internos e Licenças de Uso de Softwares – 2025						
Sistemas	Custo Total (R\$ mil)	Prazo de Amortização	Início de Amortização	% de Amortização	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil (R\$ mil)
Sistema de Benefício	2.910	120 meses	mai/11	10%	2.851	59

Sistemas Internos e Licenças de Uso de Softwares – 2025						
Sistemas	Custo Total (R\$ mil)	Prazo de Amortização	Início de Amortização	% de Amortização	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil (R\$ mil)
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	mar/16	10%	873	15
Demais Softwares	2.466	60 meses	-	-	2.403	63
Total	6.264				6.127	137

Sistemas Internos e Licenças de Uso de Softwares – 2024						
Sistemas	Custo Total (R\$ mil)	Prazo de Amortização	Início de Amortização	% de Amortização	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil (R\$ mil)
Sistema de Benefício	2.910	120 meses	mai/11	10%	2.793	117
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	mar/16	10%	784	104
Demais Softwares	2.403	60 meses	-	-	2.365	38
Total	6.201				5.942	259

A amortização desses sistemas é calculada pelo método linear, com início a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, ao longo de suas vidas úteis estimadas ou prazo da licença, que refletem o período esperado de geração de benefícios econômicos ou de potencial de serviços para a Entidade. As vidas úteis e os critérios de amortização são revisados periodicamente e ajustados, quando aplicável.

Ademais, os gastos associados ao fomento do Plano Família, instituído para ser ofertado aos familiares dos participantes, contemplam serviços de locação de mão de obra, licenciamento de sistemas de previdência e de taxas de custódia. Em 2025, o Plano Família atingiu seu ponto de equilíbrio e passou a utilizar sua taxa de administração, suportando os dispêndios incorridos com seu fomento e amortizando o saldo acumulado na rubrica.

Descrição	R\$ mil	
	2025	2024
Gastos com Fomento Plano Família	70	317

5.5. Política de Remuneração

A Política de Remuneração da Capef tem como objetivo assegurar práticas compatíveis com a complexidade da Entidade, alinhadas às condições de mercado, à sustentabilidade financeira e aos princípios de governança corporativa, em conformidade com as disposições estatutárias e normativas aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. A estrutura de remuneração da Capef é composta por:

1. Remuneração fixa;
2. Remuneração por Desempenho (variável);
3. Benefícios de natureza assistencial e previdenciária.

5.5.1. Remuneração de Pessoal Próprio

5.5.1.1. Remuneração Fixa

A remuneração fixa do pessoal próprio é estabelecida com base no Plano de Cargos e Salários, que utiliza o conceito de cargos genéricos, compreendendo:

- Assistente Operacional
- Assistente Técnico
- Analista Técnico Pleno
- Analista Técnico Sênior
- Analista Técnico Especializado

As funções são avaliadas por metodologia de avaliação por pontos, considerando fatores como complexidade, responsabilidade, impacto organizacional, accountability e gestão de pessoas. Com base na pontuação obtida, são definidos os intervalos salariais e as gratificações aplicáveis às funções técnicas, de gestão e de tesouraria.

A Tabela Salarial composta por 13 níveis (letras), com progressão de 6% entre níveis, sendo atualizada anualmente conforme índice pactuado em Acordo Coletivo de Trabalho. Abaixo seguem os valores mensais brutos de forma agregada por cargo:

Valores de Remuneração Fixa Pagos (dez/2025)

	R\$ mil		
Cargo	Mínimo	Média	Máximo
Assistente Técnico	2.244,28	3.171,93	3.993,69
Analista Técnico PI	2.877,51	4.363,02	7.011,92
Analista Técnico Sr	6.693,41	8.660,46	13.395,00
Analista Técnico Especializado	16.214,40	20.655,50	24.127,74

5.5.1.2. Remuneração Variável

A política de Remuneração por Desempenho visa reconhecer o grau de contribuição dos colaboradores para o alcance dos objetivos estratégicos da Entidade, considerando indicadores corporativos, setoriais e individuais derivados do Planejamento Estratégico. A remuneração variável poderá atingir:

1. Até 200% da remuneração para áreas classificadas como Contribuição Direta (CD);
2. Até 180% da remuneração para áreas de Contribuição Indireta (CI).

Valores de Remuneração Fixa Pagos (dez/2025)

R\$ mil		
Mínimo	Média	Máximo
1	12	48

O montante total das despesas incorridas com remuneração variável do pessoal próprio no exercício de 2025 totalizou R\$ 810.

5.5.1.3. Benefícios e Incentivos

Além da remuneração fixa e variável, o corpo funcional tem direito ao recebimento de benefícios e incentivos previstos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da entidade, conforme descrito abaixo.

1. Plano de Saúde (coparticipação de 25%);
2. Auxílio Refeição: R\$ 843,04;
3. Cesta Alimentação: R\$ 805,60;
4. 13ª Cesta Alimentação: R\$ 805,60;
5. Seguro de Vida (50% custeado pela Entidade);
6. Auxílio Creche: R\$ 597,86;
7. Auxílio Filho com Necessidades Especiais: R\$ 660,65;
8. Auxílio Material Escolar: R\$ 827,92;
9. Plano de Previdência Complementar (contribuição paritária);
10. Auxílio Enfermidade (complementação ao benefício previdenciário).

O montante total das despesas incorridas com benefícios e incentivos do pessoal próprio no exercício de 2025 totalizou R\$ 2.241.

5.5.2. Remuneração Dirigentes Cedidos

5.5.2.1. Remuneração Fixa

O Estatuto da Capef estabelece que os membros da Diretoria-Executiva fazem jus a remuneração mensal limitada à média das remunerações percebidas pelos diretores do BNB.

O montante total das despesas incorridas com remuneração fixa do pessoal cedido no exercício de 2025 totalizou R\$ 3.131.

5.5.2.2. Remuneração Variável

No que se refere à remuneração variável, a Diretoria Executiva cedida está sujeita à política do Patrocinador (BNB), cabendo à Capef o ressarcimento de referidos valores.

O montante total das despesas incorridas com remuneração fixa e variável do pessoal cedido no exercício de 2025 totalizou R\$ 207.

5.5.3 Remuneração - Conselhos Deliberativo e Fiscal

Conforme previsto no Estatuto da Capef, a remuneração dos órgãos estatutários é regulamentada em conformidade os seguintes critérios:

I. Os membros do Conselho Deliberativo fazem jus, mensalmente, a verba por assiduidade e representação, a qual não poderá ser superior a 10% (dez por cento) da média salarial dos diretores da CAPEF, independentemente do número de reuniões realizadas no mês de referência, desde que observado o mínimo de uma reunião ordinária no período.

II. Os membros do Conselho Fiscal fazem jus, mensalmente, a verba por assiduidade e representação, a qual não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) da média salarial dos diretores da CAPEF, independentemente do número de reuniões realizadas, observado o número mínimo regulamentar.

O montante total das despesas incorridas com remuneração fixa aos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, no exercício de 2025, totalizou R\$ 362 e R\$ 118, respectivamente.

Não há pagamento de remuneração variável para membros dos Conselhos.

5.5.4. Remuneração Ouvidor

O Regimento Interno da Ouvidoria estabelece que, pelo exercício de suas atribuições, o(a) Ouvidor(a) fará jus ao recebimento de gratificação mensal correspondente a 5% da média remuneratória dos membros da Diretoria-Executiva, conforme deliberação do Conselho Deliberativo.

O montante total das despesas incorridas com remuneração fixa do Ouvidor no exercício de 2025 totalizou R\$ 30.

Não há previsão de remuneração variável para o cargo de Ouvidor.

5.6. Exigível Operacional

5.6.1. Gestão Previdencial

No final do exercício de 2025, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 8.979 (R\$ 5.297 em 2024). O saldo corresponde, primordialmente, a restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Receita Federal do Brasil na devida competência, além de aposentadorias e pensões de participantes não cadastrados ou que aguardam decisão judicial.

5.6.2. Gestão Administrativa

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela CAPEF relativo ao pagamento de despesas com pessoal, encargos sociais e serviços de terceiros, bem como a retenção de tributos sobre pagamento a funcionários. No final do exercício de 2025, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 2.971 (R\$ 1.994 em 2024). O acréscimo no saldo a pagar decorreu, sobretudo, do provisionamento da Remuneração por Desempenho dos funcionários da Entidade, R\$ 809 (em 2024, R\$ 306).

5.6.3. Investimentos

No final do exercício de 2025, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 4.720 (R\$ 1.962 em 2024), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) obrigações decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos (swap), registradas em função da mensuração a valor justo; b) taxas sobre custódia de ativos; c) cauções recebidas de locatários de imóveis; d) taxas de condomínios a pagar de imóveis vagos; e) valores a apropriar e f) prêmios de seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

5.7. Exigível Contingencial

Registram-se no exigível contingencial as ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2025, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 182.365 (R\$ 189.496 em 2024) para um total de 88 ações (96 ações em 2024). O Plano CV não possui saldo contingencial. Segue detalhadamente sua composição:

Passivo	Exercício 2025	Exercício 2024
Exigível Contingencial	182.365	189.496
Gestão Previdencial - PLANO BD	165.120	173.237
Provisionado (Provável)	93.442	118.658
Depósito Judicial	58.909	42.919
Depósito Recursal	685	859
Passivo Financeiro	12.084	10.801
Gestão Administrativa - PGA	14.988	13.704
Provisionado (Provável)	803	735
Depósito Judicial	14.185	12.969
Gestão de Investimentos - PLANO BD	2.257	2.555
Provisionado (Provável)	2.195	1.942
Depósito Judicial	40	591
Depósito Recursal	22	22

5.6.1 Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD totalizam R\$ 165.120, desse montante, R\$ 59.594 se referem aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais/recursais). Já as demandas classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável, perfazem R\$ 105.526 e tratam de objetos relacionados:

- a) às obrigações no valor de R\$ 93.442 decorrentes de demandas judiciais;
- b) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais/recursais) que totalizam o montante de R\$ 59.594; e
- c) às diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 12.084.

Seguem abaixo a evolução das obrigações citadas nos itens (a) R\$ 93.442 e (c) R\$ 12.084 acima.

	R\$ mil	
Exigível Contingencial - Provável	2025	2024
Saldo Inicial	129.459	165.097
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	23	4.206
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(36.384)	(38.473)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	26.947	14.394
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(14.518)	(15.765)
Saldo Final	105.527	129.459

No período, foi reconhecida uma provisão de R\$ 23, realizada após revisão de cálculo de honorários advocatícios sucumbenciais. A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de serem avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

5.7.2 Gestão Administrativa – PGA

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

	R\$ mil	
Exigível Contingencial – Provável	2025	2024
Saldo Inicial	13.704	12.412
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	1.217	1.222
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	67	70
Saldo Final	14.988	13.704

Destaca-se que, do saldo total das Contingências Administrativas, R\$ 14.184 correspondem a valores provisionados acerca da incidência de contribuições para o PIS e COFINS, onde a CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições (vide nota 7.1.). Há ainda, a provisão de um processo judicial de danos morais interposto contra a entidade, no valor de R\$ 804.

5.7.3. Investimentos – Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificadas como perda provável, finalizaram o exercício de 2025 com um saldo de R\$ 2.257 (R\$ 2.555 em 2024).

	R\$ mil	
Exigível Contingencial – Provável	2025	2024
Saldo Inicial	2.555	3.723
Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais	(562)	(534)
Perda de ação judicial (ajustes contábeis)	3	(52)
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais (novos processos ou revisão de atuais)	9	46
Reversão da Provisão (revisão de processos atuais)	(91)	(1.036)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	343	408
Saldo Final	2.257	2.555

O saldo final refere-se:

- a) ao segmento de investimentos imobiliários, cujo montante totaliza R\$ 508. As ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais dos contratos de compra e venda a prazo no valor de R\$ 32, de execução fiscal do IPTU de diversos imóveis do Plano BD administrado pela CAPEF no total de R\$ 25 e de taxa condominial no total de R\$ 451;
- b) a processos inerentes a empréstimos, onde no primeiro está sendo pleiteada a prescrição da dívida e, no segundo e terceiro, a revisão dos valores das prestações, no total de R\$ 524;
- c) às ações de revisão dos contratos de financiamentos imobiliários e da execução fiscal do IPTU dos contratos de financiamentos imobiliários antigos no total de R\$ 1.163;
- d) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais e recursais), que totaliza o montante de R\$ 62.

5.7.4. Processos classificados com risco possível

Plano BD

Ressalte-se que há 168 (175 em 2024) processos judiciais no Plano BD classificados como perda possível. Tais processos não são passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 331.762 (R\$ 296.243 em 2024). No período, registrou-se 16 novos processos classificados com risco possível, enquanto que outros 23 processos deixaram de o enquadramento nessa classificação de risco.

Plano CV

Ressalte-se que há 2 (2 em 2024) processos judiciais no Plano CV I classificados como perda possível, portanto, não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Um processo tem como objeto resgate de contribuições e é estimado em R\$ 2 (2 em 2024); o outro diz respeito a uma ação de consignação em pagamento ajuizada pela CAPEF, para viabilizar o pagamento da reserva individual de uma falecida participante aos seus herdeiros e é estimado em R\$ 8 (R\$ 8 em 2024).

5.8. Patrimônio Social

5.8.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

5.8.1.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Plano BD

Em 31 de dezembro de 2025, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 4.150.231 (R\$ 4.104.236 em 2024). A variação de 1,12% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

	R\$ mil	
Rubrica	Exercício 2025	Exercício 2024
Provisões Matemáticas	4.150.231	4.104.236
Benefícios concedidos	3.636.349	3.568.793
Benefícios a conceder	513.882	535.443

Em termos reais, as Provisões Matemáticas diminuíram (a variação do INPC no período foi de 3,90%). A redução real de 2,67% ocorreu em função do estágio de maturidade do plano BD, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições.

Plano CV I

O saldo das Provisões Matemáticas referente ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$ 3.094.074 (R\$ 2.579.005, em 2024). O crescimento de 19,97% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em maio de 2010.

R\$ mil

Rubrica	Exercício 2025	Exercício 2024
Provisões Matemáticas	3.094.074	2.579.005
Benefícios concedidos	281.289	236.414
Benefícios a conceder	2.812.785	2.342.591

Em termos reais, as Provisões Matemáticas também aumentaram (a variação do IPCA no período foi de 4,26%). O aumento real de 15,07% ocorreu em função da modalidade de contribuição definida das provisões de benefícios a conceder, onde são mensuradas pelo somatório dos saldos de contas individuais dos participantes ativos, além do estágio de acumulação do plano CV I, onde o total dos benefícios pagos é inferior ao recebimento das contribuições.

Plano Família

O saldo das Provisões Matemáticas do Plano Família, em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$ 40.650 (R\$ 8.141, em 2024). O crescimento de 399,33% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições, da portabilidade de entrada de recursos de outros planos, e de sua capitalização. Registre-se que o Plano Família iniciou suas operações em junho de 2023 e, em 2025, recepcionou participantes de dois novos instituidores, além de ter concedido seus três primeiros benefícios:

R\$ mil

Rubrica	Exercício 2025	Exercício 2024
Provisões Matemáticas	40.650	8.141
Benefícios concedidos	867	0
Benefícios a conceder	39.783	8.141

Em termos reais, as Provisões Matemáticas também aumentaram (considerando aqui a variação do INPC no período de 3,90%). O aumento real de 380,60% ocorreu em virtude da fase inicial do Plano, menos de 05 anos, onde as contribuições mensais e portabilidades de entrada tem grande impacto na variação dos saldos, além do estágio de acumulação, onde o total dos benefícios pagos é inferior ao recebimento das contribuições.

5.8.1.2 Equilíbrio Técnico

5.8.1.2.1 Resultados Realizados

Plano BD

O superávit de R\$ 3.917 (superávit de R\$ 3.576, em 2024) apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2025, decorreu: do seu fluxo previdencial de pagamento de benefícios (R\$ 580.096), líquido de contribuições normais (R\$ 287) e de contribuições extraordinárias de participantes assistidos (R\$ 210.734), perfazendo um fluxo líquido de R\$ 369.075; da variação positiva dos investimentos de R\$ 413.256; do repasse de custeio administrativo, no total de R\$ 6.096; do acréscimo das provisões atuariais de R\$ 45.995; além da adição gerada pela reversão de contingências de R\$ 8.251. Segue detalhamento no quadro a seguir:

R\$ mil

	2025	2024
Resultado Atuarial Anterior	3.576	3.226
Fluxo Previdencial	(369.075)	(358.972)
Investimentos	413.256	351.349
Reversão do Fundo Administrativo	0	20.000
Custeio Administrativo	(6.096)	(5.970)
Provisões Atuariais	(45.995)	(32.826)
Contingências	8.251	26.768
Resultado Atuarial	3.917	3.576

De forma especial para o Plano BD gerido pela Entidade, deve-se registrar que o superávit acima mencionado, precisa ser entendido com a imprescindibilidade da vigência das contribuições extraordinárias, no patamar de 18,9% para os participantes assistidos e 18,9% do patrocinador, sob previsão regulamentar e como resposta ao déficit estrutural do plano e submetido ao plano de equilíbrio na forma da legislação.

Plano CV I

O Plano CV I apresentou resultado atuarial superavitário de R\$ 1.160 em 31 de dezembro de 2025 (equilíbrio atuarial em 2024), decorrente da variação positiva dos investimentos e do fluxo de contribuições líquido do pagamento de benefícios que somadas alcançaram R\$ 542.517 e das variações negativas totais de R\$ 541.357 explicada pelo repasse do custeio administrativo, pelo incremento das obrigações do plano e pela constituição de fundos previdenciais conforme detalhado no quadro a seguir:

	R\$ mil	
	2025	2024
Resultado Atuarial Anterior	0	22
Fluxo Previdencial	198.063	179.422
Investimentos	344.454	96.620
Custeio Administrativo	(9.074)	(8.861)
Provisões Atuariais	(515.069)	(263.138)
Fundos Previdenciais	(17.214)	(4.065)
Resultado Atuarial Atual	1.160	0

Plano Família

O Plano Família, sendo um plano integralmente estruturado na modalidade contribuição definida, encerrou o exercício de 2025 em equilíbrio.

5.8.2 Fundos

5.8.2.1 Plano CV I - Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir:

- a) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras;
- b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e
- c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. Desde exercício de 2020, a taxa de solvência atuarial aplicada sobre as contribuições individuais dos participantes ativos do plano CV I é 0,7%.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 93.412 (R\$ 76.198, em 2024), sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 56.228) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 37.184).

Não consta em 31 de dezembro de 2025, fundo de natureza previdencial nos Planos BD e Família.

5.8.2.2. Fundo Administrativo

5.8.2.2.1. Plano de Gestão Administrativa

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. O Plano BD, no ano de 2025, destinou 2,89% (em 2024 2,89%), o Plano CV I 3,5% das receitas previdenciais (em 2024 4,25%), relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I, e o Plano Família destinou 0,75% sobre o montante dos recursos garantidores. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 123.014 (R\$ 118.579, em 2024).

5.8.2.2.2 Fundo Administrativo Compartilhado

Considerando os gastos administrativos pré-operacionais e a necessidade de dotação inicial para mitigar eventual insuficiência temporária entre receitas e despesas administrativas do Plano Família, o Conselho Deliberativo aprovou, a título de compartilhamento de recursos, a utilização temporária de parcela do Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa (PGA) vinculada aos planos BD e CV, consoante as Resoluções CNPC nº 43/2023 e nº 62/2024.

Com o início de sua operação e o ingresso de contribuições, o Plano Família atingiu, em 2025, o ponto de equilíbrio e, por meio da taxa de administração, e custear seus dispêndios incorridos. Assim, tornou-se desnecessária a manutenção dessa destinação, e os valores anteriormente destinados foram revertidos aos Fundos Administrativos dos planos BD e CV em 31/12/2025.

5.8.2.3. Fundos para Garantia das Operações com Participantes

5.8.2.3.1. Fundo para Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários – Plano BD

O Fundo para Garantia das Operações com Participantes destina-se exclusivamente para cobertura de perda por morte dos mutuários das operações, sendo composto por contribuições destes na medida do reembolso das respectivas operações contratadas.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo Garantidor de Empréstimo. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuários assemelhando-se a um seguro prestamista na Entidade.

Na posição de 31 de dezembro de 2025, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 37.783, sendo R\$ 36.178 de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 1.605 de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 32.609, em 2024, sendo R\$ 31.154 de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 1.456 de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário). No exercício de 2025, foi utilizado do Fundo para Garantia das Operações com Participantes o valor de R\$ 1.223 (R\$ 1.153, em 2024) em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 2.996 (R\$ 2.627, em 2024) e de R\$ 3.251 (R\$ 2.433, em 2024) decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente, de acordo com o demonstrativo a seguir:

Fundo de Garantia dos Empréstimos a Participantes - Plano BD

R\$ mil

Saldo em Dez/2024	Entradas	Baixas	Rentabilidade	Saldo em Dez/2025
31.154	2.996	1.223	3.251	36.178

Fundo de Reserva de Financiamento Imobiliário – Plano BD

R\$ mil

Saldo Em Dez/2024	Rentabilidade	Saldo Em Dez/2025
1.456	149	1.605

O fundo garantidor do Financiamento Imobiliário terminou 2025 com o saldo de R\$ 1.605 (R\$ 1.456 em 2024), conforme demonstrativo.

5.8.2.3.2 Plano CV I - Fundo para Garantia das Operações com Participantes

Em 31 de dezembro de 2025, o Plano CV I registrou saldo de R\$ 6.053 no Fundo Garantidor de Empréstimo (R\$ 4.463 em 2024). No exercício, foram constituídos R\$ 1.186, decorrentes do recebimento das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos, e R\$ 613, relativos à rentabilidade. Houve, ainda, utilização de R\$ 209 em razão do falecimento de mutuário no período, conforme demonstrativo a seguir.

Fundo de Garantia dos Empréstimos a Participantes - Plano CV I

R\$ mil

Saldo Em Dez/2024	Entradas	Baixas	Rentabilidade	Saldo Em Dez/2025
4.463	1.186	209	613	6.053

6. Fatos Relevantes na Gestão Administrativa

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA é estabelecida por meio da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

O custeio para cobertura das despesas administrativas, definido pelo atuário para o exercício de 2025, foi de 2,89% das contribuições do Plano BD e de 3,5% para o Plano CV I e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante e, o Plano Família, por sua vez, contribui com 0,75% a.a. de seus recursos garantidores. O Conselho Deliberativo da Entidade manteve como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA em 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, conforme Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Apesar de o limite para custeio administrativo da CAPEF atingir o valor de R\$ 74.982, o repasse efetivo totalizou R\$ 15.352 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 14.865, em 2024).

Além das receitas oriundas do custeio administrativo dos planos de benefícios, o PGA também registrou receitas diretas administrativas, correspondentes, principalmente, às receitas na alienação de bens, que em 2025 totalizaram R\$ 7 (R\$ 15 em 2024). Tais receitas são registradas diretamente no Plano de Gestão Administrativa e destinadas à cobertura das despesas administrativas da Entidade, nos termos do Regulamento do PGA e da legislação vigente.

No que diz respeito ao registro da parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo no PGA, desde 2013, a CAPEF adotou como critério de rateio a proporcionalidade ao número de participantes e ao patrimônio de cada plano, aplicado inicialmente por centro de responsabilidade, a partir do total das despesas apuradas em cada um, tendo em vista ser a prática mais adotada pelas EFPC.

Em conformidade com o artigo nº 182 da Resolução PREVIC nº 23/2023, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo, nas posições de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

R\$ mil

Descrição	2025	2024
Participação no Fundo Administrativo	123.014	118.579
Plano BD	61.295	61.793
Plano CV	61.719	56.747
Plano Família	0	39

7. Tributos Federais

7.1. PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Desde junho de 2006, foi impetrado pela CAPEF um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

Posteriormente, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender pela incidência das contribuições para o PIS e COFINS sobre o patrimônio que a Entidade administra. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer realizando os depósitos judiciais dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra aquela sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários.

Ao examinar a admissibilidade do primeiro, o Desembargador-Presidente do TRF da 5ª R. lhe negou seguimento, o que fez a Entidade interpor agravo, com o objetivo de reformar essa decisão e permitir que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) examine o seu recurso especial. Essa medida, no entanto, restou desprovida pelo STJ, de maneira que remanesceu o recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o qual se encontra pendente de julgamento até o presente momento.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela CAPEF em 31 de dezembro de 2025 acumulam R\$ 14.054.

7.2. Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação

A princípio, a CAPEF apresentou pedido de compensação tributária junto à Secretaria da Receita Federal – SRF, relativamente à exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do Regime Especial de Tributação – RET, alusivas ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004, no valor de R\$ 11.111.

O crédito tributário requerido foi utilizado pela CAPEF para compensar os recolhimentos tributários da Entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008. Em contrapartida, em 2012, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 1.415 (valor original de R\$ 732), relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004, permanecendo pendentes os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 (valor original de R\$ 3.642).

Em 2015, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 683 (valor original R\$ 321), relativo ao RET do 4º trimestre de 2004. Não obstante as restituições anteriores, a SRF, em 2016, indeferiu, em última instância, o pedido de compensação da CAPEF.

Com o indeferimento do seu pedido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, última instância no âmbito da SRF, resolveu efetuar a reversão do saldo correspondente ao crédito tributário, provisionar o total de débitos tributários originalmente compensados, atualizando-os pela SELIC, e a reconhecer a multa de 20%, tudo isso em obediência ao princípio da prudência.

Ainda em 2016, mais especificamente em dezembro, a CAPEF recolheu R\$ 19.800 e ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cumulada com pedido de repetição de indébito, pretendendo o reconhecimento do seu direito de compensar o crédito tributário em questão. Essa ação se processa perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, sob o nº 0076130-89.2016.4.01.3400, e ainda se encontra em primeira instância, não havendo, até o momento, sentença proferida.

Em abril de 2018, o Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília determinou que a CAPEF especifique as provas que pretende produzir para instruir o processo, de maneira pormenorizada. Após esse evento, a CAPEF aguarda a manifestação do perito nomeado acerca das petições juntadas aos autos, com as questões de prova pericial.

Todos os questionamentos citados acima referem-se ao Plano BD. O Plano CV I e o Plano Família não possuem demandas fiscais.

8. Outras Informações

8.1. Taxa de Juros e ajuste na precificação de ativos - Impactos

8.1.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

8.1.2. Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2025 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC no. 23, de 14 de agosto de 2023, e Portaria Previc nº 343, de 13 de abril de 2025.

8.1.3. Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2025

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da taxa de juros atuariais de 5,25% a.a. para o Plano BD e 5,00% a.a. para o Plano CV I.

As taxas de juros atuariais estão dentro dos intervalos regulatórios para o Plano BD (3,69% a.a. para o limite inferior e de 5,66% a.a. o limite superior) e o plano CV I (3,88% a.a. para o limite inferior e de 5,94% a.a. o limite superior).

Considerando que os benefícios do Plano Família Capef são integralmente financiados por contas de natureza individual, típicas da modalidade de Contribuição Definida (CD), sendo os saldos individualizados por participante, o plano apresenta uma estrutura que mitiga o surgimento de desequilíbrios atuariais, tanto na fase de acumulação de recursos quanto na fase de pagamento de benefícios. Nesse contexto, o cálculo de zona de equilíbrio para déficit técnico mostra-se inaplicável.

Da mesma forma, o benefício é determinado exclusivamente do montante acumulado em conta individual e da rentabilidade efetivamente auferida pelos investimentos, razão pela qual a dinâmica do plano está associada ao desempenho dos ativos e ao patrimônio individual constituído, adotando-se, para fins de referência de desempenho, o benchmark correspondente a 105% do CDI.

A Resolução CGPC 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário estabelece também os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios. A citada norma traz a definição da taxa de juros, além dos critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,25% para o Plano BD e 5,00% para o Plano CV I e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1.1.1).

8.1.4. Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2025 da CAPEF apresenta superávit de R\$ 5.077. O plano BD dispõe superávit de R\$ 3.917, o plano CV I de R\$ 1.160, em sua parcela característica de benefício definido, e o plano Família encontra-se equilibrado atuarialmente.

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 estabelece critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times$ Provisões Matemáticas. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pelo menor valor entre 25% das provisões matemáticas e o resultado da seguinte fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$ Provisão Matemática.

De forma especial para o Plano BD gerido pela Entidade, deve-se registrar que o superávit aqui mencionado, precisa ser entendido com a imprescindibilidade da vigência das contribuições extraordinárias, no patamar de 18,9% para os participantes assistidos e 18,9% do patrocinador, sob previsão regulamentar e como resposta ao déficit estrutural do plano e submetido ao plano de equilíbrio na forma da legislação, com reduções gradativas deste percentual a partir dos resultados alcançados pelos investimentos da Entidade, desde então, viabilizando o patamar atualmente praticado. O assunto é tratado na Demonstração da Avaliação Atuarial e no Parecer Atuarial do plano BD.

A duration do passivo do plano BD é de 8,26 anos em 31 de dezembro de 2025, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 4,26% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 18,26% das Provisões Matemáticas.

A duration do passivo do plano CV I é de 18,49 anos em 31 de dezembro de 2025, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 14,49% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 25% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2025 encontram-se demonstrados a seguir. Ao plano Família, por não possuir parcela de benefício definido, não se aplica o cálculo.

Plano BD

2025

A) Cálculo dos Limites		R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00)		R\$ 4.091.984
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)		4,26
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$	-R\$	174.200
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado		
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)		18,26
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$	747.078
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$	1.022.996
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$	747.078
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		R\$ Mil
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	R\$	3.917
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$	162.637
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$	166.554
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência		4,07%

Plano CV I

2025

A) Cálculo dos Limites		R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (P.M - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)		R\$ 90.674
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)		14,49
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$	-R\$	13.137
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado		
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)		25,00
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$	22.669
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$	22.669
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$	22.669
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		R\$ Mil
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.03.01.02)	R\$	1.160
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$	11.870
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$	13.030
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência		14,37%

9. Partes Relacionadas

A CAPEF mantém domicílio bancário no Banco do Nordeste do Brasil - BNB, seu patrocinador-fundador, além de possuir cotas de fundo de renda fixa administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil e de instrumentos financeiros próprios do BNB.

O saldo bancário mantido junto ao BNB, na posição de 31.12.2025, encerrou com R\$ 410. As cotas do Fundo CAPEF FI RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da CAPEF: BD, detentor de 25.591.488,4058 cotas e PGA - Plano de Gestão Administrativa, que detém de 743.025,6590 cotas (vide item 5.3.4.1). Possui também cotas do fundo aberto BNB Soberano FI RF nos planos, BD 5.996.881,5462 cotas, CV I 5.996.936,0264 cotas e PGA 817.202,9199 cotas.

Os instrumentos financeiros próprios do patrocinador, por sua vez, referem-se a ações BNBR3 negociadas em bolsa de valores, que compõem a carteira do Plano BD no montante de R\$ 29.763 (vide item 5.3.3.1).

Ademais, a entidade também possui imóveis locados ao seu patrocinador. Em 2025, as receitas de aluguéis dos imóveis ocupados pelo BNB totalizaram R\$ 3.740, representando uma participação de 38,79% sobre o total das receitas do segmento de investimentos imobiliários do Plano BD.

Imóveis ocupados pelo Patrocinador

Estado	Imóvel	Unidades	R\$ mil	
			Valor (R\$ Mil)	% Receita S/ Total
PE	Edifício Apolônio Sales	1º Andar A / 1º Andar B / 2º Andar A / Loja 01 / Loja 02	3.229	33,49%
RJ	Edifício Manhattan Tower	Sala 1001	111	1,16%
SP	Edifício Pedro Biagi	1º Andar E Vagas 91/92/93/94	400	4,15%
Total			3.740	38,79%

Além das transações com o Patrocinador, apresentamos abaixo a remuneração anual, inclusive encargos, atribuída à pessoal chave da administração, cedidos pelo BNB para composição dos conselhos e diretoria executiva, que também são considerados partes relacionadas:

Alta Administração	R\$ mil	
	Remuneração em 2025	Remuneração em 2024
Dirigentes	3.338	3.067
Conselhos	589	564
Conselho Deliberativo	444	423
Conselho Fiscal	145	141

10. Eventos Subsequentes

10.1. Reforma Tributária

A Reforma Tributária, instituída por meio da Emenda Constitucional nº 132 de 20 de dezembro de 2023, pela Lei Complementar 214 de 16 de janeiro de 2025 e pela Lei Complementar nº 227 de 13 de janeiro de 2026, promoveu alterações estruturais no sistema de tributação indireta no país. Dentre as principais mudanças, destaca-se a substituição gradativa das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no âmbito federal, bem como pela criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. O novo modelo contempla um período de transição com início em 2026, durante o qual coexistirão os tributos atualmente vigentes e os novos instrumentos tributários, conforme regulamentação específica.

Para o segmento de previdência complementar fechada, na data-base destas demonstrações contábeis, a Lei Complementar nº 214/2025 estabeleceu a isenção das entidades fechadas de previdência complementar em relação à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Contudo, a plena aplicação do novo regime tributário depende de regulamentação complementar e de atos infralegais que disciplinarão seus procedimentos operacionais e efeitos práticos. Dessa forma, embora o marco legal já preveja a referida isenção, não foram reconhecidos efeitos contábeis no exercício de 2025, uma vez que a transição terá início em 2026, com implementação efetiva do novo regime a partir de 2027.

Fortaleza, 13 de fevereiro de 2026.

OCIONE MARQUES MENDONÇA

Diretor Presidente
CPF 231.476.873-68

SERGIO BRITO CLARK

CPF 396.542.063-15
Diretor de Administração e de Investimentos

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15



Pareceres

Parecer do Auditor Independente

Parecer da Avaliação Atuarial do Plano BD

Parecer da Avaliação Atuarial do Plano CV I

Parecer da Avaliação Atuarial do Plano Família

Parecer do Conselho Deliberativo

Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF
Fortaleza - CE

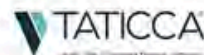
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43/2021) em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Entidade e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 11 de março de 2026.

LUÍZ FERNANDO SILVA SOARES 17126991053
53

Assinado eletronicamente
por LUÍZ FERNANDO SILVA SOARES
Data: 2026.03.11 16:28:05 -03'00'

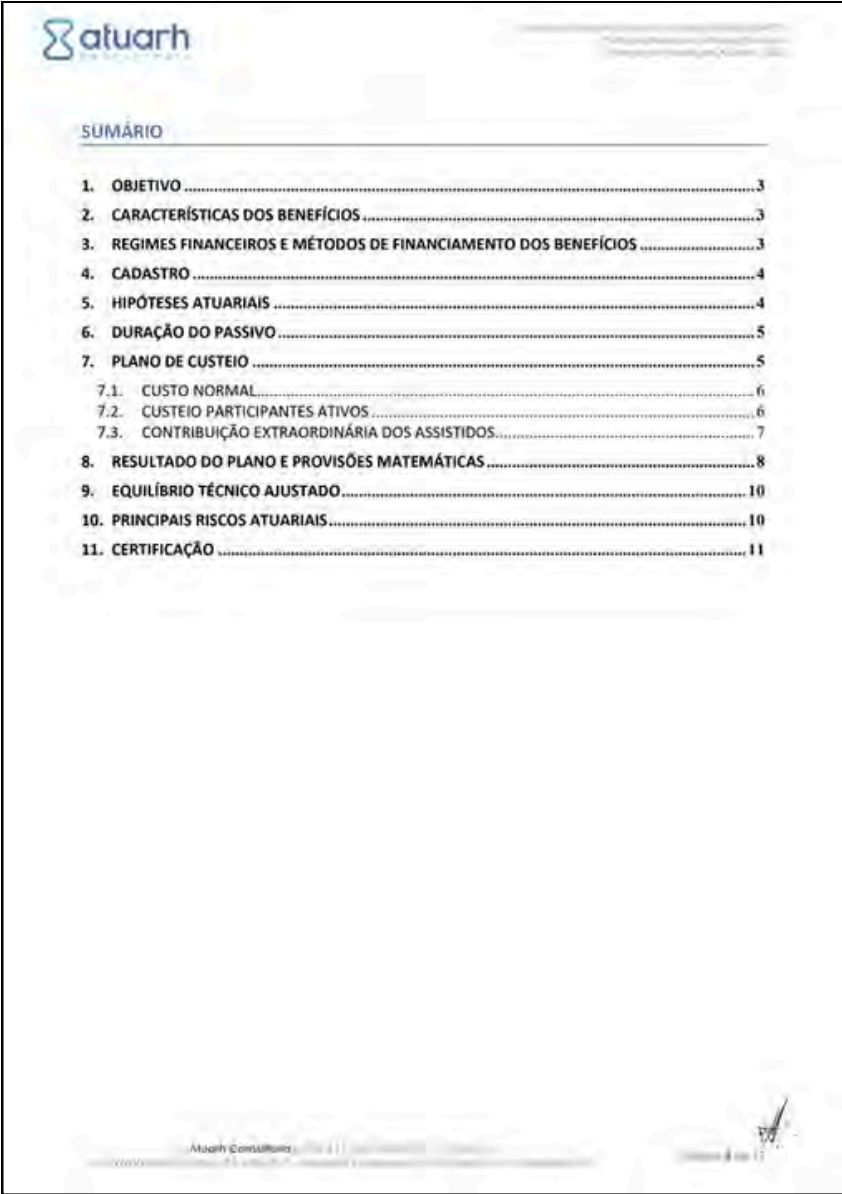
Luiz Fernando Silva Soares

Contador – CRCRS nº 33.964

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC RS nº 009308/F

CVM 12.220





1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo demonstrar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2025 do Plano de Benefício Definido (Plano BD, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB (CAPEF).

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano BD encontra-se fechado para novos participantes desde 03/11/1999 e, nos termos da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021, é classificado na modalidade de benefício definido, uma vez que todos os benefícios do plano têm seus valores previamente estabelecidos e seu custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Na década de 1990, tendo em vista o significativo déficit atuarial apresentado pelo Plano BD, a Entidade sofreu, em 1997, processo de intervenção pelo órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar. As medidas adotadas pelo interventor para o atingimento do equilíbrio atuarial do plano, normatizadas no regulamento do plano aprovado em 2002, foram questionadas na justiça pela maior parte dos participantes e, em conjunto com representantes do patrocinador, participantes e assistidos, a Entidade propôs novo regulamento para o Plano BD, aprovado em 30/12/2003. Tendo em vista a situação litigiosa vivenciada à época, a aplicação do novo regulamento não foi feita de forma automática, carecendo de manifestação individual de cada participante, quer mediante acordo judicial, no caso daqueles com litígio judicial com a CAPEF, quer via formalização de termo de adesão, para aqueles sem litígio judicial.

Dessa forma, no Plano BD há participantes vinculados a três regulamentos distintos, o regulamento de 1994 (BD0), de 2002 (BD1) e de 2003 (BD2), sendo que a grande maioria dos participantes está vinculada a este último regulamento, cuja última alteração ocorreu em 01/07/2025. No caso do regulamento de 1994 (BD0), em razão de decisões judiciais, há variantes do regulamento original sendo praticadas.

3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS

A escolha do regime financeiro retrata a forma de financiamento utilizada para honrar os compromissos assumidos com o plano de benefícios. Cada benefício do plano deve possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No Plano BD, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o financiamento de todos os seus benefícios.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de



capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento. O método de financiamento adotado para o Plano BD é o do Prêmio Nivelado Individual para todos os benefícios.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano BD estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. CADASTRO

O cadastro utilizado nesta avaliação, na posição de 31/12/2025, conta com 927 participantes ativos, 3.413 aposentados programados, 130 aposentados por invalidez e 1.595 beneficiários, distribuídos em 1.512 grupos de pensionistas¹.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não tendo sido necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Destaque-se que, além do teste, o cálculo das provisões matemáticas é mensalmente realizado com base de dados atualizada, sendo essa base comparada com a do mês anterior.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras utilizadas nas avaliações atuariais do Plano nas datas-base de 31/12/2024 e 31/12/2025 encontram-se resumidas no Quadro 1 a seguir.

Em relação às premissas anteriormente adotadas, a única alteração promovida na avaliação de 31/12/2025 refere-se à hipótese de postergação da entrada em aposentadoria, que passou de 128 para 136 meses, contados a partir da elegibilidade ao benefício pleno programado.

Notas:

- Não foram incluídos na avaliação seis participantes ativos com o perfil "Ativo Suspenso – Com Cancelamento de Inscrição", pois a obrigação do plano em relação a esses participantes restringe-se exclusivamente ao saldo de resgate, já provisionado;
- Foram incluídos 36 beneficiários de pensão cujos titulares faleceram e cujos benefícios estão em processo de concessão;
- Eventuais diferenças nos quantitativos de participantes entre este documento e outros relatórios da Entidade podem ocorrer devido à data de extração das informações e à forma como os dados são tratados. No caso da avaliação atuarial, a informação considerada para os cálculos segue a data do evento, independentemente da data de seu cadastro, desde que estivesse disponível no momento do acesso.

atuarh

As hipóteses foram selecionadas com base em estudos técnicos de adequação, observando as melhores práticas atuariais e a legislação vigente. Os impactos decorrentes da alteração de premissas sobre as provisões matemáticas são detalhados em seção específica deste documento.

Quadro 1: Resumo comparativo entre as hipóteses adotadas nas avaliações de 31/12/2024 e 31/12/2025

Hipóteses	31/12/2024	31/12/2025
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2023 (Escala AA) segmentada por sexo, desgravada em 20%	
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte desgravada em 96%	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled segmentada por sexo	
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Família Observada	
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 128 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado.	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 136 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado.
Indexador do Plano	(INPC) 3,5% a.a.	
Taxa Real Anual de Juros	5,25%	

Fonte: Elaborado pela Atuarh a partir de informações fornecidas pela Capel

6. DURAÇÃO DO PASSIVO

A duração do passivo foi calculada conforme a metodologia estabelecida pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023. Considerando a taxa de juros e o fluxo previdencial do Plano BD, o resultado obtido foi de **8,2571 anos** (8,4435 em 2024). A redução na duração do passivo em relação ao período anterior é atribuída ao fato de que o Plano BD está fechado para novas adesões, sem alterações nas premissas atuariais.

7. PLANO DE CUSTEIO

A presente seção apresenta resumo do Plano de Custeio do exercício de 2026, cuja versão integral encontra-se formalizada em documento específico.

O Plano de Custeio, com vigência a partir de 01/01/2026, contempla a estimativa da estrutura de custos projetada para o Plano de Benefício Definido (BD), com o objetivo de preservar seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial. O documento detalha a metodologia de apuração dos custos normais dos participantes ativos e a definição da alíquota de contribuição extraordinária dos assistidos.

Atuarh Consultoria | Rua 111, 100 - MARANHÃO | Fone: (41) 3333-1111 | www.atuarh.com.br | CNPJ: 16.040.888/0001-00 | INSC. ESTADUAL: 10.000.000-00

atuarh

As taxas de custeio administrativo destinadas ao Programa de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 437ª Reunião Ordinária, realizada em 28/10/2025. A aprovação foi fundamentada em estudo específico de solvência do Fundo Administrativo do PGA, que analisou as projeções de receitas e despesas administrativas. O estudo concluiu pela suficiência das taxas aprovadas, resultando na manutenção do percentual de custeio administrativo incidente sobre as contribuições normais e extraordinárias do Plano BD em 2,89%.

7.1. CUSTO NORMAL

Em relação ao exercício de 2025, os custos normais projetados para 2026, incluídas as despesas administrativas, elevaram-se em 0,58 ponto percentual, passando de 10,15% para 10,73%.

Registra-se que, na posição de 31/12/2025, o plano contava com apenas dois participantes ativos contribuintes não elegíveis à aposentadoria. Esse reduzido contingente amplia a sensibilidade atuarial e contribui para oscilações mais pronunciadas entre exercícios.

A variação observada no custeio decorre, principalmente:

- da alteração da hipótese de postergação da entrada em aposentadoria, de 128 para 136 meses; e
- da modificação da composição do grupo de ativos, em função do elevado grau de maturidade do plano.

7.2. CUSTEIO PARTICIPANTES ATIVOS

O Custeio Normal apurado para os participantes ativos totalizou 13,94%, percentual suficiente para cobertura dos custos normais futuros, incluídas as despesas administrativas estimadas em 10,73%.

Considerando a suficiência atuarial do custeio apurado; e o reduzido número de participantes ativos contribuintes, que acarreta elevada variabilidade nos percentuais, recomenda-se, para o exercício de 2026, a manutenção da tabela vigente de contribuições normais dos participantes ativos, incidente sobre os salários de contribuição, observado o reajuste da Unidade Básica de Contribuição (UBC) pela variação do INPC de 2025, conforme reproduzida no Quadro 2 a seguir.

Atuarh Consultoria | Rua 111, 100 - MARANHÃO | Fone: (41) 3333-1111 | www.atuarh.com.br | CNPJ: 16.040.888/0001-00 | INSC. ESTADUAL: 10.000.000-00

atuarh

Quadro 2: Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2026

Salário de Contribuição	Alíquota de Contribuição (2)	Parcela a Deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:
 (1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 4.312,21.
 (2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos; portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.
 Fonte: Elaborado pela Atuarh com base em informações fornecidas pela ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuarial e Controles Internos da Capel).

7.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS

Na posição de 31/12/2025, considerando o reajuste dos benefícios em 3,90% (correspondente à variação integral do INPC de 2025) e a alteração da premissa de postergação da entrada em aposentadoria, as provisões matemáticas, apuradas antes do cômputo do efeito da redução da alíquota de contribuição extraordinária, totalizaram R\$ 4.080.641.467,43.

Comparativamente ao patrimônio de cobertura de R\$ 4.154.148.490,71, o plano apresenta superávit de R\$ 73.507.023,28, equivalente a 1,80% das provisões matemáticas.

Diante desse resultado superavitário, a alíquota de contribuição extraordinária aplicável aos aposentados e pensionistas que aderiram ao Acordo de 2003, vinculados ao Regulamento BD2, poderá ser reduzida em até 0,6 ponto percentual, passando de 18,90% para 18,30%. Essa redução, aprovada para o encerramento do exercício de 2025, implicou aumento de R\$ 69.589.766,38 nas provisões matemáticas, elevando-as ao montante final de R\$ 4.150.231.233,81, com manutenção do equilíbrio do plano.

Nos termos regulamentares, os pensionistas cujo benefício teve início até 02/08/1998 não estão sujeitos à contribuição extraordinária.

Os demais aposentados e pensionistas que não aderiram ao Acordo permanecem sujeitos às disposições específicas de seus respectivos regulamentos ou às determinações judiciais eventualmente aplicáveis.

No Quadro 3 subsequente apresentam-se as estatísticas relativas às alíquotas médias de contribuição do grupo de aposentados e pensionistas, segmentadas de acordo com as normas às quais estão vinculados. Observa-se que a diversidade e a variabilidade das taxas médias, tanto entre as diferentes normas quanto entre aposentados e pensionistas, refletem as particularidades dos regulamentos aplicáveis.

atuarh

atuarh

Quadro 3: Taxas médias das alíquotas de contribuição dos participantes para 2026 para cada norma do Plano BD

Norma	Aposentados		Pensionistas		Total	
	Quantidade	Taxa média	Quantidade	Taxa média	Quantidade	Taxa média
BD0	11	16,5%	24	1,5%	35	6,2%
BD0-PJ1	8	16,7%	4	3,0%	12	12,1%
BD0-PJ3	2	10,0%	0	0,0%	2	10,0%
BD0-PJ5	17	16,3%	20	1,7%	37	8,4%
BD1	34	18,6%	96	2,8%	130	6,9%
BD2 ⁽¹⁾	3.442	18,3%	1.441	9,2%	4.883	16,0%
BD0-PJ6	2	18,9%	0	0,0%	2	18,9%
BD0-PJ8	4	14,5%	0	0,0%	4	14,5%
BD0-PJ9	1	18,9%	0	0,0%	1	18,9%
BD0-PJ11	21	16,8%	10	1,2%	31	11,8%
BD0-PJ12	1	10,0%	0	0,0%	1	10,0%
Total	3.543	18,2%	1.595	8,5%	5.138	15,6%

Fonte: Elaborado pela Atuarh com base em informações fornecidas pela ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuarial e Controles Internos da Capel).

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

O Plano BD encontra-se em estágio avançado de maturidade, caracterizado por volume de benefícios pagos superior às contribuições correntes, o que implica trajetória de redução gradual das obrigações atuariais em termos reais, condicionada ao desempenho dos investimentos e às hipóteses adotadas.

Conforme indicado no Quadro 4, as provisões matemáticas do Plano BD registraram crescimento nominal de 1,12% em 2025, passando de R\$ 4.104.235.818,61 para R\$ 4.150.231.233,81. Entretanto, considerando a variação do INPC no período (3,90%), verificou-se redução real de 2,67% no valor das provisões.

Quadro 4: Resultado do Plano BD em 2024 e 2025

Rubrica	31/12/2024	31/12/2025	Variação Nominal	Variação Real (2)
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	4.107.811.814,34	4.154.148.490,71	1,13%	-2,67%
(-) Provisões Matemáticas	4.104.235.818,61	4.150.231.233,81	1,12%	-2,67%
Benefício Definido	4.104.235.818,61	4.150.231.233,81	1,12%	-2,67%
Benefícios Concedidos	3.568.792.601,93	3.636.349.551,15	1,89%	-1,93%
Benefícios a Conceder	535.443.216,68	513.881.682,66	-4,03%	-7,63%
(=) Resultado Acumulado (Superávit (+) / Déficit (-))	3.575.995,73	3.917.256,90	9,54%	5,43%
Reserva de Contingência	3.575.995,73	3.917.256,90	9,54%	5,43%
Resultado do Exercício (2)	349.529,25	341.261,17	-2,37%	-6,03%

Notas:
 (1) Variação real calculada com base na variação do INPC de 3,90% ocorrida em 2025.
 (2) O resultado do exercício é calculado pela diferença entre o resultado acumulado do exercício atual e o do exercício anterior.
 Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuarial e Controles Internos da Capel).

atuarh



O superávit técnico apurado em 31/12/2025 totalizou R\$ 3.917.256,90, correspondente a 0,09% das provisões matemáticas. Considerando a duração do plano (8,2571 anos), o limite da reserva de contingência é de 18,26% das provisões matemáticas. Como o superávit encontra-se substancialmente abaixo desse limite, seu montante deve ser integralmente alocado à reserva de contingência.

As provisões matemáticas apuradas com as hipóteses biométricas adotadas na avaliação totalizam R\$ 4.150.231.233,81. Caso fossem utilizadas as tábuas referenciais AT-2000 Básica – M (masculino) e AT-2000 Básica – F (feminino), o valor estimado seria de R\$ 4.090.276.751,21, ou seja, 1,44% inferior ao montante calculado com a hipótese efetivamente adotada.

Dessa forma, nos termos do art. 57 da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, não se configura a necessidade de elaboração de parecer específico com manifestação do Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB), uma vez que as provisões apuradas com a hipótese adotada não são inferiores às calculadas com as tábuas referenciais em percentual que caracterize insuficiência.

Em 2025, o Plano BD apresentou resultado positivo de R\$ 341.261,17, elevando o superávit acumulado de R\$ 3.575.995,73 para R\$ 3.917.256,90.

Esse resultado decorreu, principalmente:

- da rentabilidade dos investimentos de 10,18%, superior em 0,83 ponto percentual à meta atuarial de 9,35%; e
- da reversão de provisões contingenciais ocorrida no exercício.

Em 31/12/2025, dois fatores principais impactaram o valor das provisões, resultando em aumento líquido de R\$ 61.797.993,99. Não obstante esse aumento, o resultado do exercício permaneceu positivo em função do desempenho dos investimentos acima da meta atuarial e da reversão de provisões contingenciais, conforme detalhado a seguir:

1. Alteração da premissa de postergação da aposentadoria (de 128 para 136 meses), com redução das provisões em R\$ 7.791.772,39;
2. Redução da alíquota de contribuição extraordinária dos assistidos (de 18,90% para 18,30%), com aumento das provisões em R\$ 69.589.766,38.

O efeito líquido dessas alterações correspondeu a um aumento de R\$ 61.797.993,99 nas provisões matemáticas, conforme detalhado no Quadro 5.



Quadro 5: Fatores principais que influenciaram as provisões matemáticas do Plano ao longo do ano de 2025

Fator	Impacto
Extensão do período de postergação para a aposentadoria de 128 para 136 meses	-7.791.772,39
Redução da taxa de contribuição dos assistidos de 18,90% para 18,30%	69.589.766,38
Efeito líquido das provisões matemáticas	61.797.993,99

Fonte: Atuarh.

Vale destacar que o resultado superavitário do plano decorre da manutenção das contribuições extraordinárias dos participantes assistidos, instituídas com o objetivo de equacionar o déficit estrutural do plano. Na hipótese de inexistência dessas contribuições extraordinárias incidentes sobre os benefícios, já considerada a redução de alíquota ora proposta, cujo montante atualmente totaliza R\$ 2.169.439.637,61, sendo R\$ 1.084.087.399,27 de responsabilidade do patrocinador e R\$ 1.085.352.238,34 de responsabilidade dos participantes, o superávit de R\$ 3.917.256,90 apurado no plano se converteria em um déficit atuarial estimado em R\$ 2.165.522.380,71.

9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

O ajuste de precificação é apurado nos termos da Resolução CNPC nº 30/2018 e corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais indexados à Índice de Preços, classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, calculado com base na taxa real anual de juros adotada na avaliação atuarial (5,25% a.a.), e o respectivo valor contábil desses títulos. Na apuração, foi considerada a capacidade financeira do plano de manter tais ativos até o vencimento, observadas as necessidades de liquidez para o pagamento dos benefícios projetados.

Em 31/12/2025, o ajuste de precificação do Plano BD totalizou R\$ 162.636.528,00. Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado apresentou superávit de R\$ 166.553.784,90, equivalente a 4,01% das provisões matemáticas, evidenciando que, quando considerado o critério regulamentar de precificação, o plano apresenta posição confortável em relação aos limites normativos.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano BD incorpora mecanismos estruturais que contribuem para mitigar o surgimento de déficits atuariais, dentre os quais se destacam:

- i) trata-se de plano fechado a novas adesões;
- ii) os percentuais de contribuição destinados ao custeio não se incorporam permanentemente ao regulamento;
- iii) a base de cálculo do benefício e o salário de contribuição são desvinculados do salário efetivo do participante ativo, sendo sua evolução disciplinada no regulamento;
- iv) o reajuste dos benefícios não está vinculado às políticas remuneratórias do patrocinador;



- v) os benefícios do plano não são vinculados ao valor efetivamente pago pelo RGPS; e
- vi) os benefícios estão referenciados a um RGPS hipotético, reajustado pelo mesmo índice adotado pelo plano

Importa destacar que, em 2025, foi aprovada alteração regulamentar segundo a qual o reajuste anual dos benefícios deixou de estar condicionado à obtenção de rentabilidade mínima do plano, passando a corresponder integralmente à variação do INPC, independentemente do desempenho dos investimentos no exercício. Essa modificação reduz o risco de frustração dos assistidos quanto à reposição inflacionária, porém amplia a exposição do plano ao risco de mercado, uma vez que a atualização dos benefícios passa a ocorrer mesmo em cenários de rentabilidade inferior à meta atuarial.

Considerando essa arquitetura, os riscos atuariais do Plano BD concentram-se principalmente nos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e mortalidade de válidos do grupo principal, cujas estimativas são representadas pelas tábuas atuariais adotadas, bem como em eventuais alterações relevantes na base cadastral, tanto do grupo principal quanto do grupo de beneficiários. O plano também está exposto ao risco de mercado, especialmente após a mencionada alteração regulamentar de 2025 que tornou o reajuste integralmente indexado ao INPC. Não obstante, parcela relevante do patrimônio encontra-se alocada em títulos públicos federais classificados como mantidos até o vencimento e marcados na curva, com taxas superiores à taxa de juros atuarial, o que contribui para mitigar a exposição estrutural a oscilações conjunturais de mercado.

Por fim, o plano permanece sujeito ao risco jurídico decorrente de decisões judiciais que impliquem majoração de benefícios ou redução de contribuições sem a correspondente recomposição atuarial das provisões. Esse risco torna-se particularmente relevante quando as decisões não determinam aportes compensatórios suficientes para neutralizar o impacto atuarial das alterações impostas, podendo, nessas circunstâncias, gerar desequilíbrio técnico no plano.

11. CERTIFICAÇÃO

No exercício de 2025, o Plano BD apresentou resultado positivo de R\$ 341.261,17, elevando o superávit acumulado de R\$ 3.575.995,73, em 31/12/2024, para R\$ 3.917.256,90, em 31/12/2025. Esse superávit corresponde a 0,09% das provisões matemáticas e deve ser integralmente destinado à reserva de contingência, por situar-se abaixo do limite regulamentar de 18,26% das provisões matemáticas, apurado com base na duração do plano, de 8,2571 anos.

O resultado superavitário do plano decorre da manutenção das contribuições extraordinárias dos participantes assistidos, instituídas com o objetivo de equacionar o déficit estrutural do plano. Na hipótese de inexistência dessas contribuições extraordinárias incidentes sobre os benefícios, já considerada a redução de alíquota, cujo montante atualmente totaliza R\$ 2.169.439.637,61, sendo R\$ 1.084.087.399,27 de responsabilidade do patrocinador e



R\$ 1.085.352.238,34 de responsabilidade dos participantes, o superávit de R\$ 3.917.256,90 apurado no plano se converteria em um déficit atuarial estimado em R\$ 2.165.522.380,71.

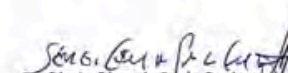
Em 31/12/2025, o efeito líquido da alteração da premissa de postergação da aposentadoria e da redução da taxa de contribuição extraordinária resultou em aumento de R\$ 61.797.993,99 nas provisões matemáticas.

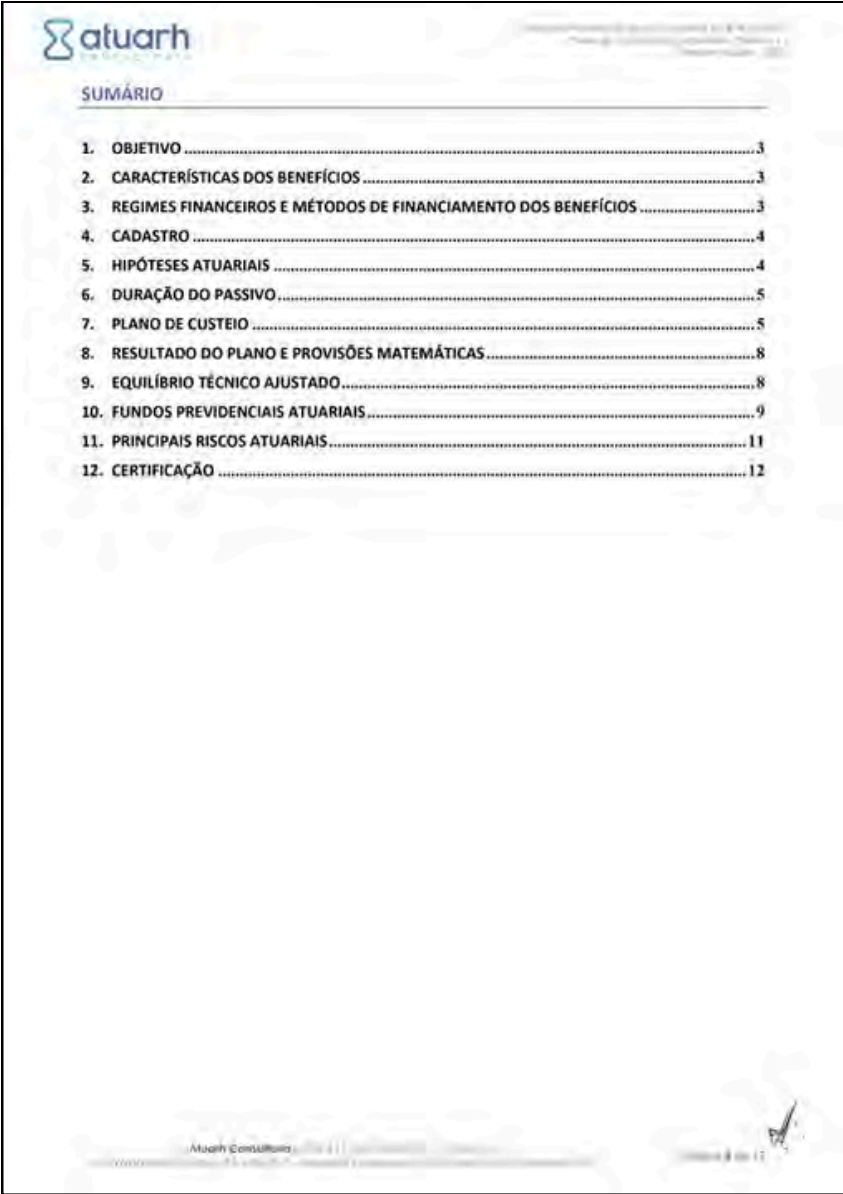
A apuração das obrigações previdenciais e do respectivo custeio foi realizada com base no regime financeiro, nos métodos de financiamento e nas hipóteses atuariais compatíveis com as características do plano, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial vigente, em conformidade com a legislação aplicável e com as melhores práticas atuariais. Os dados cadastrais utilizados na avaliação foram submetidos a procedimentos de consistência e considerados adequados para os fins da apuração.

Conclui-se que as Provisões Matemáticas do Plano BD, no montante de R\$ 4.150.231.233,81 em 31/12/2025, refletem adequadamente as obrigações previdenciais do plano na data-base.

É este o nosso parecer.

Fortaleza-CE, 20 de fevereiro de 2026.


Sérgio César de Paula Cardoso
Atuarial - MIBA No 2.285





1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo demonstrar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2025 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB (CAPEF). O Plano CV I foi aprovado pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 189, de 25/03/2010, publicada no DOU de 26/03/2010, e teve suas operações iniciadas no dia 19/05/2010, quando recebeu suas primeiras contribuições. A alteração mais recente de seu regulamento ocorreu por meio da Portaria MPS/PREVIC/DILIC nº 1.147, de 20 de dezembro de 2023, publicada no DOU de 22/12/2023.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável (CV), conforme a Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021, uma vez que os benefícios possuem características tanto de contribuição definida (CD) quanto de benefício definido (BD). Na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento da aposentadoria programada, o plano opera sob a lógica de CD, com benefícios estruturados com base no saldo da conta individual do participante. Na fase final de percepção da aposentadoria programada e durante todo o período de pagamento dos benefícios decorrentes de morte e invalidez, o plano assume características de BD, com obrigações avaliadas em moeda corrente e sujeitas a risco atuarial.

3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento



gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. CADASTRO

A base cadastral utilizada nesta avaliação está na posição de 31/12/2025 e considera um total¹ de 6.291 participantes ativos. Além disso, inclui 443 assistidos programados, sendo 434 aposentados e 9 beneficiários de pensão (o mesmo número de grupos de pensão), e 74 assistidos não programados, dos quais 17 são aposentados por invalidez e 86 beneficiários de pensão, distribuídos em 57 grupos de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não sendo necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Além do teste, destaque-se que a base de dados cadastrais utilizada no cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada e a nova base de dados é comparada com a base de dados do mês anterior, sendo as alterações confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da CAPEF. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme apresentado no Quadro 1, as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do Plano em 31/12/2025 permanecem inalteradas em relação às de 31/12/2024. Sua definição segue as melhores práticas atuariais, em conformidade com a legislação vigente e fundamentada em estudos específicos de adequação.

¹ Eventuais diferenças nos quantitativos de participantes entre este documento e outros relatórios da Entidade podem ocorrer devido à data de extração das informações e à forma como os dados são tratados. No caso da avaliação atuarial, a informação considerada para os cálculos segue a data do evento, independentemente da data de seu cadastro, desde que estivesse disponível no momento do acesso.

atuarh ADMINISTRATIVA

Quadro 1: Resumo comparativo entre as atuariais adotadas nas avaliações de 31/12/2024 e 31/12/2025

Hipóteses	31/12/2024	31/12/2025
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2014 Proj. 2023 (Escala MP-2021) segmentada por sexo	
Tábua de Entrada em Invalidez	Müller (desagravada em 82%)	
Tábua de Mortalidade de Invalídidos	RP-2000 Disabled segmentada por sexo	
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Cônjuge 14 meses mais jovem	
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.	
Indexador do Plano	(IPCA) 3,5% a.a.	
Projeção de Crescimento Real de Salário	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função	
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	

Fuente: Elaboração pela Atuarh a partir de informações fornecidas pela Capel.

6. DURAÇÃO DO PASSIVO

O cálculo da duração do passivo seguiu a metodologia estabelecida pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023. Considerando a hipótese da taxa real anual de juros e o fluxo previdencial dos benefícios concedidos estruturados na modalidade BD (portfólios mutualistas que incluem a fase de renda vitalícia para os participantes que estão recebendo benefício na fase de renda certa), o resultado obtido foi de **18,4878 anos**. Em comparação aos 18,8560 anos de 2024, houve uma redução na duração do passivo, explicada pelo envelhecimento do grupo.

7. PLANO DE CUSTEIO

A presente seção apresenta resumo do Plano de Custeio do exercício de 2026, cuja versão integral encontra-se formalizada em documento específico.

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

As despesas administrativas do Plano CV I são financiadas por meio da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos Participantes Ativos, aplicada inclusive sobre contribuições realizadas com recursos portados, e pela taxa de administração aplicável aos Assistidos, cobrada uma única vez sobre o saldo da conta individual no momento da concessão do benefício.

Atuarh Consultoria - CNPJ 01.811.965.0001-11 - Rua: TA3
Av. Washington Soares, 55 - Torre 507 - apartamento 507 - Curitiba/PR - CEP: 81250-000

Atuarh Consultoria - CNPJ 01.811.965.0001-11 - Rua: TA3
Av. Washington Soares, 55 - Torre 507 - apartamento 507 - Curitiba/PR - CEP: 81250-000

Página 5 de 17

atuarh ADMINISTRATIVA

As taxas de custeio administrativo e a forma de apropriação dos respectivos recursos ao Programa de Gestão Administrativa (PGA) foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da CAPEF na 437ª Reunião Ordinária, realizada em 28/10/2025, com base em estudo de solvência do Fundo Administrativo do PGA, que considerou os fluxos projetados de contribuições e despesas administrativas.

Na referida reunião, deliberou-se pela redução da taxa de carregamento aplicável aos Participantes Ativos, de 3,5% para 2,7%, bem como pela redução da taxa de administração aplicável aos Assistidos, de 2,7% para 2,5%. Adicionalmente, foi concluída e aprovada nova metodologia para a apropriação ao PGA da parcela do custeio administrativo incidente sobre o saldo individual dos Assistidos vinculado à fase de Renda Certa a Prazo Certo, estruturada em conta individual.

De acordo com essa nova metodologia de apropriação, a taxa de administração aplicável aos Assistidos permanece sendo descontada integralmente no momento da concessão do benefício, nos termos do Regulamento do Plano, incidindo sobre o saldo individual líquido de eventuais saques parciais. Para os benefícios concedidos a partir de 1º de janeiro de 2026, a apropriação ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) da parcela do custeio administrativo incidente sobre o saldo destinado à fase de Renda Certa a Prazo Certo passa a ocorrer de forma gradual, ao longo do período de pagamento do benefício.

A apropriação ao PGA é realizada mensalmente em parcelas fixas em cotas, de forma proporcional ao pagamento do benefício, observando metodologia específica, que assegura a equivalência financeira com a taxa de administração originalmente incidente sobre o saldo individual, bem como o alinhamento da apropriação do custeio administrativo ao período efetivo de percepção do benefício.

Após o final do período de Renda Certa a Prazo Certo, eventual saldo remanescente da parcela do custeio administrativo ainda não apropriada é integralmente transferido ao PGA. Em caso de falecimento do Assistido sem beneficiário de pensão antes do término desse período, o saldo remanescente acompanha o saldo individual destinado à sucessão civil.


Com relação à taxa de solvência atuarial, que se destina ao fundo de solvência atuarial e aplicada às contribuições individuais, exceto em recursos portados e contribuições facultativas, foi mantida em 0,70%. Esse fundo tem o objetivo de assegurar a solvência dos portfólios mutualistas do Plano CV I.

Já as taxas de contribuição para risco de morte e risco de invalidez, que se destinam à aquisição mensal de capitais complementares de morte e invalidez, são determinadas atuarialmente em função da idade do Participante, da família padrão, dos recursos acumulados em sua conta individual e de suas necessidades de complemento de custeio para os benefícios de risco. As taxas apresentadas incluem margem de segurança, prevista em Nota Técnica Atuarial, de 10% sobre as taxas puras, com o objetivo de reduzir a chance de insuficiência nos portfólios mutualistas garantidores de pagamentos de capitais complementares de entrada em invalidez e de óbito de participante.

Atuarh Consultoria - CNPJ 01.811.965.0001-11 - Rua: TA3
Av. Washington Soares, 55 - Torre 507 - apartamento 507 - Curitiba/PR - CEP: 81250-000

Atuarh Consultoria - CNPJ 01.811.965.0001-11 - Rua: TA3
Av. Washington Soares, 55 - Torre 507 - apartamento 507 - Curitiba/PR - CEP: 81250-000

Página 4 de 17



utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00%, e o valor contábil desses títulos, tendo sido observado, ainda, a capacidade financeira do plano de manter esses títulos até o vencimento, garantindo a liquidez necessária para o pagamento dos benefícios futuros.

Em 31/12/2025, o ajuste de precificação do Plano CV I totalizou R\$ 11.870.138,00. Consequentemente, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano apresentou um superávit de R\$ 13.030.212,80, correspondendo a 14,37% do total de suas provisões matemáticas na modalidade de benefício definido.

10. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Fundo de Solvência Atuarial do Plano CV I, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, destina-se à cobertura de eventuais insuficiências atuariais-futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, nos termos da Nota Técnica Atuarial.



Nos termos do Regulamento, o Fundo de Solvência Atuarial é constituído pelas seguintes fontes:

- i) Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;
- ii) Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador que não é passível de resgate, referente ao Participante Ativo que, ao se desligar da patrocinadora, tenha optado pelo instituto do resgate; e
- iii) Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Em caso de insuficiência atuarial dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, o montante correspondente poderá ser revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

Conforme demonstrado no Quadro 3, em 2025 o saldo do Fundo de Solvência Atuarial passou de 11.498.468,96 quotas (R\$ 46.583.182,37) em 31/12/2024 para 12.331.634,57 quotas (R\$ 56.228.368,42) em 31/12/2025, o que representa crescimento de 7,25% em quotas e 20,70% em reais no exercício.

No período, foram recebidas 833.275,83 quotas (R\$ 9.645.667,69) e utilizadas 110,22 quotas (R\$ 481,64). Observa-se que a utilização de recursos no exercício foi residual e não comprometeu a trajetória de fortalecimento do fundo. Para 2026, não há previsão de utilização extraordinária de recursos além das movimentações ordinárias previstas na Nota Técnica Atuarial.

Quadro 3: Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2025

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
(=) Saldo em 31/12/2024	11.498.468,96	46.583.182,37
(+) Recursos recebidos	833.275,83	9.645.667,69
(-) Recursos utilizados	110,22	481,64
(=) Saldo em 31/12/2025	12.331.634,57	56.228.368,42

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capel).

O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, igualmente conta coletiva de natureza previdencial expressa em quotas, tem por finalidade prover o pagamento dos capitais complementares relativos às coberturas de invalidez e morte dos Participantes Ativos, conforme estabelecido na Nota Técnica Atuarial.

Esse fundo é constituído a partir da aplicação mensal da taxa de risco (morte e invalidez) incidente sobre as contribuições individuais vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 4, o saldo do Fundo Mutualista passou de 7.310.020,22 quotas (R\$ 29.614.725,76) em 31/12/2024 para 8.154.951,63 quotas (R\$ 37.184.010,15) em 31/12/2025, representando crescimento de 11,56% em quotas e 25,55% em reais no exercício.

No período, foram constituídas 1.178.940,42 quotas (R\$ 8.996.259,96) e utilizadas 334.009,00 quotas (R\$ 1.426.975,57) para pagamento de capitais complementares decorrentes da concessão de benefícios de risco. A utilização corresponde a aproximadamente 28,33% das quotas constituídas no exercício, evidenciando manutenção de saldo acumulado suficiente para a cobertura das obrigações securitárias do plano. Para 2026, não há previsão de utilização além daquelas decorrentes da dinâmica ordinária de concessão de benefícios.


Quadro 4: Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2025

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
(=) Saldo em 31/12/2024	7.310.020,22	29.614.725,76
(+) Recursos recebidos	1.178.940,42	8.996.259,96
(-) Recursos utilizados	334.009,00	1.426.975,57
(=) Saldo em 31/12/2025	8.154.951,63	37.184.010,15

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capel).

Na posição de 31/12/2025, o balanço patrimonial do Plano CV I registrou, ainda, dois fundos de natureza não previdencial com destinação específica:

1. Participação no fundo do Programa de Gestão Administrativa (PGA): saldo de R\$ 61.718.530,25, comparado a R\$ 56.746.176,89 em 2024. O fundo destina-se à cobertura das despesas administrativas futuras da Entidade relacionadas à gestão dos planos.
2. Fundo de Garantia EAP (consolidado): saldo de R\$ 5.053.354,43, comparado a R\$ 4.463.340,97 em 2024, destinado à cobertura do saldo devedor de empréstimos concedidos a participantes em caso de falecimento durante a vigência contratual.





11. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I estruturadas sob a modalidade de Contribuição Definida, avaliadas em quotas, estão vinculadas às contas individuais dos participantes, o que assegura neutralidade atuarial e elimina a possibilidade de geração de déficits técnicos nessa parcela do plano.

Em 31/12/2025, essas obrigações totalizaram R\$ 3.003.399.648,89, ante R\$ 2.502.109.307,19 em 31/12/2024, representando 97,07% das provisões matemáticas do plano (97,02% no exercício anterior).

As obrigações de natureza mutualista, correspondentes aos capitais complementares por morte e invalidez e aos benefícios concedidos na fase de renda vitalícia, são avaliadas em moeda corrente e podem apresentar variações decorrentes do comportamento das hipóteses atuariais. Em 31/12/2025, essa parcela totalizava R\$ 90.674.290,54, comparativamente a R\$ 76.895.281,92 em 2024, representando aproximadamente 2,93% das provisões matemáticas totais.

A mitigação desses riscos ocorre por meio do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo passou de R\$ 46.583.182,37 em 31/12/2024 para R\$ 56.228.368,42 em 31/12/2025, e do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, que evoluiu de R\$ 29.614.725,76 para R\$ 37.184.010,15 no mesmo período. O primeiro destina-se à cobertura de eventuais insuficiências atuariais dos portfólios mutualistas, enquanto o segundo tem por finalidade custear os capitais complementares decorrentes de invalidez ou óbito.

Além disso, o regulamento do plano incorpora mecanismos automáticos de mitigação, como a vinculação do valor inicial da renda vitalícia ao último benefício pago na fase de renda certa, o reajuste dessa fase com base na variação da quota e a regra de reajuste dos benefícios vitalícios atrelada à rentabilidade nominal dos investimentos, observados os limites mínimo e máximo estabelecidos.

Registra-se, ainda, que o plano encerrou 2025 com resultado acumulado positivo de R\$ 1.160.074,80, integralmente alocado em Reserva de Contingência, evidenciando manutenção do equilíbrio técnico.

Diante da predominância da parcela estruturada em Contribuição Definida, da reduzida representatividade da parcela mutualista e da existência de fundos e mecanismos regulatórios de proteção, conclui-se que os riscos atuariais do Plano CV I permanecem limitados e adequadamente controlados.



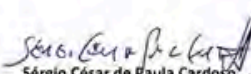
12. CERTIFICAÇÃO

O Plano CV I encerrou o exercício de 2025 registrando resultado superavitário de R\$ 1.160.074,80 em Reserva de Contingência, decorrente, principalmente, do desempenho dos investimentos acima da meta atuarial no período.

A apuração das obrigações previdenciais e do custeio do plano foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais compatíveis com sua estrutura e características, observando as formulações estabelecidas na Nota Técnica Atuarial, a legislação vigente e as melhores práticas atuariais, com utilização de base cadastral consistente.

Conclui-se que as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31/12/2025, totalizando R\$ 3.094.073.939,43, refletem adequadamente as obrigações previdenciais assumidas pelo plano. O superávit técnico apurado evidencia a manutenção de sua solvência e do equilíbrio econômico-financeiro-atuarial.

Fortaleza-CE, 20 de fevereiro de 2026


Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA No 2.285



Parecer da Avaliação Atuarial


Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB (CAPEF)

Plano Família Capef

CNPB: 2023.0006-29
CNPJ: 52.412.330/0001-98


Exercício: **2025**
Data da avaliação atuarial: **31/12/2025**

Atuário responsável:
Sérgio César de Paula Cardoso | MIBA 2.285



SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS	3
3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS	3
4. CADASTRO	3
5. HIPÓTESES ATUARIAIS	4
6. DURAÇÃO DO PASSIVO	4
7. PLANO DE CUSTEIO	4
8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS	5
9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS	6
10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS	6
11. CERTIFICAÇÃO	8



atuarh

1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo demonstrar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2025 do Plano Família Capef, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB (CAPEF). O Família Capef é um plano instituído pela CAPEF, foi aprovado pela Portaria SPC/ PREVIC/DILIC nº 356, de 26/04/2023, publicada no DOU de 04/05/2023, e teve suas operações iniciadas em 20/06/2023, quando recebeu seu primeiro aporte.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

Conforme estabelecido na Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021, um plano é classificado como de Contribuição Definida quando os benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. No Plano Família Capef, todos os benefícios apresentam características de Contribuição Definida, enquadrando-se, assim, nesta modalidade.

3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS

No Plano Família Capef, é adotado o regime financeiro de capitalização e o método de custeio de capitalização individual para o financiamento de todos seus benefícios.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano Família Capef estão em conformidade com as normas em vigor, em especial a Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018 e a Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, e adequados às características do plano de benefícios.

4. CADASTRO

A base cadastral considerada nesta avaliação está posicionada em 31/12/2025 e contempla 6.550 participantes ativos (1.855 em 2024), cujos saldos de contas individuais totalizam R\$ 39.783.123,32 (R\$ 8.140.878,22 em 2024). Registra-se, ainda, a existência de 3 aposentados, com saldos que somam R\$ 866.982,15, inexistentes no exercício anterior.

A base utilizada foi submetida a testes de validação, não tendo sido identificadas inconsistências que demandassem ajustes. As provisões matemáticas decorrem diretamente dos saldos individuais informados pela Gerência de Previdência da CAPEF (Geprev), cuja aderência foi conferida com os registros contábeis do plano.

Muam Consultoria

atuarh

Dessa forma, conclui-se que a base de dados utilizada para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas apresenta adequada consistência e confiabilidade, refletindo informações atualizadas e compatíveis com os registros contábeis.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

Inexistem hipóteses atuariais no Plano Família Capef. Todos os benefícios do plano, concedidos e a conceder, são estruturados em contribuição definida e, por isso, as hipóteses atuariais não guardam relação com os valores de suas provisões matemáticas. Além disso, as fórmulas de cálculo dos benefícios estabelecidas no regulamento do plano não incluem parâmetros atuariais ou financeiros. Cabe registrar que o plano utiliza uma taxa de juros referencial, estabelecida pela área de investimentos da CAPEF, para os simuladores que são disponibilizados aos participantes.

6. DURAÇÃO DO PASSIVO

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023. De acordo com a citada Instrução, o plano que apresenta benefício com características de contribuição definida e utiliza taxa de juros real anual em cálculos de benefícios, como é o caso do Plano Família Capef, considerar a duração de 10 anos.


7. PLANO DE CUSTEIO

O custeio do Plano Família Capef é regido pelas disposições contidas em seu Regulamento. O Regulamento estabelece que o custeio administrativo pode ser realizado por meio de taxa de carregamento e/ou taxa de administração, conforme definição anual no Plano de Custeio aprovado pelos órgãos estatutários competentes da Entidade.

Dispõe ainda que, no momento do ingresso no Plano, o participante define o valor de sua Contribuição Básica, a qual pode ser posteriormente alterada, observados os limites regulamentares, devendo ser paga mensalmente até o final de cada mês.

Para o exercício de 2026, o custeio encontra-se disciplinado no Plano de Custeio do Plano Família Capef – Vigência 01/04/2026, documento específico aprovado pela Diretoria Executiva da CAPEF.

Muam Consultoria



No que se refere ao custeio administrativo, foram mantidas as taxas vigentes, fundamentadas em estudo de viabilidade realizado em 2023 e corroboradas por estudo de solvência do PGA realizado em 2025, não tendo sido identificada necessidade de revisão. Assim, permanece:

- Taxa de carregamento: 0% (zero);
- Taxa de administração: 0,062286% ao mês, incidente sobre o saldo dos recursos garantidores apurado no último dia de cada mês, equivalente a 0,75% ao ano.

Quanto às contribuições dos participantes, o Plano de Custeio de 2026 incorporou as diretrizes estabelecidas pela Proposta de Ação Operacional Administrativa – PAOA nº 2026/7 (GEPREV), aprovada pela Diretoria Executiva, promovendo ajustes nos critérios aplicáveis aos participantes autofinanciados, destacando-se:

- fixação do piso mínimo da Contribuição Básica em R\$ 150,00 para novas adesões a partir de 01/01/2026;
- atualização do piso anteriormente praticado de R\$ 100,00 para R\$ 104,00, com base na variação acumulada do IPCA de 2025 (4,26%), aplicável aos participantes autofinanciados já inscritos até 31/12/2025;
- recomendação de atualização anual das contribuições básicas fixadas em valores superiores ao piso mínimo, mediante aplicação do IPCA acumulado no exercício anterior, quando aplicável; e
- manutenção das regras de custeio dos participantes vinculados a instituidores com contribuição de terceiros, nos termos dos convênios específicos vigentes.



O Plano de Custeio estabelece, ainda, os critérios de vigência das atualizações e as diretrizes de divulgação prévia aos participantes, em observância às boas práticas de governança e transparência.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

O Plano Família Capef permanece em fase de consolidação, com predominância de benefícios a conceder, estruturado integralmente na modalidade de Contribuição Definida, sem exposição a riscos atuariais ou financeiros.

O Plano Família Capef permanece em fase de consolidação, com predominância de benefícios a conceder, estruturado integralmente na modalidade de Contribuição Definida, não estando sujeito a riscos atuariais típicos de planos mutualistas, uma vez que os saldos estão individualizados por participante.

Conforme demonstrado no Quadro 1, as provisões matemáticas totalizaram R\$ 40.650.105,47 em 31/12/2025, ante R\$ 8.140.878,22 em 31/12/2024, todas registradas em

contas individuais. Desse montante, R\$ 39.783.123,32 correspondem a benefícios a conceder e R\$ 866.982,15 a benefícios concedidos, ainda com característica de contas individualizadas.

Cumpre destacar que o exercício de 2025 marcou o primeiro ano com concessão de benefícios no Plano Família Capef, ainda que em montante pouco representativo frente ao volume de benefícios a conceder. Até então, o plano encontrava-se integralmente concentrado na fase de acumulação. A concessão inicial de benefícios, embora ainda incipiente (R\$ 866.982,15 em saldos de contas de assistidos), representa o início do processo gradual de transição para maior maturidade do plano, sem, contudo, alterar sua característica predominante de plano jovem, com forte crescimento das provisões vinculadas a participantes ativos.

A variação nominal das provisões matemáticas foi de 399,33% no exercício. Descontada a inflação medida pelo IPCA de 2025 (4,26%), a variação real foi de 378,93%.

O crescimento expressivo decorre, principalmente, do ingresso líquido de contribuições e recursos portados, bem como da rentabilidade positiva dos investimentos no exercício, compatível com a dinâmica esperada para planos em fase inicial de maturação.

Quadro 1: Resultado do Plano Família Capef em 2024 e 2025

Rubrica	31/12/2024	31/12/2025	Valores em R\$	
			Varição Nominal	Varição Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	8.140.878,22	40.650.105,47	399,33%	378,93%
(-) Provisões Matemáticas	8.140.878,22	40.650.105,47	399,33%	378,93%
Contribuição Definida	8.140.878,22	40.650.105,47	399,33%	378,93%
Benefícios Concedidos	-	866.982,15	-	-
Benefícios a Conceder	8.140.878,22	39.783.123,32	388,68%	368,72%
(-) Resultado no Exercício	-	-	-	-
(+) Resultado Acumulado	-	-	-	-

Fonte: Atuarh / ASGRA (Assessoria de Riscos, Atuária e Controles Internos da Capef).


O resultado equilibrado do Família Capef em 31/12/2025 é inerente à característica do plano, integralmente estruturado na modalidade de contribuição definida.

9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Plano Família Capef não conta com fundos previdenciais.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os benefícios do Plano Família Capef são integralmente financiados por contas de natureza individual, típicas da modalidade de Contribuição Definida, o que confere proteção estrutural contra o surgimento de desequilíbrios atuariais tanto na fase de acumulação de recursos quanto na fase de pagamento de benefícios.





Nessa modalidade, não se caracteriza o risco atuarial clássico de insuficiência de provisões, uma vez que o valor dos benefícios está diretamente vinculado ao saldo acumulado nas contas individuais, constituído pelas contribuições vertidas e pelos rendimentos dos investimentos. Dessa forma, os riscos previdenciários não são suportados atuarialmente pelo plano ou pelos patrocinadores, sendo assumidos diretamente pelos participantes. Tais riscos não comprometem o equilíbrio atuarial do plano, mas podem influenciar o valor final dos benefícios percebidos pelos participantes.

Nesse contexto, merece destaque o risco de frustração do participante, inerente aos planos de Contribuição Definida, decorrente da assunção, pelo próprio participante, dos riscos de mercado e de longevidade. Essa frustração pode ocorrer, por exemplo, quando a rentabilidade dos investimentos se mostra inferior àquela esperada ou percebida, resultando em benefícios de valor inferior ao inicialmente projetado.

Adicionalmente, no momento da concessão e durante a fase de percepção do benefício, o participante encontra-se exposto ao risco de longevidade, consubstanciado na possibilidade de esgotamento da reserva individual enquanto ainda estiver vivo, caso o saldo acumulado não seja suficiente para sustentar o fluxo de pagamentos ao longo de toda a sua vida. Embora esse risco não represente desequilíbrio atuarial do plano, constitui um dos principais fatores de potencial frustração na modalidade de Contribuição Definida.

Ainda que tais riscos sejam assumidos pelos participantes, recomenda-se que a Entidade adote medidas voltadas à sua mitigação, com vistas ao adequado alinhamento de expectativas e à preservação da confiança no plano, tais como:

- divulgação contínua de informações claras e transparentes sobre a natureza do plano, a relação entre contribuições, rentabilidade, prazo de percepção e valor dos benefícios, bem como sobre os riscos de mercado e de longevidade envolvidos;
- disponibilização de simulações periódicas de benefícios, contemplando diferentes cenários de rentabilidade e duração do benefício;
- fortalecimento de ações de educação previdenciária, com foco no planejamento de longo prazo e na compreensão dos riscos previdenciários; e
- manutenção de uma política de investimentos compatível com o perfil previdenciário do plano, observados os limites regulamentares e as diretrizes de governança.

Essas medidas contribuem para a redução do risco de frustração dos participantes e para o fortalecimento da confiança no Plano Família Capef, sem prejuízo de seu equilíbrio atuarial e financeiro.



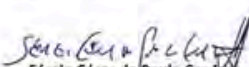
11. CERTIFICAÇÃO

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequados às características do plano de benefícios e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes.

Em nossa avaliação, as Provisões Matemáticas do Plano, na posição de 31/12/2025, de R\$ 40.650.105,47, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do Plano Família Capef e o resultado equilibrado evidencia a característica de Contribuição Definida de todas as obrigações previdenciais do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza-CE, 23 de fevereiro de 2026


Sérgio César de Paula Cardoso,
Atuário - MIBA nº 2.285

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025 DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF

Este Conselho, em sua 442ª Reunião realizada no dia 26/03/2026, em atendimento ao disposto no art. 17, inciso X, da Resolução CNPC Nº 43, de 06/08/2021 e com base no art. 28, alínea "d" do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2025:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD, Plano CV I e Plano Família) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD, Plano CV I e Plano Família) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD, Plano CV I e Plano Família) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Relatório dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD, Plano CV I e Plano Família);
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD, Plano CV I e Plano Família); e
- k) Parecer do Conselho Fiscal.

Com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela Taticca Auditores Independentes LTDA, Atuarh Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Capef, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2025 sem ressalvas e determina a divulgação das referidas demonstrações, nos meios de comunicação da Entidade, em atendimento ao artigo 3º da Resolução do ME/CNPC Nº 32, de 4/12/2019 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual de Informações da Capef, bem como a disponibilização aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido, conforme previsão dada pela referida resolução em seu artigo 10.

D4Sign 8fa211ec-9202-4a12-bd5f-ed90b391bc3f - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2, Brasil.

Fortaleza – Ceará, 26 de março de 2026.

Sandra dos Santos Souza Lisboa
Presidente

Thiago Alves Nogueira
Vice – Presidente

Luiz Sérgio Farias Machado
Conselheiro

João Francisco Freitas Peixoto
Conselheiro

Bruno Ricardo Pena de Sousa
Conselheiro

Rômulo Pereira Amaro
Conselheiro



4 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 27 de March de 2026, 15:59:03





Manifestação do Condel - Demons Contábeis 2025
 Código do documento 8fa211ec-9202-4a12-bd5f-e69db391bcbf

Assinaturas

	Luiz Sérgio Farias Machado lsergio@bnb.gov.br Assinou	<i>Luiz Sérgio Farias Machado</i>
	Sandra dos Santos Souza Lisboa sandra.lisboa@bnb.gov.br Assinou	<i>Sandra dos Santos Souza Lisboa</i>
	JOAO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO jofranfp@me.com Assinou	<i>João</i>
	Rômulo Pereira Amaro romuloamaro@gmail.com Assinou	<i>Rômulo Pereira Amaro</i>
	BRUNO RICARDO PENA DE SOUSA brunopena@bnb.gov.br Assinou	<i>BRUNO RICARDO PENA DE SOUSA</i>
	THIAGO ALVES NOGUEIRA thiagonogueira@bnb.gov.br Assinou	<i>THIAGO ALVES NOGUEIRA</i>

Eventos do documento

27 Mar 2026, 09:33:33
 Documento 8fa211ec-9202-4a12-bd5f-e69db391bcbf **criado** por MARIANA OLIVEIRA SOUSA MINAMI (2295fbaf-751d-414d-8d28-1f932dbff645). Email:mariana.minami@capef.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-27T09:33:33-03:00

27 Mar 2026, 09:37:41
 Assinaturas **iniciadas** por MARIANA OLIVEIRA SOUSA MINAMI (2295fbaf-751d-414d-8d28-1f932dbff645). Email: mariana.minami@capef.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-27T09:37:41-03:00

27 Mar 2026, 10:12:08
 LUIZ SÉRGIO FARIAS MACHADO **Assinou** - Email: lsergio@bnb.gov.br - IP: 189.97.241.81 (ip-189-97-241-81.user.vivozap.com.br porta: 38648) - Geolocalização: -5.091240356860614 -42.816411283883056 - Documento de identificação informado: 190.029.043-04 - DATE_ATOM: 2026-03-27T10:12:08-03:00



4 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 27 de March de 2026, 15:59:03



27 Mar 2026, 10:16:46
 SANDRA DOS SANTOS SOUZA LISBOA **Assinou** - Email: sandra.lisboa@bnb.gov.br - IP: 179.156.181.233 (b39cb5e9.virtua.com.br porta: 56382) - Geolocalização: -3.733625105739402 -38.49025146861529 - Documento de identificação informado: 644.428.025-72 - DATE_ATOM: 2026-03-27T10:16:46-03:00

27 Mar 2026, 10:42:43
 BRUNO RICARDO PENA DE SOUSA **Assinou** (39205b3f-f039-4315-a665-da8d036c02cf) - Email: brunopena@bnb.gov.br - IP: 198.17.121.245 (crediamigo.bnb.gov.br porta: 52302) - Geolocalização: -3.8077 -38.5274 - Documento de identificação informado: 231.449.473-34 - DATE_ATOM: 2026-03-27T10:42:43-03:00

27 Mar 2026, 11:23:12
 RÔMULO PEREIRA AMARO **Assinou** (78d7750c-6447-46e7-90f3-01c682ccb72) - Email: romuloamaro@gmail.com - IP: 179.224.177.214 (179-224-177-214.user.vivozap.com.br porta: 49732) - Geolocalização: -3.7403303399503067 -38.49932512295284 - Documento de identificação informado: 168.311.793-04 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **email** - DATE_ATOM: 2026-03-27T11:23:12-03:00

27 Mar 2026, 11:36:07
 THIAGO ALVES NOGUEIRA **Assinou** - Email: thiagonogueira@bnb.gov.br - IP: 198.17.121.250 (198.17.121.250 porta: 17910) - Documento de identificação informado: 994.379.103-91 - DATE_ATOM: 2026-03-27T11:36:07-03:00

27 Mar 2026, 15:52:23
 JOAO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO **Assinou** (fadebf0e-1a64-410b-a816-37f2d44ea748) - Email: jofranfp@me.com - IP: 189.90.160.13 (189.90.160.13 porta: 36948) - Geolocalização: -3.721103614515937 -38.52048120592013 - Documento de identificação informado: 090.955.433-15 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **email** - DATE_ATOM: 2026-03-27T15:52:23-03:00

Hash do documento original
(SHA256): c13238f9196cb4706d9242ee90038e43b72ada916288a23221365650e0ff8e0f
 (SHA512): 40801392c4d5f5c06406e1ba29980ca01c481f3eaa3f4c6425a1e180e4c33d204908a4890085051e35245643c0975454d027284c92a395a9f922966618487

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
 Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.**

PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025

Este Conselho, em sua 576ª Reunião realizada no dia 16 de março de 2026, em atendimento ao disposto no art. 17, inciso X, da Resolução CNPC Nº 43, de 06/08/2021 e Resolução PREVIC Nº 23, de 14/08/2023 e em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2025:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD, Plano CV I e Plano Família) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD, Plano CV I e Plano Família) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD, Plano CV I e Plano Família) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes; e
- i) Pareceres Atuariais (Plano BD, Plano CV I e Plano Família).

Desta forma, com base nos documentos citados acima, devidamente apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela Tatrica Auditores Independentes Ltda, assinados por seu sócio Luiz Fernando Silva Soares, contador - CRCRS nº 33.964 e pela Atuarii Consultoria Atuarial, assinados por seu representante Sérgio César de Paula Cardoso - MIBA 2285, bem como complementados por informações e esclarecimentos prestados por técnicos da Entidade e por membros da Diretoria Executiva, que apreciaram as Demonstrações Contábeis do exercício de 2025, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB - Capef relativas ao encerramento do exercício de 2025 sem ressalvas.

Fortaleza - Ceará, 16 de março de 2026.


Jorge Antônio Bagdeve de Oliveira
 Presidente


Antônio Jorge Pontes Guimarães Junior
 Conselheiro


Francisco das Chagas Araújo Silva
 Vice - Presidente


Layanne Mofaes Farias
 Conselheira





Sumário da Política de Investimentos

Plano BD

Plano CV I

Plano Família

Plano de Gestão Administrativa

Sumário da Política de Investimentos do Plano BD 2026

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef utiliza como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises:

i) Estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções de retornos do plano e segmentos de aplicações baseado em indicadores de mercado, b) estimativas de volatilidade dos segmentos, classes de ativos e/ou índices de referência, c) restrições de alocações e, d) limites legais. Esse estudo anual gera sugestões de intervalos de alocação para cada segmento, considerando a melhor relação risco x retorno compatível com as características do plano.

ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Com base nesses estudos técnicos, que são revisados anualmente, e observando os princípios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como à maturidade do Plano de Benefícios Definidos, definiu-se a proposta de alocação dos ativos do Plano BD. Essa proposta também será objeto de revisão anual.

Com base nesses estudos técnicos, que são revisados anualmente, e observando os princípios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como à maturidade do Plano de Benefícios Definidos, definiu-se a **proposta de alocação dos ativos do Plano BD**. Essa proposta também será objeto de revisão anual.

LIMITES DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTOS	Res. 4.994/22 Teto (%)	Posição atual Capef (BD) em 31/10/2025	Previsão de Alocação (%)	Intervalo de Limites para 2026	
				Inferior %	Superior %
RENDA FIXA	100	92,24	86,85	83	100
RENDA VARIÁVEL	70	0,65	0,65	0	1
ESTRUTURADOS	20	0,74	3,36	0	4
IMOBILIÁRIO		4,09			
Imóveis	20	4,09	4,63	0	5
Fundos Imobiliários		-			
OP. COM PARTICIPANTES	15	2,27	3,95	0	5
INV. NO EXTERIOR	10	-	0,56	0	2

Em complemento ao estudo de macro alocação, a fim de manter a preservação do equilíbrio e da solvência do Plano, periodicamente é elaborado estudo Asset Liability Management – ALM.

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resoluções CMN nº 4.994/22 e nº 5.202/25, bem como suas alterações subsequentes, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

- limitar em 2,0% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 15% do total dos investimentos do Plano BD, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política;
- não adquirir precatórios, títulos públicos estaduais e municipais inclusive por meio de fundos de investimentos.

b. Restrições para o Segmento de Renda Fixa – Crédito Privado

- na alocação de ativo de crédito privado, o banco emissor deve atender cumulativamente cinco critérios, que são:
 - i) Tamanho do Patrimônio Referência:** Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 2,00 bilhões;
 - ii) Tamanho do Ativo Total:** Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Ativo Total igual ou superior a R\$10,00 bilhões;

iii) Índice de Basiléia: Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Índice de Basiléia igual ou superior a 13,00%;

iv) Rating mínimo do emissor: O rating do emissor, expedido por uma das três grandes agências de rating internacionais (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), em moeda local, seja igual ou superior a "A2" ou "A";

v) Prejuízo Líquido: O banco emissor do papel não tenha fechado o último exercício contábil anual com prejuízo líquido.

- não adquirir dívida subordinada, exceto de instituição financeira que esteja enquadrada em todos os requisitos do item anterior. O prazo máximo de vencimento final dessas aplicações é de 10 anos. Não será permitida a aquisição de dívida subordinada perpétua.
- a exposição máxima do somatório dos ativos adquiridos por cada plano administrado pela Capef, em um mesmo emissor de título privado, independente de sua categoria (a exemplo de, mas não se limitando a, Letra Financeira, CDI, CDB, RDB), não poderá ser superior, cumulativamente, a 10,00% do Patrimônio de cada Plano e de 1,00% do Ativo Total do emissor apurado na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central.

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

c. Restrições para o Segmento de Renda Variável

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

d. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução n.º 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.
- Não investir em veículos cujos gestores não possuam histórico de performance, com desinvestimentos de fundos concluídos, na gestão de ativos private equity.

e. Restrições para o Segmento de Imobiliários

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução CMN n.º n.º 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

f. Restrições para o Segmento de Operações com Participantes

- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes e na Política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

g. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- não aplicar em fundos de renda fixa no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

Fundos de Investimentos em Ações:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

Além dessas restrições, devem ser observadas as regras de seleção de investimentos descritas no Manual de Investimentos.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de INPC + 5,25% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação, conforme especificado a seguir:

Segmento	Meta de rentabilidade	Benchmark ⁽¹⁾
Renda Fixa	INPC + 5,25%	Meta atuarial + 0,50 pp
Renda Variável	INPC + 5,25%	CDI + 3 pp
Estruturados	INPC + 5,25%	Meta atuarial + 3 pp
Imobiliário	INPC + 5,25%	50% da Meta atuarial
Exterior	INPC + 5,25%	Meta atuarial
Operações com Participantes	INPC + 5,25%	INPC + 7,66%

Benchmark ⁽¹⁾: No estudo de Macroalocação, para os segmentos de Renda Fixa, Estruturados, Imobiliários e Exterior, foram usados benchmarks por estratégias.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL

Em 2018, o Conselho Nacional de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC n° 30, de 10/10/2018 e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios, estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC n° 343, de 25 de abril de 2025), compreendido entre 3,69% a 5,66%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 8,4435 anos (demonstrações atuariais de 2024).

De acordo com o estudo de adequação da taxa de juros, com base nos resultados projetados das rentabilidades anuais, a taxa interna de retorno (TIR) dos investimentos do Plano BD é de 5,81% ao ano, superior à taxa de juros adotada no plano de 5,25%.

Diante do atual cenário econômico, caracterizado por elevada volatilidade nas taxas de juros, recomendamos a manutenção da hipótese da taxa real anual de juros em 5,25%, convergente à taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores do Plano BD. É importante destacar que uma parcela significativa dos investimentos do plano está alocada em títulos marcados na curva com taxa acima da hipótese proposta e a taxa recomendada está dentro dos limites regulatórios fixados com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) aplicável à duration do plano e considerando taxa de juros parâmetro de 5,26% ao ano.

A sugestão de manutenção da taxa de juros em 5,25% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável sobre as hipóteses do Plano BD, na 572ª reunião de 21/11/2025, e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 438ª reunião ocorrida em 24/11/2025.

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago será limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela CAPEF, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG)

A CAPEF reforça seu compromisso com a incorporação de princípios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) em sua atuação institucional e na gestão dos recursos dos planos que administra. A Entidade adota práticas que promovem responsabilidade socioambiental e transparência, alinhadas às suas normas setoriais e à legislação aplicável.

No âmbito ambiental, destaca-se a adoção de ações de eficiência energética e consumo responsável, como a geração própria de energia renovável, atualmente responsável por cerca de 98% do consumo da sede, iniciativas de redução do uso de água e a separação de resíduos recicláveis.

No pilar social, a CAPEF desenvolve programas de saúde e bem-estar, incentiva condições de trabalho dignas, promove igualdade de gênero e investe em educação previdenciária e financeira direcionada aos participantes e ao corpo funcional, reforçando seu compromisso com desenvolvimento humano e redução de desigualdades.

Em governança, a Entidade mantém estrutura robusta de controles internos, com Conselhos atuantes, Auditoria Interna, Ouvidoria e Comitê de Investimentos. A gestão é conduzida com transparência, ética e prestação de contas aos stakeholders, em conformidade com boas práticas de autorregulação do setor.

No que se refere aos investimentos responsáveis, a CAPEF incorpora critérios ASG no processo de análise e seleção de ativos, avaliando especialmente a capacidade dos gestores terceirizados em integrar tais fatores em sua filosofia e prática de gestão. A Entidade vem ampliando a alocação em ativos sustentáveis, incluindo investimentos em fundos de impacto, florestais e de infraestrutura de caráter sustentável.

Adicionalmente, a CAPEF divulga anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, disponível no site institucional, documento que apresenta de forma transparente as práticas, indicadores e resultados relacionados aos aspectos ASG. Nesse relatório, também podem ser consultadas outras iniciativas socioambientais, educacionais, de governança e de investimentos sustentáveis conduzidas pela Entidade, fortalecendo a compreensão integral do seu comprometimento com a sustentabilidade.

RISCO

a. Conceito de risco de mercado

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

b. Modelos e critérios para a gestão do risco de mercado

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: dada a característica de plano fechado e maduro, adotar-se-á como limite 70% da Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do IMA-B 5+, dos últimos 5 anos, representando um valor de 7,13%.
- Investimentos Estruturados: até 4,69% baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do índice de Multimercados da ANBIMA – IHFA, dos últimos 5 anos.

- Renda Variável: até 22,46%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 7,61% baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do índice IFIX, dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 21,33%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, dos Índices Dow Jones e S&P 500, dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pela Diretoria Executiva.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas:

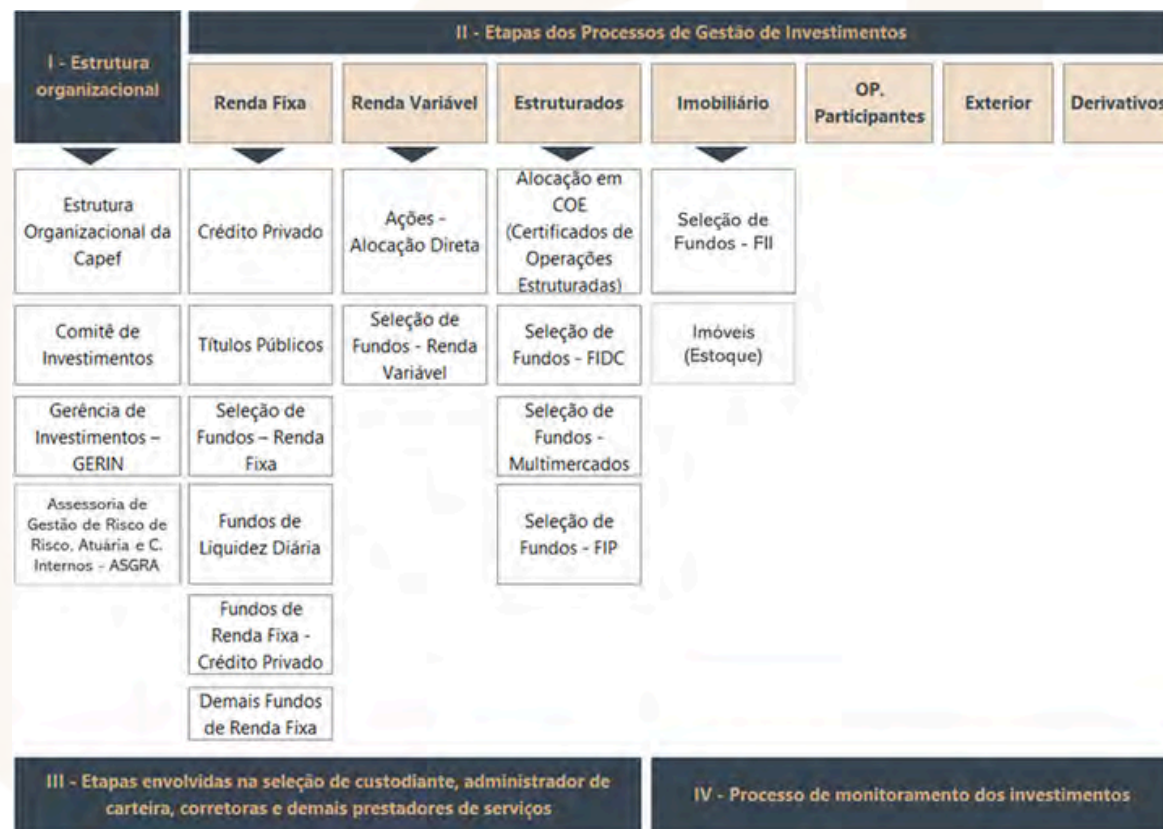
I - Estrutura Organizacional;

II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos;

III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e

IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios mínimos que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços.

A seguir segue quadro resumo.



ÉTICA E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

No âmbito de Ética, a CAPEF reafirma seu compromisso com a integridade, a responsabilidade e a transparência na condução de suas atividades, especialmente naquelas relacionadas à gestão e à tomada de decisão sobre os recursos previdenciários administrados. É vedada a utilização de informações privilegiadas ou práticas ilícitas que possam comprometer o objetivo maior da Entidade: honrar, de forma segura e sustentável, seus compromissos com participantes e beneficiários.

O código de Ética da Capef, aprovado pelo Conselho Deliberativo, aplica-se a todos os funcionários, terceirizados, gestores, diretores e conselheiros, estando disponível aos participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo orientar a conduta dos dirigentes e colaboradores, assegurar transparência na gestão, prevenir conflitos de interesse e preservar a imagem ética e íntegra CAPEF.

Além das diretrizes éticas, a CAPEF adota sólidas práticas de Gestão. Como o reconhecimento público desse compromisso, a Entidade conquistou, em 2020, o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos mantendo-o continuamente desde então. Em 2022, obteve o Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, certificação igualmente preservada até os dias atuais. Essas conquistas reforçam a aderência da CAPEF às melhores práticas do setor, consolidando a confiança, a transparência e a robustez de seus processos decisórios e de gestão.

Sumário da Política de Investimentos do Plano CV I 2026

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef adota como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises:

i) Estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções de retornos do plano e segmentos de aplicações baseado em indicadores de mercado, b) estimativas de volatilidade dos segmentos, classes de ativos e/ou índices de referência, c) restrições de alocações e, d) limites legais. Esse estudo anual gera sugestões de intervalos de alocação para cada segmento, considerando a melhor relação risco x retorno compatível com as características do plano.

ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Com base nesses estudos técnicos, que são revisados anualmente, e observando os princípios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como à maturidade do Plano de Benefícios Definidos, definiu-se a **proposta de alocação dos ativos do Plano CV**. Essa proposta também será objeto de revisão anual.

LIMITES DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTOS	Res. 4.994/22 Teto (%)	Posição atual Capef (CV I) em 31/10/2025	Previsão de Alocação (%)	Intervalo de Limites para 2026	
				Inferior %	Superior %
RENDA FIXA	100	90,31	89,49	73	100
RENDA VARIÁVEL	70	0,00	-	0	5
ESTRUTURADOS	20	3,29	3,96	0	8
IMOBILIÁRIO	20	-	-	0	2
OP. COM PARTICIPANTES	15	6,41	6,41	0	10
INV. NO EXTERIOR	10	-	0,14	0	2

Esta proposta de alocação de ativos poderá ser revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas, mediante deliberação do Conselho Deliberativo da Capef.

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pelas Resoluções CMN nº 4.994/22 e nº 5.202/25, bem como suas alterações subsequentes, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

- limitar em 10,0% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 40% do total dos investimentos do Plano, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política;
- não adquirir precatórios, títulos públicos estaduais e municipais inclusive por meio de fundos de investimentos;

b. Restrições para o Segmento de Renda Fixa – Crédito Privado

- na alocação de ativo de crédito privado, o banco emissor deve atender cumulativamente cinco critérios, que são:
 - i) Tamanho do Patrimônio Referência:** Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 2,00 bilhões;
 - ii) Tamanho do Ativo Total:** Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Ativo Total igual ou superior a R\$10,00 bilhões;

iii) Índice de Basiléia: Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Índice de Basiléia igual ou superior a 13,00%;

iv) Rating mínimo do emissor: O rating do emissor, expedido por uma das três grandes agências de rating internacionais (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), em moeda local, seja igual ou superior a "A2" ou "A"; e

v) Prejuízo Líquido: O banco emissor do papel não tenha fechado o último exercício contábil anual com prejuízo líquido.

- não adquirir dívida subordinada, exceto de instituição financeira que esteja enquadrada em todos os requisitos do item anterior. O prazo máximo de vencimento final dessas aplicações é de 10 anos. Não será permitida a aquisição de dívida subordinada perpétua.
- a exposição máxima do somatório dos ativos adquiridos por cada plano administrado pela Capef, em um mesmo emissor de título privado, independente de sua categoria (a exemplo de, mas não se limitando a, Letra Financeira, CDI, CDB, RDB), não poderá ser superior, cumulativamente, a 10,00% do Patrimônio de cada Plano e de 1,00% do Ativo Total do emissor apurado na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central.

c. Restrições para o Segmento de Renda Variável

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

d. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.
- Não investir em veículos cujos gestores não possuam histórico de performance, com desinvestimentos de fundos concluídos, na gestão de ativos private equity.

e. Restrições para o Segmento de Imobiliários

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

f. Restrições para o Segmento de Operações com Participantes

- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

g. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;

- Não aplicar em fundos de renda fixa no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

Fundos de Investimentos em Ações:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

Além das restrições acima, devem ser observadas as regras de seleção de investimentos descritas no Manual de Investimentos.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de IPCA + 5,00% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

Segmento	Meta de rentabilidade	Benchmark (*)
Renda Fixa	IPCA + 5,00%	Meta atuarial + 2 pp
Renda Variável	IPCA + 5,00%	CDI + 3 pp
Estruturados	IPCA + 5,00%	CDI + 3 pp
Imobiliário	IPCA + 5,00%	IFIX
Exterior	IPCA + 5,00%	Meta atuarial
Operações com Participantes	IPCA + 5,00%	IPCA + 7,63%

Benchmark (*): No estudo de Macroalocação, para os segmentos de Renda Fixa, Estruturados, Imobiliários e Exterior, foram usados benchmarks por estratégias.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DE CADA PLANO DE BENEFÍCIO

Em 2018, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018 e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 308, de 25 de abril de 2024), compreendido entre 3,50% e 5,40%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 19,8087 anos (demonstrações atuariais de 2023).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2025, é IPCA + 5,00% a.a. O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

A definição da taxa de juros de 5,00% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável manifestando concordância com as hipóteses atuariais do Plano CV I, na 559ª reunião de 06/12/2024 e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 417ª reunião ocorrida em 16/12/2024.

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago será limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG)

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;

- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, conforme especificado em seu Manual de Investimentos, a Entidade incorpora questões relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), no processo de seleção de novos ativos de investimentos, em especial, na avaliação da capacidade do gestor terceirizado em integrar aspectos ASG na gestão de investimentos.

RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Modelos e critérios para a gestão do risco de mercado

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias úteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 16,03%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do IMA-B 5+, dos últimos 5 anos.

- Investimentos Estruturados: até 7,23% baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do índice de Multimercados da ANBIMA – IHFA, dos últimos 5 anos.
- Renda Variável: até 37,16%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 14,56% baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do índice IFIX, dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 30,08%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, dos Índices Dow Jones e S&P 500, dos últimos 5 anos.

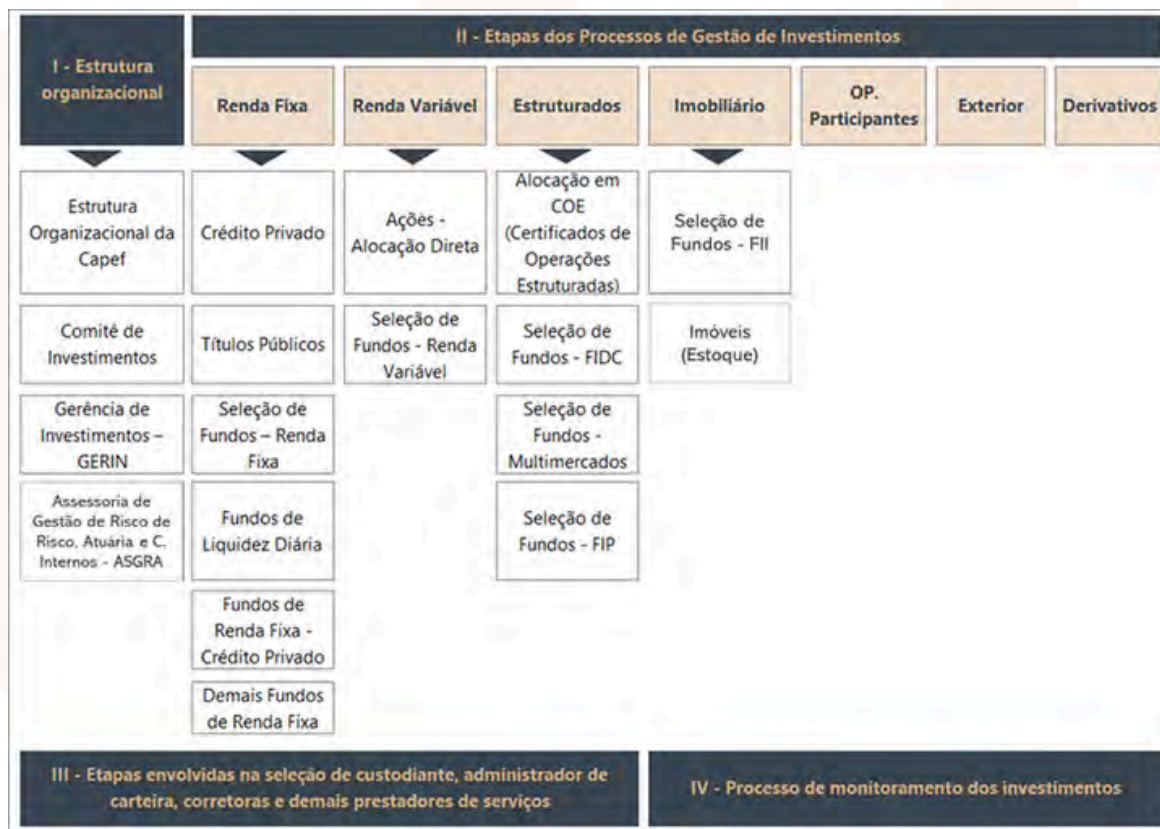
PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas:

- I - Estrutura Organizacional;**
- II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos;**
- III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e**

IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. A Seguir segue quadro resumo:



ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da Capef, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

Sumário da Política de Investimentos do Plano Família - 2026

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef adota como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises:

- i) Estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções de retornos do plano e segmentos de aplicações baseado em indicadores de mercado, b) estimativas de volatilidade dos segmentos, classes de ativos e/ou índices de referência, c) restrições de alocações e, d) limites legais. Esse estudo anual gera sugestões de intervalos de alocação para cada segmento, considerando a melhor relação risco x retorno compatível com as características do plano.
- ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Com base nesses estudos técnicos, que são revisados anualmente, e observando os princípios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como à maturidade do Plano de Benefícios Definidos, definiu-se a **proposta de alocação dos ativos do Plano Família**. Essa proposta também será objeto de revisão anual.

LIMITES DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTOS	Res. 4.994/22 Teto (%)	Posição atual Plano Família Capef em 31/10/2025	Previsão de Alocação (%)	Intervalo de Limites para 2026	
				Inferior %	Superior %
RENDA FIXA	100	100	82,94	66	100
RENDA VARIÁVEL	70	-	2,06	0	10
ESTRUTURADOS	20	-	15,00	0	20
IMOBILIÁRIO	20	-	-	0	2
OP. COM PARTICIPANTES	15	-	-	-	-
INV. NO EXTERIOR	10	-	-	0	2

A proposta de alocação de ativos poderá ser revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas, mediante deliberação do Conselho Deliberativo da Capef.

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos nas Resoluções CMN nº 4.994/22 e nº 5.202/25, bem como suas alterações subsequentes, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

- limitar em 20% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 80,0% do total dos investimentos do Plano, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política;
- não adquirir precatórios, títulos públicos estaduais e municipais inclusive por meio de fundos de investimentos.

b. Restrições para o Segmento de Renda Fixa – Crédito Privado

- na alocação de ativo de crédito privado, o banco emissor deve atender cumulativamente cinco critérios, que são:

i) Tamanho do Patrimônio Referência: Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 2,00 bilhões;

ii) Tamanho do Ativo Total: Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Ativo Total igual ou superior a R\$10,00 bilhões;

iii) Índice de Basiléia: Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Índice de Basiléia igual ou superior a 13,00%;

iv) Rating mínimo do emissor: O rating do emissor, expedido por uma das três grandes agências de rating internacionais (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), em moeda local, seja igual ou superior a "A2" ou "A"; e

v) Prejuízo Líquido: O banco emissor do papel não tenha fechado o último exercício contábil anual com prejuízo líquido.

- não adquirir dívida subordinada, exceto de instituição financeira que esteja enquadrada em todos os requisitos do item anterior. O prazo máximo de vencimento final dessas aplicações é de 10 anos. Não será permitida a aquisição de dívida subordinada perpétua
- a exposição máxima do somatório dos ativos adquiridos por cada plano administrado pela Capef, em um mesmo emissor de título privado, independente de sua categoria (a exemplo de, mas não se limitando a, Letra Financeira, CDI, CDB, RDB), não poderá ser superior, cumulativamente, a 20,00% do Patrimônio de cada Plano e de 1,00% do Ativo Total do emissor apurado na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central.

c. Restrições para o Segmento de Renda Variável

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).
- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

d. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.994/2022 e suas alterações subsequentes. No segmento, será admitido alocações em fundos de investimentos multimercados (FIM ou FICFIM).
- No caso de Fundos de Investimentos em Participação, não investir em veículos cujos gestores não possuam histórico de performance, com desinvestimentos de fundos concluídos, na gestão de ativos private equity.

e. Restrições para o Segmento de Imobiliários

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

g. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;

- Não aplicar em fundos de renda fixa no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional no mercado internacional.

Fundos de Investimentos em Ações:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;

Além das restrições acima, devem ser observadas as regras de seleção de investimentos descritas no Manual de Investimentos.

ÍNDICE DE REFERÊNCIA E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, o índice de referência do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, o índice de Referência reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além do Índice de Referência do plano, de 105% do CDI, a Entidade trabalha com benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

Segmento	Índice de Referência de rentabilidade	Benchmark
Renda Fixa	105% CDI	Índice de Referência
Renda Variável	105% CDI	CDI + 3 pp
Estruturados	105% CDI	CDI + 2 pp
Imobiliário	105% CDI	IFIX
Exterior	105% CDI	Índice de Referência

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago será limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG)

A CAPEF reforça seu compromisso com a incorporação de princípios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) em sua atuação institucional e na gestão dos recursos dos planos que administra. A Entidade adota práticas que promovem responsabilidade socioambiental e transparência, alinhadas às suas normas setoriais e à legislação aplicável.

No âmbito ambiental, destaca-se a adoção de ações de eficiência energética e consumo responsável, como a geração própria de energia renovável, atualmente responsável por cerca de 98% do consumo da sede, iniciativas de redução do uso de água e a separação de resíduos recicláveis.

No pilar social, a CAPEF desenvolve programas de saúde e bem-estar, incentiva condições de trabalho dignas, promove igualdade de gênero e investe em educação previdenciária e financeira direcionada aos participantes e ao corpo funcional, reforçando seu compromisso com desenvolvimento humano e redução de desigualdades.

Em governança, a Entidade mantém estrutura robusta de controles internos, com Conselhos atuantes, Auditoria Interna, Ouvidoria e Comitê de Investimentos. A gestão é conduzida com transparência, ética e prestação de contas aos stakeholders, em conformidade com boas práticas de autorregulação do setor.

No que se refere aos investimentos responsáveis, a CAPEF incorpora critérios ASG no processo de análise e seleção de ativos, avaliando especialmente a capacidade dos gestores terceirizados em integrar tais fatores em sua filosofia e prática de gestão. A Entidade vem ampliando a alocação em ativos sustentáveis, incluindo investimentos em fundos de impacto, florestais e de infraestrutura de caráter sustentável.

Adicionalmente, a CAPEF divulga anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, disponível no site institucional, documento que apresenta de forma transparente as práticas, indicadores e resultados relacionados aos aspectos ASG. Nesse relatório, também podem ser consultadas outras iniciativas socioambientais, educacionais, de governança e de investimentos sustentáveis conduzidas pela Entidade, fortalecendo a compreensão integral do seu comprometimento com a sustentabilidade.

RISCO

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias úteis de parâmetro:

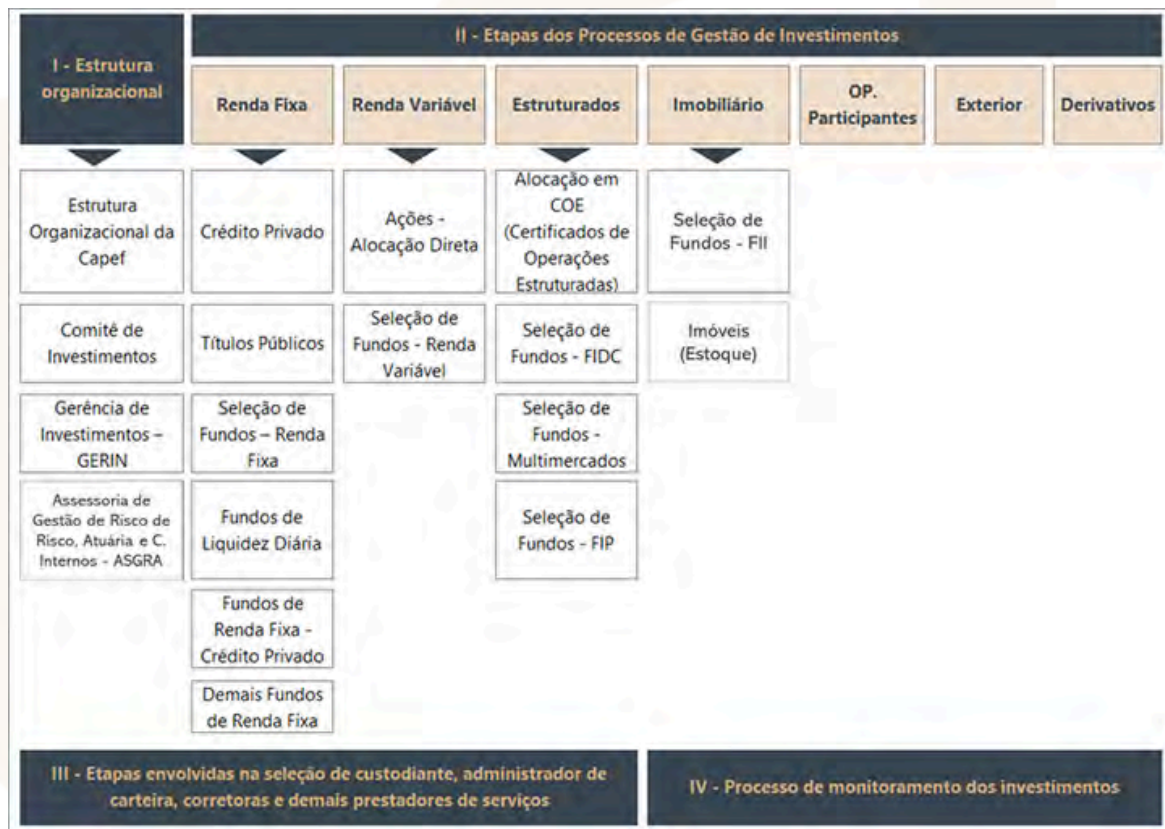
- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 10,19%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do IMA-B 5+, dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 4,69% baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do índice de Multimercados da ANBIMA – IHFA, dos últimos 5 anos.
- Renda Variável: até 22,46%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do Ibovespa, dos últimos 5 anos.

- Imobiliários: até 7,61% baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do índice IFIX, dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 21,33%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, dos Índices Dow Jones e S&P 500, dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOILIÁRIOS E DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pela Diretoria Executiva.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios mínimos que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. A Seguir segue quadro resumo:



ÉTICA E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

No âmbito de Ética, a CAPEF reafirma seu compromisso com a integridade, a responsabilidade e a transparência na condução de suas atividades, especialmente naquelas relacionadas à gestão e à tomada de decisão sobre os recursos previdenciários administrados. É vedada a utilização de informações privilegiadas ou práticas ilícitas que possam comprometer o objetivo maior da Entidade: honrar, de forma segura e sustentável, seus compromissos com participantes e beneficiários.

O código de Ética da Capef, aprovado pelo Conselho Deliberativo, aplica-se a todos os funcionários, terceirizados, gestores, diretores e conselheiros, estando disponível aos participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo orientar a conduta dos dirigentes e colaboradores, assegurar transparência na gestão, prevenir conflitos de interesse e preservar a imagem ética e íntegra CAPEF.

Além das diretrizes éticas, a CAPEF adota sólidas práticas de Gestão. Como o reconhecimento público desse compromisso, a Entidade conquistou, em 2020, o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos mantendo-o continuamente desde então. Em 2022, obteve o Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, certificação igualmente preservada até os dias atuais. Essas conquistas reforçam a aderência da CAPEF às melhores práticas do setor, consolidando a confiança, a transparência e a robustez de seus processos decisórios e de gestão.

Sumário da Política de Investimentos do PGA 2026

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef direcionará em 2025 a totalidade dos recursos do Plano de Gestão Administrativa para o segmento de Renda Fixa e Imobiliário.

Segue abaixo a tabela contendo a proposta de alocação e os limites de aplicação para o Plano:

LIMITES DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTOS	Res. 4.994/22 Teto (%)	Posição atual CAPEF (PGA) em 31/10/2025 (%)	Previsão de Alocação (%)	Intervalo de Limites para 2026	
				Inferior %	Superior %
RENDA FIXA	100	97,92	98	92	100
IMOBILIÁRIO	20	2,08	2	0	8

Esta proposta de alocação de ativos poderá ser revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas, mediante deliberação do Conselho Deliberativo da Capef.

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pelas Resoluções 4.994/22 e nº 5.202/25, bem como, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, descrito no item 4.8.1 desta Política;
- não adquirir precatórios, títulos públicos estaduais e municipais inclusive por meio de fundos de investimentos;

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

b. Restrições para o Segmento de Renda Fixa – Crédito Privado

- na alocação de ativo de crédito privado, o banco emissor deve atender cumulativamente cinco critérios, que são:
 - i) Tamanho do Patrimônio Referência:** Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 2,00 bilhões;
 - ii) Tamanho do Ativo Total:** Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Ativo Total igual ou superior a R\$10,00 bilhões;
 - iii) Índice de Basileia:** Na posição fechada trimestral mais recente disponível, de acordo com a Formulário de Informações Trimestrais (ITR), os emissores deverão ter um Índice de Basileia igual ou superior a 13,00%;
 - iv) Rating mínimo do emissor:** O rating do emissor, expedido por uma das três grandes agências de rating internacionais (Moody's, Standard & Poor's e Fitch), em moeda local, seja igual ou superior a "A2" ou "A"; e
 - v) Prejuízo Líquido:** O banco emissor do papel não tenha fechado o último exercício contábil anual com prejuízo líquido.
 - não adquirir dívida subordinada, exceto de instituição financeira que esteja enquadrada em todos os requisitos do item anterior. O prazo máximo de vencimento final dessas aplicações é de 10 anos. Não será permitida a aquisição de dívida subordinada perpétua.

- a exposição máxima do somatório dos ativos adquiridos por cada plano administrado pela Capecf, em um mesmo emissor de título privado, independente de sua categoria (a exemplo de, mas não se limitando a, Letra Financeira, CDI, CDB, RDB), não poderá ser superior, cumulativamente, a 10,00% do Patrimônio de cada Plano e de 1,00% do Ativo Total do emissor apurado na posição fechada trimestral mais recente disponível para consulta no Banco Central.

c. Restrições para o Segmento de Imobiliários

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução nº 4.994/2022. O estoque da carteira de imóveis será composta, exclusivamente, pela loja do térreo do Edifício Paulo Aguiar Frota, sede da Capecf, Fortaleza-CE.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Para o total de ativos do PGA, a rentabilidade a ser perseguida será equivalente a INPC + 5,00% a.a.

Além da meta do plano de INPC+5,00%, a entidade trabalha com metas para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

Segmento	Índice de Referência de rentabilidade	Benchmark
Renda Fixa	INPC + 5,00%	INPC + 5,00%
Imobiliário	INPC + 5,00%	INPC + 5,00%

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

Todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

O Plano PGA usa os instrumentos de derivativos exclusivamente para hedge.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ASG)

A CAPEF reforça seu compromisso com a incorporação de princípios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) em sua atuação institucional e na gestão dos recursos dos planos que administra. A Entidade adota práticas que promovem responsabilidade socioambiental e transparência, alinhadas às suas normas setoriais e à legislação aplicável.

No âmbito ambiental, destaca-se a adoção de ações de eficiência energética e consumo responsável, como a geração própria de energia renovável, atualmente responsável por cerca de 98% do consumo da sede, iniciativas de redução do uso de água e a separação de resíduos recicláveis.

No pilar social, a CAPEF desenvolve programas de saúde e bem-estar, incentiva condições de trabalho dignas, promove igualdade de gênero e investe em educação previdenciária e financeira direcionada aos participantes e ao corpo funcional, reforçando seu compromisso com desenvolvimento humano e redução de desigualdades.

Em governança, a Entidade mantém estrutura robusta de controles internos, com Conselhos atuantes, Auditoria Interna, Ouvidoria e Comitê de Investimentos. A gestão é conduzida com transparência, ética e prestação de contas aos stakeholders, em conformidade com boas práticas de autorregulação do setor.

No que se refere aos investimentos responsáveis, a CAPEF incorpora critérios ASG no processo de análise e seleção de ativos, avaliando especialmente a capacidade dos gestores terceirizados em integrar tais fatores em sua filosofia e prática de gestão. A Entidade vem ampliando a alocação em ativos sustentáveis, incluindo investimentos em fundos de impacto, florestais e de infraestrutura de caráter sustentável.

Adicionalmente, a CAPEF divulga anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, disponível no site institucional, documento que apresenta de forma transparente as práticas, indicadores e resultados relacionados aos aspectos ASG. Nesse relatório, também podem ser consultadas outras iniciativas socioambientais, educacionais, de governança e de investimentos sustentáveis conduzidas pela Entidade, fortalecendo a compreensão integral do seu comprometimento com a sustentabilidade.

RISCO

a. Conceito de risco de mercado

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

b. Modelos e critérios para a gestão do risco de mercado

Na Capef, o risco de mercado é tratado conforme descrito na Política de Gestão de Risco, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

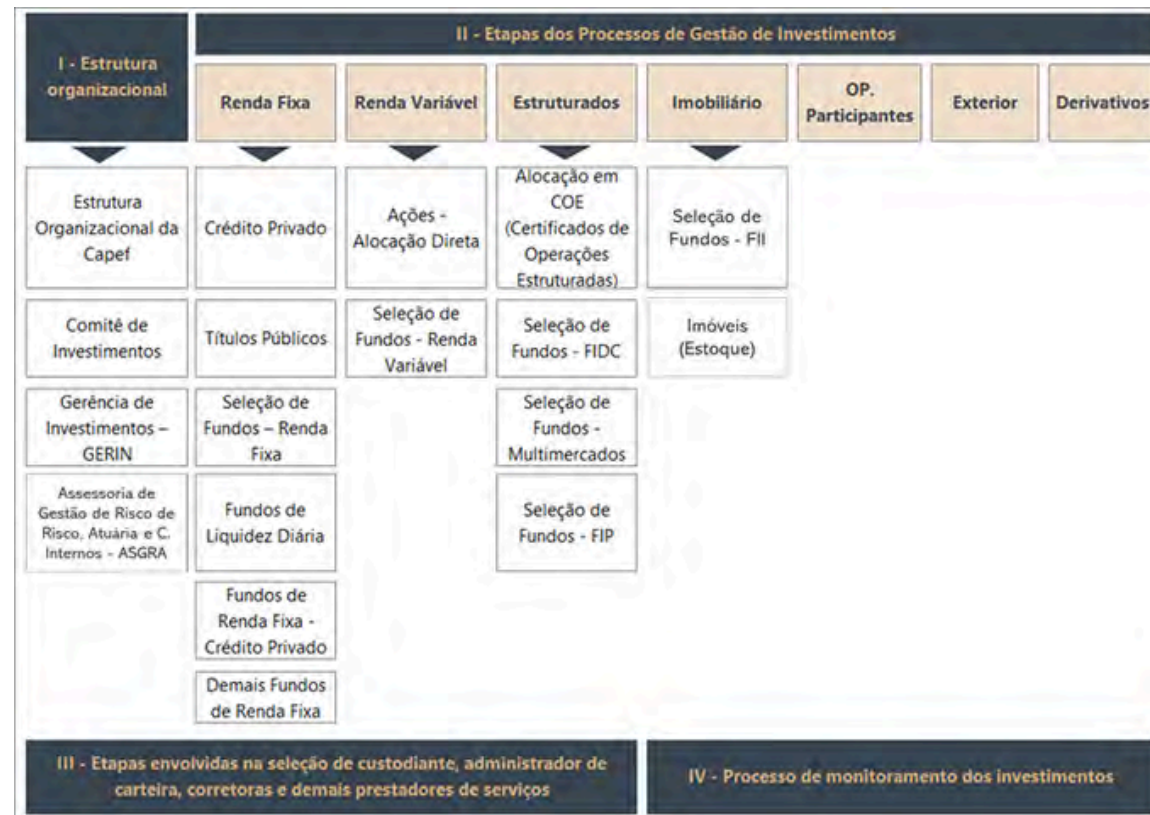
Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias úteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 7,133%, baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do IMA-B 5+, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 7,61% baseado na Volatilidade média mais 1 (um) desvio padrão, do índice IFIX, dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de ativos, gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pela Diretoria Executiva.

O Manual de Investimentos compreende quatro principais temas: I - Estrutura Organizacional; II - Etapas dos Processos de Gestão de Investimentos; III - Etapas envolvidas na seleção de custodiante, administrador de carteira, corretoras e demais prestadores de serviços; e IV - Processo de monitoramento dos investimentos. Cada tema possui regras e critérios mínimo que precisam ser observados na seleção e monitoramento de ativos e prestadores de serviços. A Seguir segue quadro resumo:



ÉTICA E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

No âmbito de Ética, a CAPEF reafirma seu compromisso com a integridade, a responsabilidade e a transparência na condução de suas atividades, especialmente naquelas relacionadas à gestão e à tomada de decisão sobre os recursos previdenciários administrados. É vedada a utilização de informações privilegiadas ou práticas ilícitas que possam comprometer o objetivo maior da Entidade: honrar, de forma segura e sustentável, seus compromissos com participantes e beneficiários.

O código de Ética da Capef, aprovado pelo Conselho Deliberativo, aplica-se a todos os funcionários, terceirizados, gestores, diretores e conselheiros, estando disponível aos participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo orientar a conduta dos dirigentes e colaboradores, assegurar transparência na gestão, prevenir conflitos de interesse e preservar a imagem ética e íntegra CAPEF.

Além das diretrizes éticas, a CAPEF adota sólidas práticas de Gestão. Como o reconhecimento público desse compromisso, a Entidade conquistou, em 2020, o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos mantendo-o continuamente desde então. Em 2022, obteve o Selo de Autorregulação em Governança Corporativa, certificação igualmente preservada até os dias atuais. Essas conquistas reforçam a aderência da CAPEF às melhores práticas do setor, consolidando a confiança, a transparência e a robustez de seus processos decisórios e de gestão.





Relatório Anual 2025

